

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

JUCILENE COSTERMANI RAMOS GASONI

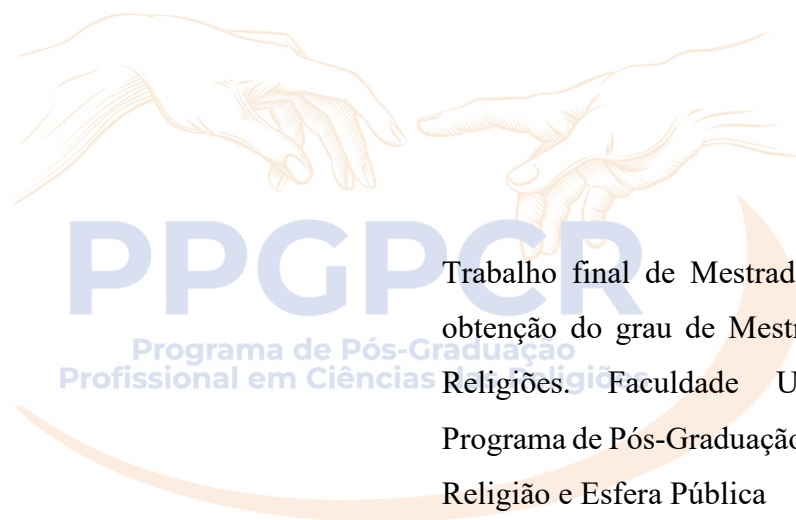


RELIGIÃO E POLÍTICA:
INFLUÊNCIA DA RETÓRICA RELIGIOSA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018
E 2022

JUCILENE COSTERMANI RAMOS GASONI

RELIGIÃO E POLÍTICA:

INFLUÊNCIA DA RETÓRICA RELIGIOSA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018
E 2022



Trabalho final de Mestrado Profissional para
obtenção do grau de Mestre em Ciências das
Religiões. Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação Linha de Pesquisa:
Religião e Esfera Pública

ORIENTADOR: Dr. José Mario Gonçalves

Vitória-ES

2025

Gasoni, Jucilene Costermani Ramos

Religião e política / Influência da retórica religiosa nas Eleições
Presidenciais de 2018 e 2022 / Jucilene Costermani Ramos Gasoni. --
Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2025.
vi, 83 f. ; 31 cm.

Orientador: José Mario Gonçalves

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2025.

Referências bibliográficas: f. 80-83

1. Ciência da religião. 2. Religião e Esfera Pública. 3. Religião e
política. 4. Eleições brasileiras. 5. Discurso religioso. 6 Comportamento
eleitoral. 7. Laicidade do Estado. 8. Ensino Médio. -Tese. I. Jucilene
Costermani Ramos Gasoni. II. Faculdade Unida de Vitória, 2025. III.
Título.

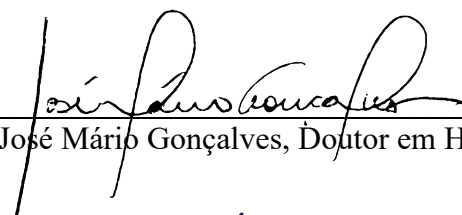
JUCILENE COSTERMANI RAMOS GASONI

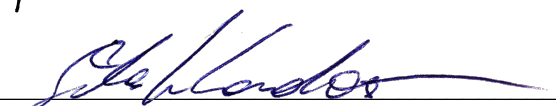
A INFLUÊNCIA DA RETÓRICA RELIGIOSA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE
2018 E 2022



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Dissertação de Mestrado Profissional como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação
em Ciências das Religiões. Área de
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de
Atuação: Religião e Espaço Público

Data: 19 mar. 2025.


José Mário Gonçalves, Doutor em História, UNIDA (presidente).


Sílas Klein Cardoso, Doutor em Ciências da Religião, UNIDA.


Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa, Doutora em Ciências da Religião.

RESUMO

A presente dissertação investiga a influência das crenças e identidades religiosas dos eleitores e candidatos sobre os resultados das eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022, bem como sobre a retórica política adotada nesses pleitos. A pesquisa tem como objetivo geral analisar como o discurso religioso impactou as decisões políticas durante essas eleições, por meio da revisão e análise de estudos e documentos relacionados aos candidatos, suas campanhas, programas de governo e manifestações públicas. Os objetivos específicos incluem: compreender o impacto do discurso religioso na formação da opinião dos eleitores; examinar os discursos religiosos nas campanhas eleitorais; analisar a relação entre propostas políticas e pautas religiosas; e investigar os fatores que explicam a diferença de desempenho eleitoral do mesmo candidato entre os dois pleitos. A metodologia adotada baseia-se na análise qualitativa de discursos políticos, embasada em literatura acadêmica recente sobre religião e política, além de revisão bibliográfica sobre pluralismo religioso, laicidade do Estado e comportamento eleitoral. Os resultados demonstram que, embora fatores socioeconômicos e ideológicos também influenciem o voto, a retórica religiosa teve papel central na definição das estratégias políticas e na mobilização de eleitores, especialmente entre lideranças evangélicas. A dissertação propõe, como produto final, a elaboração de uma disciplina eletiva para o Ensino Médio, articulando Ciências das Religiões e Filosofia, com o intuito de fomentar uma formação crítica e cidadã dos futuros eleitores, promovendo o debate ético sobre a instrumentalização da fé no cenário político contemporâneo.

Palavras-chave: religião e política; eleições brasileiras; discurso religioso; comportamento eleitoral; ensino médio; laicidade do Estado.

PPGCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

ABSTRACT

This dissertation investigates the influence of voters' and candidates' religious beliefs and identities on the outcomes of the Brazilian presidential elections of 2018 and 2022, as well as on the political rhetoric employed during these campaigns. The general objective is to analyze how religious discourse impacted political decision-making in these elections through the review and analysis of studies, candidate speeches, campaign materials, government programs, and public statements. Specific objectives include: understanding the impact of religious discourse on voters' opinion formation; examining candidates' use of religious narratives during the campaigns; analyzing how political proposals aligned with religious agendas; and identifying the factors that explain the change in electoral performance of the same candidate across both elections. The methodology is based on qualitative analysis of political discourse, supported by recent academic literature on religion and politics, along with a bibliographic review addressing religious pluralism, the secular state, and voter behavior. Findings show that, while socioeconomic and ideological factors also shaped electoral choices, religious rhetoric played a central role in political strategy and voter mobilization, particularly among evangelical leaders. As a final product, the dissertation proposes the development of an elective high school course combining Religious Studies and Philosophy, aiming to promote critical and civic education for future voters by encouraging ethical reflection on the political use of faith in contemporary Brazilian politics.

Keywords: religion and politics; Brazilian elections; religious discourse; electoral behavior; high school education; secular state.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 RELIGIÃO E POLÍTICA: CONCEITOS E INTERAÇÕES.....	11
1.1 Conceito de religião.....	12
1.2 Religião civil	19
1.3 Religião e política: interseções e debates	23
2 IDENTIDADE RELIGIOSA E SUA INFLUÊNCIA NA ESFERA POLÍTICA	27
2.1 Identidade religiosa e sua formação	27
2.2 Religião e comportamento político no Brasil.....	33
2.3 Preconceito religioso: conceitos e manifestações.....	43
2.4 Impacto do preconceito religioso na esfera política	46
3 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 E 2022: CONTEXTO E IMPORTÂNCIA	51
3.1 Cenário eleitoral no Brasil e influência religiosa	51
3.2 Retórica política adotada pelos candidatos em relação às questões religiosas.....	55
3.3 Propostas de políticas públicas relacionadas à religião apresentadas pelos candidatos	63
3.4 Outros fatores que influenciaram as eleições presidenciais de 2018 e 2022 e estratégias de persuasão	67
4 EMENTA PARA DISCIPLINA ELETIVA.....	70
CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS	80
BOLSONARO, Jair Messias. Chegamos na reta final. Vamos dar o último gás combatendo, COM A VERDADE, as mentiras do PT! [26/10/2018]. [2 min 19 s]. <i>Jair Bolsonaro</i> [Youtube]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_v2auHWk8I . Acesso em: 29 jan. 2025.	80
APÊNDICE	84

INTRODUÇÃO

A finalidade do presente estudo é compreender como as crenças e identidades religiosas dos eleitores e dos candidatos influenciaram os resultados das eleições e a retórica religiosa e política no Brasil nos pleitos de 2018 e 2022. O objetivo geral do estudo é, portanto, analisar as influências do discurso religioso nas decisões políticas por meio de uma análise dos estudos até então realizados sobre as eleições presidenciais nos citados pleitos, para identificar como isso influenciou nos resultados.

Como objetivos específicos do estudo destacam-se: investigar o uso e o impacto do discurso religioso para a formação da opinião dos eleitores nas eleições; examinar os discursos adotados pelos candidatos em relação às questões religiosas nas campanhas eleitorais; analisar como as propostas políticas dos candidatos relacionaram-se com pautas religiosas; identificar como e porquê o mesmo discurso que fez um candidato ser eleito em 2018 não alcançou o mesmo resultado em 2022; e, por fim, identificar outros fatores que influenciaram nos resultados eleitorais nos respectivos pleitos para ter uma visão completa do cenário político brasileiro.

Como método, a pesquisa utiliza a análise do discurso político pautada na literatura recente para examinar a retórica política dos candidatos e como ela foi ou não influenciada por crenças religiosas ou manipulada para alcançar as crenças da maioria dos eleitores. São analisados estudos que apresentam discursos de candidatos, entrevistas, programas de governo e manifestações públicas para identificar as referências religiosas e como elas foram utilizadas para persuadir os eleitores nos dois pleitos em estudo.

A revisão de literatura é utilizada para o embasamento do estudo sobre a relação dos aspectos do discurso e a formação de opinião e para entender como as variáveis socioeconômicas, demográficas e religiosas influenciam as preferências políticas de eleitores. São explorados dentro da pesquisa conceitos como pluralismo religioso, laicidade do estado e como a religião influencia na esfera política e as consequências desde os primórdios da democracia.

A abordagem metodológica adotada utiliza-se de elementos qualitativos para levar à compreensão mais abrangente da complexa relação sob análise, ou seja, política x religião. A pesquisa bibliográfica fornece o embasamento teórico sólido para a concepção dos conceitos e definições que devem embasar o entendimento da relação política x religião, enquanto as análises de estudos mais recentes sobre as duas últimas eleições respondem ao objetivo do estudo explorando as percepções e influências das crenças religiosas na política

brasileira bem como de outros fatores que também influenciam nas decisões do eleitorado brasileiro.

O primeiro capítulo aborda a relação religião e política, os conceitos de religião para a compreensão dos sentidos que ela tem e as interações entre religião e política. O segundo capítulo narra sobre os conceitos e as relações da identidade religiosa e sua influência na esfera política ao longo da história. E o terceiro e último capítulo discorre sobre o objeto do estudo em si, que é a influência da retórica religiosa nas eleições de 2018 e 2022 e os aspectos relevantes para subsidiar a elaboração de uma disciplina eletiva envolvendo Ciências das Religiões e Filosofia para o Ensino Médio que é apresentadas no capítulo 4.

A relação entre crenças e identidades religiosas dos eleitores e candidatos e seus impactos nos resultados eleitorais e na retórica política durante as eleições no contexto brasileiro é um tema de grande relevância e complexidade na atualidade, para que se possa compreender o cenário político do país e suas perspectivas para os futuros pleitos.

Estudos recentes têm demonstrado que durante as eleições de 2018 e 2022 foi evidenciado o papel relevante das crenças e identidades religiosas na formação das preferências políticas dos eleitores brasileiros. O Brasil é um país majoritariamente cristão, com uma significativa presença de católicos e evangélicos e essas religiões exerceram, notadamente, muita influência na vida cotidiana dos brasileiros, inclusive no âmbito político. De acordo com a análise prévia da literatura acadêmica, a retórica religiosa e política adotada pelos candidatos se entrelaça com as questões morais e valores defendidos pelos religiosos, tanto atraindo eleitores que se identificam, quanto repelindo aqueles que não compartilham das mesmas crenças.

A problemática da dissertação visa explorar a questão por meio de uma análise crítica do cenário político-social do Brasil atual, que é notoriamente marcado por uma diversidade religiosa significativa e uma polarização política que se intensificou muito nos últimos dois pleitos, ao menos de forma mais explícita. Em 2018, por exemplo, o então candidato Jair Messias Bolsonaro se identificava como católico e posteriormente foi batizado como evangélico, explorando explicitamente a relação religião x política para fortalecer seu eleitorado. A campanha dele adotou discursos conservadores e pautas morais, como o combate ao aborto e a defesa da família tradicional, atraindo eleitores que se identificavam com essas crenças e valores que são cultivados por diversas vertentes religiosas, o que pode ter sido relevante para a sua eleição naquele ano, e que vamos analisar no decorrer do presente estudo.

O mesmo candidato perdeu o próximo pleito em que tentava a reeleição em 2022 por

uma pequena diferença de votos disputando com uma grande aliança fortalecida por partidos de Centro-esquerda, representada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo maior ênfase no discurso se deu justamente sobre o uso de valores morais conservadores disseminados em religiões para conduzir o pensamento político-social do povo brasileiro, considerado, por sua corrente, como falso moralismo segregante, marginalizante e que visam interesses de classes e das próprias lideranças religiosas, ferindo os reais valores de um pensamento livre e democrático na formação da opinião e condução do voto.

É importante ressaltar que os estudos mostram que grandes líderes religiosos desempenharam um papel relevante no contexto eleitoral, influenciando as escolhas dos fiéis em ambos os pleitos. Pastores e líderes de igrejas evangélicas, por exemplo, utilizaram seus púlpitos para endossar candidatos, orientando suas congregações a votarem de acordo com suas convicções religiosas. Essa influência parece ter um impacto direto nos resultados das eleições, especialmente pelo engajamento e posicionamento dos eleitores das religiões evangélicas.

No entanto, as crenças e identidades religiosas de eleitores não são os únicos fatores determinantes dos resultados eleitorais, os estudos têm apontado que existem outras questões socioeconômicas, políticas e ideológicas que também desempenharam papéis importantes na formação das preferências eleitorais, contudo, é preciso reconhecer que a questão religiosa tem sido um dos principais fatores de influência para o voto, seja de forma direta ou indiretamente, como através dos discursos e pautas conservadoras.

A religião é, portanto, uma faceta do complexo cenário político brasileiro na atualidade e é um dos assuntos que precisa ser abordado na formação de alunos, principalmente nos anos finais do Ensino Médio, quando passam a ser eleitores. Tanto as eleições de 2018 como as de 2022 foram fortemente marcadas pela influência das crenças e identidades religiosas. A polarização política tem se intensificado, com candidatos buscando se alinhar com grupos religiosos específicos para obter apoio. As questões relacionadas à liberdade religiosa, combate à intolerância religiosa e direitos LGBTQIAPN+ também são temas centrais nas discussões eleitorais, afetando diretamente o posicionamento dos candidatos e a retórica política adotada. São temas sensíveis na formação da juventude na atualidade, cenário em que a autora atua como professora de História e Filosofia.

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca compreender a relação entre crenças e identidades religiosas dos eleitores e candidatos e o seu impacto nos resultados eleitorais e na retórica política durante as eleições presidenciais de 2018 e 2022 e, especialmente, identificar formas de combater o uso político das religiões no Brasil para subsidiar elementos

para a elaboração de uma disciplina eletiva para o Ensino Médio envolvendo Ciências das Religiões e Filosofia de modo a preparar os futuros eleitores para o cenário político que vão encontrar e possibilitar o exercício de uma cidadania livre para a formação do voto.

A presente pesquisa sobre a influência da retórica religiosa nas citadas eleições é um recurso valioso para aprofundar o estudo das relações entre religião e política, ao mesmo tempo em que contextualiza os temas da eletiva em questões contemporâneas e relevantes para os alunos, principalmente no contexto de filosofia política. Outros aspectos importantes são: nas aulas de Filosofia a análise sobre religião e política terá um foco no papel que as crenças religiosas desempenham nas decisões políticas e nas percepções públicas. Como restará demonstrado ao final desta pesquisa, a retórica religiosa foi amplamente utilizada em discursos e campanhas eleitorais, influenciando tanto candidatos quanto eleitores. Professores como a autora, de História e Filosofia, podem orientar os alunos para uma análise crítica desses discursos, investigando como argumentos religiosos têm sido empregados para legitimar certas políticas ou ideologias e enfatizar a importância da laicidade do Estado para uma gestão imparcial das demandas políticas, sociais e econômicas.

A disciplina eletiva, como produto final deste estudo, visa enriquecer debates sobre questões éticas, como a separação entre Estado e religião e a instrumentalização da fé para ganho político, por meio do estudo dos conceitos, fatos e discussões sobre a moralidade do uso de crenças religiosas em um contexto eleitoral, o que contribuirá para a reflexão sobre o comportamento democrático dos jovens eleitores. As eleições de 2018 e 2022 são exemplos concretos que podem ser levados para a sala de aula. A partir de uma análise desses eventos, os alunos poderão discutir o impacto da religião na política contemporânea brasileira, conectando os conceitos vistos na eletiva a situações reais, como o uso da retórica religiosa por figuras políticas na atualidade.

1 RELIGIÃO E POLÍTICA: CONCEITOS E INTERAÇÕES

Antes de entrar na sede do debate sobre o tema proposto para o presente estudo, é necessário que se compreenda os conceitos e as interações da relação política x religião desde suas origens, que marcam, certamente, a história da própria democracia. Peter L. Berger considera que a religião atua como uma orientação na ordem social, segundo ele, a religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou por outra concepção dele mesmo, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada.¹

Por sagrado entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e relacionado a ele, que se acredita residir em certos objetos da experiência. Berger estudou o dossel sagrado a partir de elementos para formar uma teoria sociológica da religião, porque é necessário considerar que o homem é um ser social e que constitui uma relação preestabelecida com o mundo, além de estabelecer uma contínua relação com ele. Para o autor o homem precisa ser analisado para além de ser um ser que vive em coletividade, mas como um ser social, cuja atividade constrói um mundo como um empreendimento coletivo.²

A sociedade é um fenômeno dialético por ser um produto humano, e nada mais que um produto humano, que, no entanto, retroage continuamente sobre o seu produtor. A sociedade é um produto do homem. Não tem outro ser exceto aquele que lhe é conferido pela atividade e consciência humanas. Não pode haver realidade social sem o homem. Pode-se também afirmar, no entanto, que o homem é um produto da sociedade.³

Segundo Berger, o ser humano não pode ser compreendido de forma independente da efusão de si mesmo com o mundo que habita. Assim, a sociedade é constituída e mantida por seres humanos em ação e a religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Essa definição é dada por Otto e Eliade que definem a religião como “um empreendimento humano porque é assim que ela se manifesta como fenômeno empírico”.⁴

Berger também explica que entende-se por sagrado uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem, porém, relacionado a ele, que se acredita existir em determinados objetos da experiência. Essa qualidade pode ser atribuída a objetos naturais ou

1 BERGER, Peter L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. Org. Luiz Roberto Benedetti. Trad. José Carlos Barcellos. Coleção Sociologia e Religião. São Paulo: Paulus, 1985, p.45-46.

2 BERGER, 1985, p.45-46.

3 BERGER, 1985, p. 18.

4 OTTO E ELIADE *apud* BERGER, 1985, p.45-46.

artificiais, a animais, ou a homens, assim como à objetificação da cultura humana.

As manifestações históricas do sagrado variam muito, embora transversalmente se observem uniformidades na cultura (pouco importando, aqui, que essas uniformidades se devam interpretar como resultantes da difusão cultural ou de uma lógica interna da imaginação religiosa do homem). O sagrado é apreendido como algo que “salta para fora” das rotinas normais do dia a dia, como algo de extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas.⁵

Em um aprofundamento na ampla definição do que é e de como se manifesta o sagrado, o citado autor destaca que o cosmos sagrado emerge do caos e continua a enfrentá-lo, o sagrado é aquilo que então protege o homem contra os terrores e embora ele seja apreendido como distinto do homem, refere-se ao homem, relacionando-se com ele de forma que nenhum outro fenômeno o faz.⁶

1.1 Conceito de religião

Para conceituar religião no âmbito do presente estudo, antes de qualquer coisa, vamos considerar o primeiro aspecto da noção de religião que considera as etimologias. São duas as hipóteses quanto à origem da palavra religião. A tese moderna é bastante privilegiada ao considerar que o termo deriva de *religare*, tese defendida por autores cristãos, em especial Lactâncio (240-320) e Agostinho (354-430), cujas interpretações são teológicas, entendendo o conceito como religação entre Deus e o ser humano afastador por causa do pecado.⁷

Há também a proposta de que a palavra religião teria se originado de um texto escrito por Cícero, *De natura deorum*, denominada *relegere*, que significa reler, cujo sentido seria mais escrupuloso, referindo-se aos que cumprem os deveres de cultuar deuses.

É possível perceber uma diferença etimológica quanto à ênfase dos conceitos. O primeiro é derivado da ideia de vínculo entre seres humanos e divindade, já o segundo deriva de elementos éticos que direcionam para uma inserção social da religião. Não se trata, porém, de apontar qual origem é mais ou menos aceita, a diferença é somente na ênfase de cada origem em que uma não menciona aspectos éticos, enquanto outra não trata da relação com a divindade. O fato, como salienta Frederico Pieper, é que é possível identificar nas diversas

⁵ BERGER, 1985, p.46.

⁶ BERGER, 1985, p.45-46.

⁷ PIEPER, Frederico. Religião: limites e horizontes de um conceito. *Estudos de Religião*, 33 (1), 2019, p.10.

culturas, tanto do passado como do presente, o que chamamos de religião.⁸

Pieper adota a crítica dos conceitos empregados para avaliar a questão por uma outra perspectiva mais moderna, segundo ele, não se trata de escolher uma definição de religião para argumentar em seu favor porque os conceitos surgiram e se desenvolveram antes, como respostas a demandas específicas. Contudo, havendo a necessidade de se empregar algum conceito é necessário que se analise então as exigências que os conceitos existentes buscam atender.

Segundo Pieper, os conceitos são, ao mesmo tempo, frutos da história, e uma construção da história. O peso da palavra religião que se revela no desenvolvimento histórico é mais importante do que o estudo etimológico que, por si só, pouco traz para o desenvolvimento dos sentidos que o termo assume na modernidade, como a forma de empregá-lo ou, como descreve Pieper, “a situação que gera a necessidade de se recorrer ao termo religião para designar uma área da vida humana”.⁹

Wilfred Smith apresenta uma visão polêmica como se nota em suas palavras:

Nesse caso, poder-se-ia argumentar que a própria incapacidade persistente de clarificar o sentido da palavra “religião” sugere que se abandone o termo, que se trata de um conceito distorcido que não corresponde realmente a algo definido ou distintivo existente no mundo objetivo. Os fenômenos que chamamos de religiosos existem sem dúvida alguma, mas a noção de que constituem em si uma entidade distintiva talvez seja uma análise injustificada.¹⁰

Smith promove uma revisão nos conceitos de religião usualmente empregados para sustentar sua perspectiva que visa mostrar o conceito de uso recente, surpreendendo com algumas informações que o uso naturalizado do termo deixa passar.¹¹ Pieper narra que na Idade Média, conhecida nos livros de história por ser uma época marcada pela religião, por exemplo, não foi escrito nenhum tratado sobre religião, mas apenas sumas teológicas de alguns autores medievais podem ser encontradas, estabelecendo o contraste entre o cristianismo, como conjunto de doutrinas e práticas verdadeiras, e os outros sistemas religiosos, com a intenção clara de contrastar formas de relacionamento com Deus que seriam verdadeiras e outras que seriam falsas, mas não pode ser considerado um tratado religioso.¹²

Pieper conclui que no interior do cristianismo foram determinados modos corretos e

⁸ PIEPER, 2019, p.10.

⁹ PIEPER, 2019, p.10.

¹⁰ SMITH, Wilfred C. *O sentido e o fim da religião*. São Leopoldo: Sinodal, 2006, p.29.

¹¹ SMITH, 2006, p.29.

¹² PIEPER, Frederico. Ob. Cit. Nota 7, p.10.

falsos de adoração, contudo a noção de religião é muito mais ampla no sentido de uma disposição subjetiva do que propriamente envolve um sistema de crenças. O adjetivo religioso era utilizado no período antigo e medieval em que religiosas eram as pessoas que se dedicavam à vida monástica, e segundo o autor, até hoje esse sentido é familiar, contudo, esse conceito foi ampliado já que religioso, no sentido moderno, também é o indivíduo que segue rigorosamente preceitos de uma religião.

Há outro sentido destacado por Pieper que é quando se afirma que alguém faz algo de forma constante, ou religiosamente todos os dias em um determinado horário, adotando aí um sentido de religião como adjetivo para qualificar ações e não como substantivo como nome de algo que existe na cultura e na sociedade referindo-se ao que se relaciona ao exercício de uma prática com divindades.¹³

No contexto das reflexões contemporâneas sobre religião, Joanildo Burity chama atenção para o modo como o termo religião se insere nos processos de construção da modernidade ocidental. Para o autor, a religião passa a ser compreendida como uma instância separada da vida social, regulada por critérios internos e delimitada por fronteiras institucionais.¹⁴ Isso se relaciona com a crítica feita por Smith ao uso naturalizado do termo: ambos apontam que a noção de religião como esfera autônoma, separada de outras práticas culturais e sociais, é um produto moderno e ocidental. Assim, Burity reforça que o que hoje é compreendido como religião não apenas foi construído historicamente, mas também politicamente, como parte da consolidação de um determinado modelo de sociedade, especialmente a partir do processo de secularização.

Marina Moraes, por sua vez, contribui com uma análise que considera os impactos da colonialidade na construção do conceito de religião. Ela argumenta que a imposição de uma epistemologia eurocêntrica, sobretudo no período colonial, moldou o entendimento de religião nos países do Sul global, promovendo a exclusão ou deslegitimação de formas religiosas que não se enquadravam nos padrões ocidentais cristãos (Moraes, 2022, p. 57).¹⁵ A crítica de Moraes amplia a reflexão de Pieper ao mostrar que não apenas o termo "religião" foi forjado com sentidos limitados, mas também que esses sentidos foram impostos como universais, apagando a pluralidade de experiências religiosas. Isso desafia os estudos

¹³ PIEPER, 2019, p.10.

¹⁴ BURITY, Joanildo. *Religião e espaço público: o olhar das ciências sociais*. In: Menezes, Paulo A. de (org.). *Religião e esfera pública: contribuições para o debate no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012, p. 25-49.

¹⁵ MORAIS, Marina. *Religião e colonialidade: epistemologias do Sul e crítica à modernidade religiosa*. Revista Brasileira de Estudos da Religião, 14(2), 2022, 50-66.

contemporâneos a revisarem os marcos conceituais a partir de epistemologias diversas e plurais.

Karina Bellotti e Ronaldo de Almeida, em suas pesquisas, abordam como a religião se apresenta hoje como um espaço de disputas simbólicas e morais, sobretudo no Brasil. Bellotti aponta que a vivência religiosa, especialmente em contextos urbanos, articula-se cada vez mais com elementos da cultura de consumo, midiáticos e identitários, afastando-se da ideia de religião como uma entidade fixa e institucionalizada.¹⁶ Já Almeida destaca o crescimento do que chama de "trânsito religioso", evidenciando a mobilidade dos fiéis entre diferentes tradições e a fluidez nas práticas religiosas contemporâneas.¹⁷ Esses autores contribuem para problematizar ainda mais a noção essencial de religião, reforçando que ela é atravessada por dinâmicas sociais, políticas e culturais que desafiam sua classificação como um sistema estável e uniforme.

Este estudo adota a ideia de que os estudos etimológicos podem apenas situar o surgimento da palavra religião no contexto latino dos primeiros séculos da era cristã, posteriormente reconhecido no período medieval, com o seu uso mais recorrente após o século XVII, porém, a compreensão do sentido de religião para os estudos atuais deve ampliar-se para a modernidade, para o entendimento da religião como forma de organização e diferenciação das esferas sociais autônomas na contemporaneidade.

Grosso modo, com o advento da modernidade, o dossel sagrado não se mostra mais como aquela instância que articula e organiza a vida social. Em seu lugar, há a lógica da racionalização que, com sua especialização e burocratização, conduz à concepção de sociedade a partir da diferenciação das esferas sociais. Em outras palavras, se antes da modernidade o sagrado se colocava como agente regulador, agora surgem esferas especializadas, cada qual com seu modo de legitimação próprias. Nesse movimento, o que será chamado de religião deixa de ser referência última para se tornar uma esfera ao lado de outras.¹⁸

O fato é que, conforme ocorre a racionalização da vida, as esferas sociais vão se tornando mais autônomas em relação aos valores sagrados ao longo da história. Desse modo, não há a necessidade de se recorrer à base religiosa para justificar as ações. Como afirma o estudo de Pieper, a modernidade promove uma autonomização das esferas sociais que, para além da referência à tradição religiosa, tendem a se especializar, delimitando os âmbitos de

¹⁶ BELLOTTI, Karina. *Religião e consumo: uma análise das transformações contemporâneas*. In: *Religiões e sociedade: debates e desafios contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2016, p.94.

¹⁷ ALMEIDA, Ronaldo de. *O trânsito religioso no Brasil: entre mutações e permanências*. Tempo Social, 19(1), 2007, p.39.

¹⁸ PIEPER, 2019, p.12.

cada esfera social, diferenciando, por exemplo, política e economia, arte e erótica, etc.¹⁹

É possível identificar determinados temas e fenômenos que concernem ao que denominamos de política nos dias de hoje. Há outros, por exemplo, que se inserem naquilo que podemos chamar de arte na contemporaneidade. É possível ainda que haja temas comuns ou que tenham contato entre eles. Contudo, a tendência é de que haja a especialização, para que cada esfera trate de um aspecto da vida social, abrangendo os fenômenos, valores, crenças, etc. Ao relacionar essa concepção com as eleições, objeto do presente estudo, que são, conforme Pieper, um fenômeno político, não deveria haver interferência das instituições religiosas. Da mesma forma que a fé é um fenômeno relativo à religião que não deveria se confundir com o direito.²⁰

Cada esfera social deve se reger segundo sua própria lógica, como leciona Antônio Pierucci, comentando o pensamento de Weber de que cada esfera de valor, ao se racionalizar, se justifica por si mesma, ou seja, encontra em si mesma a sua lógica interna, sua legalidade, que leva à institucionalização social por meio da formação de seus próprios quadros profissionais que são encarregados de garantir sua autonomia de forma precisa”.²¹

Pode-se reconhecer como esferas sociais, com suas próprias lógicas de legitimação, a erótica, a arte, a ciência, a economia, a ética, etc, que justificam, por exemplo, que uma teoria econômica seja diferente da forma como se defende uma hipótese em arte. Assim, não teria sentido pautar uma explicação para a inflação tomando como base uma teoria daquilo que é belo. Esta noção é aplicável ao âmbito da arte, não da economia. Como também não se poderia defender uma teoria científica baseada no recurso de autoridade de um texto sagrado quando a explicação científica se ampara em provas experimentais seguindo procedimentos metodológicos próprios do método científico, enquanto o texto sagrado é baseado em crenças nem sempre comprovadas por meio de experimentos que possam ser considerados provas.²²

Pieper destaca como esse processo de racionalização conduz à autonomização de esferas sociais com seus modos próprios de legitimação, ressaltando que o sagrado deixa de ser o fundo articulador da vida social, ele é rebaixado a uma esfera social ao lado de outras levando ao questionamento sobre como se denomina esse conjunto de ideias e práticas que lida com o transcendente, com Deus, etc. Há uma palavra para isso no léxico ocidental: é

¹⁹ PIEPER, 2019, p.12.

²⁰ PIEPER, 2019, p.12.

²¹ PIERUCCI, Antonio Flávio. *O desencantamento do mundo*. Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2a. Edição, 2005, p.138.

²² PIEPER, 2019, p.12.

religião. Da mesma forma que as outras esferas se ocupam de seus respectivos assuntos, segundo certos procedimentos, há também uma região da vida social, ao lado de outras, denominada de religião para lidar com as ideias e práticas relacionadas ao transcendente, às divindades. Tal âmbito se relaciona, mas é distinto, da política, da economia, da estética, etc.²³

É importante reconhecer a religião como esfera autônoma da vida humana, com suas características, o que não significa dizer que ela não mantenha suas relações com diversas outras esferas, com múltiplas dependências, causa e efeito, trocas, etc. O autor ressalta que a dimensão religiosa acaba penetrando nas demais no ponto do fiel que considera a política, por exemplo, a partir de suas crenças, porque ele não é cidadão e, depois, religioso, ele entende sua participação no espaço público antes de tudo a partir de sua convicção religiosa.²⁴

A percepção de que há uma esfera que pode ser delimitada e nomeada de religião é resultante do processo de fragmentação da vida em diversos setores, consistindo-se em um legado da modernidade, mais especificamente desse processo de racionalização. Aqui, já não é mais o religioso (ou a noção de Deus) que unifica toda a vida social. De certa forma, a partir do iluminismo, a noção cultura/sociedade vai assumindo essa função principalmente para os estudiosos. Assim, ao menos no âmbito das ciências humanas, a ideia de sociedade ou cultura acaba sendo esse fundo que articula as demais esferas.²⁵

A economia, arte, religião, política, etc. são fenômenos culturais, parte constituinte de um todo maior denominado cultura. A religião é, portanto, uma região da cultura ou sociedade que é composta de várias esferas sociais autônomas. Segundo o autor, uma evidência de como se passa a compreender a realidade social nessa perspectiva é o surgimento das disciplinas específicas para a compreensão de cada âmbito. O autor cita que na passagem do século XVII para o XVIII surgiram as primeiras referências à “filosofia da arte”, “filosofia política” ou “filosofia da religião”. Com o reconhecimento dessas esferas surgiu também a necessidade de disciplinas dedicadas a compreendê-las em suas especificidades. Nesse contexto, a filosofia da religião também surge como tentativa de caracterizar esse âmbito específico da vida social e é a partir desse contexto que emergiram as teorias sobre a religião, buscando caracterizar essa esfera da vida social.²⁶

A relativa segurança atribuída ao conceito de religião, especialmente nos estudos brasileiros, conforme observa Frederico Pieper, contrasta com a complexidade que o termo

²³ PIEPER, 2019, p.12.

²⁴ PIEPER, 2019, p.12.

²⁵ PIEPER, 2019, p.14.

²⁶ PIEPER, 2019, p.12.

carrega quando analisado em profundidade. Joanildo Burity chama a atenção para o fato de que essa confiança conceitual esconde um processo histórico de institucionalização e autonomização da religião, moldado por interesses do Estado moderno e pelas dinâmicas da secularização.²⁷ Essa “naturalização” do termo, criticada por autores como Smith, encontra ressonância na análise de Burity, que propõe uma abordagem mais crítica e atenta às mediações sociais e políticas que sustentam a ideia de religião como esfera separada e legítima. Assim, pensar religião como uma categoria segura pode ser, paradoxalmente, um obstáculo à compreensão dos modos plurais de religiosidade presentes na realidade brasileira.

Aderindo às considerações, o conceito de religião aqui não é alvo para um debate mais exaustivo, como geralmente não tem sido em estudos de Ciências da Religião, bastando a consideração do princípio de que ele se refere a uma realidade com relativa segurança. A categoria do sagrado é alvo de duras críticas desde sempre, seja por sua pretensão universalista, ênfase psicologizante ou desconsideração de aspectos socioculturais, envolvendo uma certa névoa à categoria, levantando muitas desconfianças (nem sempre pertinentes) sobre a validade da interpretação de determinados fenômenos. No Brasil, mesmo aqueles estudos que se mostram mais críticos à noção de sagrado não trazem suspeitas em relação ao conceito de religião.²⁸

Assim, para o presente estudo considera-se a religião como parte inerente da sociedade, que reflete em todos os outros âmbitos quando os praticantes de cada religião adotam pensamentos, comportamentos e ideologias baseadas em suas considerações do que lhes é sagrado para a vida individual e coletiva.

Diante dessas complexidades conceituais e das tensões presentes na definição de religião enquanto categoria analítica, torna-se oportuno explorar desdobramentos específicos que emergem dessa discussão, como a noção de religião civil. Esse conceito, surgido no contexto moderno, aponta para manifestações simbólicas, rituais e valores coletivos que, embora não vinculados diretamente a uma tradição religiosa institucional, operam funções semelhantes àquelas tradicionalmente atribuídas à religião. Ao deslocar o olhar da religião institucional para formas seculares de sacralização do social, abre-se espaço para investigar como Estados-nação, projetos políticos e discursos identitários constroem elementos de coesão, reverência e pertencimento que se aproximam do religioso — ainda que sob novas roupagens e lógicas como aparecem nas eleições presidenciais no Brasil, objeto do presente

²⁷ BURITY, 2012, p.29.

²⁸ PIEPER, 2019, p.5.

estudo.

1.2 Religião civil

Outro conceito de religião importante para a compreensão na relação política x religião é o de religião civil, que foi trazido para a Sociologia por Robert Bellah em um artigo publicado em 1967 com o título *Civil Religion in America*. O sociólogo analisou diversos discursos de presidentes dos Estados Unidos, como Washington, Jefferson, Lincoln e Kennedy, dentre outros, para demonstrar que os símbolos, os cerimoniais, os lugares e os eventos sagrados, centrados na ideia de Deus, desempenharam um papel constitutivo no pensamento desses estadistas americanos, além de serem compartilhados pela maioria dos cidadãos do país. Para Bellah, esta é a autêntica expressão da realidade religiosa na experiência do povo americano. Ele cita, por exemplo, que o "american way of life" teria sido instituído baseado na dimensão religiosa pública, que é o que ele denomina então de "religião civil americana".²⁹

Paula Montero faz sua contribuição analisando o conceito de Bellah:

O conceito de "religião civil" foi formulado em um contexto teórico bastante distinto e, embora também referido ao debate sobre a secularização que mobilizou os historiadores na década de 1980, lhe antecede em quase duas décadas. No que já se tornou uma referência clássica ao tema, a conferência "Civil Religion in America", proferida por Robert Bellah em 1966, inaugurou um amplo e longo debate no âmbito da sociologia da religião americana, mas também na história e ciência política, que alcançou seu momento culminante por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência em 1976. A definição da expressão religião civil e sua aplicabilidade como conceito sociológico mobilizou os estudiosos nos vinte anos seguintes à publicação do ensaio.³⁰

Marcela Cristi também analisa o conceito de Bellah, que considera confundir a "profissão de fé puramente civil" definida por Rousseau com a definição das formas elementares da vida religiosa definida por Durkheim em 1912: religião é "um sistema solidário de crenças e práticas relativas a coisas sagradas [...] que unem em uma mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos os que aderem a ela". A interpretação mais moderna do conceito de Cristi preocupa-se em fazer a distinção conceitual entre "religião civil", considerando o sentido desta nos estudos das ciências sociais, e de "religião política",

²⁹ BELLAH, Robert N. *Civil Religion in America* in *Beyond Belief: Essays on Religion in a Post-Traditional World*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1991, p.168-189.

³⁰ MONTERO, Paula. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 15-39, jan./jul. 2018, p.21.

que seria a religião que Rousseau teria definido no chamado Contrato Social.³¹

Embora seja necessário retornar às origens para compreender os conceitos, não se pode restringir à visão de cientistas sociais, é importante, inclusive, retroceder a esta visão de Bellah e autores que tratam da religião civil baseada no Contrato Social, examinando os escritos mais antigos, onde Rousseau esboçava o que viria a chamar de “profissão de fé puramente civil”, como a carta escrita a Voltaire, onde tratava sobre a Providência, em 18 de agosto de 1756.³²

A Carta mostrava que Rousseau via a religião não apenas pelo viés de tradicional instrumento de governo para assegurar a ordem da sociedade vigente, mas também era possível identificar seus sentimentos cristãos onde tinha a religião como fonte de consolo e paciência para que as pessoas convivessem melhor com os sofrimentos, com a esperança de uma vida melhor no futuro.³³

Tal carta foi escrita como resposta a um poema de Voltaire sobre o desastre que destruiu Lisboa, logo após o terremoto que aconteceu em 1º de novembro de 1755. Na carta Rousseau retomava a doutrina do otimismo filosófico, associava nomes como Gottfried Wilhelm, Leibniz e Alexander Pope, defendendo a ideia da Providência benfazeja. A visão de Rousseau na carta não é a mesma dos autores sistemáticos do século XVII, mas uma visão que não negava a razão em absoluto, mas considerava as “provas de sentimento” (cuja expressão máxima se deu na Profissão de fé do vigário saboiano, no livro IV do Emílio) que foram suficientes para justificar a crença num Deus providente, justo e bondoso.³⁴

Thomaz Massadi Teixeira Kawauche considera que o texto dessa Carta sobre a Providência pode ser dividido em duas partes. Uma em que Rousseau teria apresentado uma certa crítica ao discurso metafísico ao tematizar a origem do mal e a ideia da Providência. E outra, onde ele faz um desdobramento da primeira, procurando sair de um “estado de dúvida” para uma mudança de perspectiva em que deixa o problema da verdade em religião de lado e passa a considerar, do ponto de vista mais prático, as questões sociais da diversidade das crenças envolvidas, concentrando-se na tolerância religiosa.³⁵

³¹ CRISTI, Marcela. *From Civil to Political Religion: The Intersection of Culture, Religion and Politics*, Waterloo/Canada, Wilfrid Laurier University Press, 2001, s/p.

³² CRISTI, 2001, s/p.

³³ CRISTI, 2001, s/p.

³⁴ CRISTI, 2001, s/p.

³⁵ KAWAUCHE, Thomaz M. T. *Religião e política em Rousseau. Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 2012, p.22-23.

Assim, ao invés de ficar discutindo a verdade das crenças sem chegar a conclusões, ele indagava a utilidade dos dogmas, por meio da reflexão sobre a relação estabelecida entre as crenças e as condutas, e, mais especificamente, sobre como se usava da religião como suporte ao governo da humanidade promovendo uma coesão do corpo político. Voltaire, por seu turno, é acusado de ser pouco convincente porque negava a pressuposta ordem do mundo e sugeria que a natureza não age com regularidade, como se não houvesse leis gerais fixas e imutáveis.³⁶

Rousseau não abraça essa ideia totalmente, não se prende à noção de universo como sistema, ele entende que os princípios do otimismo associados à concepção de ordem da natureza nem poderiam ser apreendidos pelos homens por si mesmos, porque não havia, para ele, inteligência suficiente para isto. Ele prefere entrar em um estado de dúvida quando não consegue conciliar o fato da existência do mal no mundo com a ideia de Providência benfazeja, propondo a “profissão de fé civil”, que ele também chama de “catecismo do cidadão”, uma espécie de “código moral” que serviria de base para a manutenção das relações internas entre os homens, o que mais tarde ressurgiria no conceito sobre a religião civil do já mencionado Contrato social.³⁷

O pano de fundo da história é uma querela entre Voltaire e Rousseau acerca do otimismo religioso que marcou as discussões entre diversos pensadores daquela época, uns defendendo uma visão mais otimista de Deus, e outras uma visão mais negativista diante da evidência do mal. As dificuldades giravam em torno da ideia de Providência defendida por Rousseau de forma mais positiva e por Voltaire de forma mais negativa e diante da falta de uma resposta satisfatória para o que ficou conhecido como o “paradigma de Epicuro”, que foi a primeira formulação lógica para o problema do mal que chegou por meio de uma citação de Lactâncio, apologista do século IV d.C., em *De ira deorum*:

Ou Deus deseja eliminar os males e é incapaz, ou é capaz e não deseja, ou não deseja nem é capaz, ou Ele tanto deseja quanto é capaz. Se deseja e é incapaz, Ele é impotente, o que está em desacordo com o caráter de Deus. Se é capaz e não deseja, Ele é malevolente, o que é igualmente estranho a Deus. Se nem deseja nem é capaz, Ele é tão malevolente quanto impotente, e, portanto, não é Deus. Se tanto deseja quanto é capaz, o que é adequado a Deus, de onde vêm os males? Ou por que Ele não os remove?³⁸

A intenção de Voltaire não era com os verdadeiros princípios da ordem do universo,

³⁶ KAWAUCHE, 2012, p.22-23.

³⁷ KAWAUCHE, 2012, p.22-23.

³⁸ INWOOD, Brad.; GERSON, Loyd. apud CRISTI, Marcela. Ob. Cit. Nota 26, s/p.

mas com os efeitos sociais e psicológicos que ele relacionava ao sofrimento dos homens. Ou seja, ele se apropriou do conceito de “teodiceia” voltada não para as questões abstratas da metafísica do chamado racionalismo clássico, mas voltando-se para as questões práticas relativas à moral e, Rousseau inclui a política. Visões estas que foram disseminadas para compor o conceito e os campos de atuação da religião na sociedade civil até os dias de hoje.

Segundo narra Paula Montero, apesar de a expressão cunhada por Bellah ter tido grande fortuna crítica, a ideia de que existia uma base religiosa comum à nação americana já havia sido citada antes por outros autores como John Dewey, que falava em uma “fé comum”, Robin Williams que mencionava “religião comum”, e Sidney Mead que falava em “religião da República”. Contudo, foi Bellah que conferiu uma percepção comum relativa ao substrato religioso disperso da nação americana, um estatuto de conceito, pretendendo cunhá-lo como um instrumento de análise que pudesse interpretar os eventos históricos e políticos diante das relações particulares que o povo americano mantinha com a transcendência.³⁹

Segundo Marcela Cristi, uma análise na bibliografia mostra que esse conceito de “religião civil” foi muito difundido nas ciências sociais, tendo como referência básica o conceito de Contrato Social de Rousseau, onde, segundo ela, este sintagma foi usado pela primeira vez. Contudo, a citada autora destaca a importância de se observar que o sentido em voga hoje é diferente daquele utilizado pelos autores do século XVIII, embora torne possível visualizar que desde sempre os conceitos de religião estiveram relacionados com a política em todas as épocas.⁴⁰

Bellah faz uma distinção entre a “dimensão religiosa” que a população e o “cerimonial religioso” compartilha, a qual se atrela às comemorações das instituições políticas. Ele nomeia essa expressão pública e ritualística de valores e compromissos não explícitos como “religião civil”. Ele também atribui uma função política ao cerimonial religioso, conferindo legitimidade ao poder do Estado. A dimensão civil dessa “religião” se atrofia diante da dispersão da sensibilidade religiosa da maioria dos americanos e o representante estatal que se utilizava da retórica religiosa, não se vislumbrando a mediação de uma “sociedade civil” em operação.⁴¹

Para Paula Montero, tais elementos permitem a pontuação de algumas particularidades do conceito de Bellah, por exemplo, ele descreve a emergência de grupos comunitários e sua luta

³⁹ MONTERO, 2018, p.21.

⁴⁰ CRISTI, 2001, s/p.

⁴¹ BELLAH, 1991, p.22-23.

para legitimar a própria autonomia diante das autoridades eclesiásticas e políticas americanas. Assim, o conceito de “religião civil” aponta para uma estrutura dualística sob a qual as crenças privadas dispersas no “tecido social” só emergem publicamente como religião na esfera política. O problema da legitimação do poder nesse contexto estabelece um jogo mais complexo de disputas que se triangulam entre a apropriação mútua de eclesiásticos, burgueses e governantes, sendo que este último legitima o discurso religioso dos detentores do poder político.⁴²

O modo de conceber Estado e Nação como duas dimensões justapostas de Bellah, deriva de sua visão sobre a soberania atribuída a Deus. Ele analisa as referências a Deus no discurso de posse de John F. Kennedy, por exemplo, que segundo ele são relativamente invariáveis nos pronunciamentos de todos os presidentes americanos em ocasiões solenes, argumentando que, apesar de parecerem periféricas e protocolares, elas demonstram os valores e compromissos compartilhados pela maioria dos americanos. Concebendo a ideia de respeito dos governantes, a “vontade popular” é institucionalizada e garante o voto majoritário, embora não seja suficiente para conferir autoridade política aos eleitos. Esse tipo de relação sob análise do ponto de vista americano ganha amplitude e espaço em todos os países democráticos nos quais o conceito de religião aparece sempre como fator relevante no cenário político.⁴³

Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

1.3 Religião e política: interseções e debates

Quando se fala na relação política e religião é possível remontar a história desta a partir da própria origem do Estado. Como já mencionado, a religião é peça fundamental na política desde seus primórdios, tema que não passa despercebido, por exemplo, na obras de Maquiavel, que ao longo de sua vida e carreira diplomática a serviço de Florença, percorreu um caminho de orientar e conduzir os príncipes sobre como chegar ao poder e manter-se nele com honras e glórias, considerando uma lógica possível de êxito na política, que tinha como pano de fundo um processo estratégico no qual é possível identificar a presença da religião na ação política. É possível perceber então o local de destaque que a religião ocupava no cenário político, colaborando de maneira importante com as estratégias

⁴² MONTERO, 2018, p.22-23.

⁴³ MONTERO, Paula. Ob. Cit. Nota 25, p.22-23.

de Maquiavel em busca de uma Itália unificada e dominadora.⁴⁴

É impossível ignorar a relevância da religião no cenário político contemporâneo. Tanto no âmbito da cultura e do cotidiano, como no da esfera pública e da política, os atores religiosos estão constantemente em movimento, trazendo uma linguagem, seu ethos, suas demandas, nas mais diversas direções. Ao mesmo tempo que esses processos contribuem para caracterizar formas pluralistas e dialógicas de conviver e enfrentar os problemas sociais e políticos, também apontam para o estreitamento da comunicação e para a escalada da violência e da intolerância na sociedade.⁴⁵

Em diversos países, as organizações, movimentos e pessoas ligadas a diferentes religiões ocupam espaços de representação e de participação, seja com nome próprio ou como parte da sociedade civil organizada. São visíveis as controvérsias sobre a legitimidade de usos e críticas da religião no plano das manifestações culturais, do acesso à mídia ou da sociedade política, para além de casos (sub)nacionais localizados, podendo dizer que elas fazem parte dos fenômenos globais.⁴⁶

Não é possível reiterar diagnósticos e prognósticos tradicionais das ciências sociais para os quais a secularização moderna⁴⁷, a sofisticação tecnológica, o individualismo e a cultura de massas pudesse levar a um declínio das práticas religiosas e da presença pública das religiões. O que se percebe é que, nos lugares onde ocorre, a secularização não é um processo uniforme e unilinear. Por outro lado, uma parcela muito pequena do mundo poderia ser adequadamente compreendida a partir dessa representação estrutural e efeitos da modernização. Os avanços na secularização, em curso em várias esferas em muitos países, não só coexistem com avanços na adesão ou práticas religiosas, mas criam o cenário de rivalidade e reforçam-se mutuamente.⁴⁸

Peter L. Berger narra que por secularização entende-se o processo pelo qual os setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Segundo o autor, quando se fala da história ocidental moderna, a secularização se manifesta na retirada das Igrejas Cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle e influência:

⁴⁴ SOUZA, Vimerson Araujo de. A relação entre política e religião em Maquiavel. *Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século XVII*, n.º 32 (especial sobre Maquiavel e Espinosa), jan-jun. 2015, p.263.

⁴⁵ BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 2, nov. 2008, p.84.

⁴⁶ BURITY, 2008, p.84.

⁴⁷ “O termo secularização tem sido usado para definir um processo de libertação do homem moderno da tutela da religião, ao passo que, em círculos ligados às Igrejas tradicionais, tem sido combatido como descristianização, paganização e equivalentes”. (BERGER, 1985, p.142)

⁴⁸ BURITY, 2008, p.84.

separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo. E já em se tratando de cultura e símbolos, Berger defende que a secularização é mais do que um processo socioestrutural, observando o declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência como uma perspectiva autônoma inteiramente secular, do mundo.⁴⁹

Fora dos países do capitalismo avançado ocidental, a prática mais comum foi a de diferentes modalidades de hibridização da modernidade ou o surgimento de outras vias de modernização diferentes da experimentada pelo Ocidente rico, onde também não se pode dizer que houve um modelo padrão ou um caminho único para o desenvolvimento histórico da modernidade.⁵⁰

É fato que nenhum fragmento das sociedades existentes em todo o planeta conseguiu subtrair-se de forma inteira e bem sucedida à mundialização do capitalismo e da modernidade, deixando múltiplos caminhos e uma marca indisfarçável: a vitalidade das práticas, das organizações e dos movimentos religiosos, em seus variados graus que só podem ser analisados contextualmente, além de sua capacidade de responder, reagir, reafirmar-se e negociar espaços na ordem moderna.⁵¹

Mais do que uma sobrevivência pré-moderna crescentemente circunscrita aos bolsões de atraso, miséria e tradicionalismo sociocultural do mundo, temos assistido nos últimos anos a um crescente “avanço” de movimentos e situações envolvendo atores religiosos (ou atores sociais e políticos para os quais sua identidade religiosa é ou tornou-se um componente especialmente relevante) nos países centrais. Em decorrência da migração (nem sempre recente, mas que adquire uma nova configuração com a emergência dos discursos multiculturais), dos ecos remotos ou das intervenções diretas de grupos e incidentes religiosos em países como Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Austrália, “a” religião “volta” a fazer parte do cotidiano cultural e político.⁵²

Há, portanto, uma emergência global da religião, seja na forma de um espectro aterrorizante, seja um “totalmente outro”. O islã, por exemplo, é erroneamente confundido com o radicalismo político islâmico. A valorização dos esforços de agregação macroecumênicos em defesa de temas caros às principais religiões do mundo, como: paz, justiça, comunidade, solidariedade, etc, articuladas ou cruzadas por questões de etnicidade, identidade nacional/racial/de gênero/etária, classe social e reivindicações políticas. Apesar do tom dramático e, por vezes, apocalíptico, essa contemporaneidade dos fenômenos

⁴⁹ BERGER, 1985, p.144.

⁵⁰ BURITY, 2008, p.85.

⁵¹ BURITY, 2008, p.85.

⁵² BURITY, 2008, p.85.

religiosos possui numerosas formas de expressão e acomodação menos espetaculares, pela via do envolvimento nas instituições representativas, nas instituições de participação popular, nas distintas redes da sociedade civil.⁵³

Neste processo surgem os “reconhecimentos”, “valorizações” e “diálogos” entre atores laicos e religiosos, não somente no Brasil, mas no plano internacional e global, por organismos multilaterais e bilaterais, considerando uma certa “sociedade civil global”, cuja importância é crescente, ampliando espaços para novas formas de conversação entre atores religiosos e não religiosos. No âmbito nacional e local as políticas públicas e a militância social abrem formas de participação e legitimação das religiões no contexto político, social e econômico.⁵⁴

A relação entre religião e política vem sendo objeto de estudos recorrentes nas ciências sociais ao longo de toda a História. A religiosidade ascendeu nas últimas décadas entrando em um âmbito de mobilização da atenção de pesquisadores para as relações entre essas esferas do mundo contemporâneo como, por exemplo, religião e política. No Brasil este fenômeno apresenta contornos e variações singulares, tendo em vista a crescente inserção de grupos religiosos cristãos na política institucional como será analisado no presente estudo.⁵⁵

O próximo capítulo se aprofundará no entendimento de como a Igreja Católica construiu um discurso sustentado pela dualidade bem/mal no mundo moderno, representado por concepções de organização social que refletem em todas as esferas, inclusive a política. Discurso este que vem sendo absorvido e ampliado por todas as novas concepções religiosas que surgiram ao longo da história.⁵⁶

Trazendo a reflexão para o âmbito da consideração do discurso religioso presente no discurso político, a intenção é dar a percepção de que a fé, o que se considera sagrado é o que pode combater e resolver os grandes problemas da sociedade, que são objetos das pautas dos candidatos nos pleitos eleitorais desde os primórdios da organização social e que aparecem de forma marcante nos dois últimos pleitos no Brasil, assim como tem ocorrido em diversos países.

O discurso religioso aparece muitas vezes de forma indireta, como em pautas que dividem opiniões entre religiosos e não religiosos, como a da descriminalização do aborto, por exemplo que divide os progressistas de Esquerda e Centro-esquerda que defendem a

⁵³ BURITY, 2008, p.86.

⁵⁴ BURITY, 2008, p.86.

⁵⁵ SILVA, Luiz Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. *Latino América*. México, 2017, p.225.

⁵⁶ SILVA, 2017, p.227.

descriminalização até certa altura da gestação e a liberdade de escolha da mulher sobre seu corpo e aqueles que, conservadores de Direita ou de Extrema-direita, normalmente fundados em bancadas evangélicas e fortemente defendidos por líderes religiosos, consideram que, por ser pecado, não se pode autorizar o aborto em qualquer momento da gestação.

Este é apenas um exemplo da relação que se estabelece entre religião e política nos dias de hoje no Brasil, mas isto ocorre nas mais diversas pautas e políticas que são praticadas pelos governos não somente no Brasil, mas no mundo, de modo que podemos em visão prática afirmar que a religião influencia na política de forma muito significativa desde seus primórdios como pudemos concluir até aqui.

Se as políticas são praticadas sob a égide de manter um controle da sociedade, ela tende a ser praticada para evitar um caos social. E a religião, conforme destaca Peter L. Berger, que chama de o sagrado, é a categoria oposta ao caos, que emerge dele e combate-o. Aprofundando-se no contexto da relação ordem social e religião o autor cita que o cosmos sagrado emerge do caos e continua a enfrentá-lo como seu terrível contrário. Essa oposição entre o cosmos e o caos, segundo ele, é frequentemente expressa por vários mitos cosmogônicos, em suas palavras:

O cosmos sagrado, que transcende e inclui o homem na sua ordenação da realidade, fornece o supremo escudo do homem contra o terror da anomia. Achar-se numa relação “correta” com o cosmos sagrado é ser protegido contra o pesadelo da ameaça do caos. Sair dessa relação correta é ser abandonado à beira do abismo da incongruência.⁵⁷

O citado autor lembra que religião vem de uma palavra latina que significa “ter cuidado”. E isto significa ter cuidado com tudo na organização da vida e da sociedade, de modo que é possível concluir que a consideração de sagrado de cada um influencia nas suas decisões, comportamentos e atitudes em todas as esferas de sua vida e de forma muito significativa na formação de uma identidade religiosa e uma opinião, inclusive a política.

2 IDENTIDADE RELIGIOSA E SUA INFLUÊNCIA NA ESFERA POLÍTICA

2.1 Identidade religiosa e sua formação

Um dos elementos na formação da identidade religiosa remete à recordação do passado,

⁵⁷ BERGER, 1985, p.47.

que segundo Marcos Alberto Torres, é crucial para o entendimento do seu sentido, pois saber o que éramos confirma o que somos hoje. Nesse sentido, refletir sobre o conceito de identidade indica que quando aplicada para referir-se ao indivíduo, a identidade pode ser um estado, resultante de uma instância administrativa. O documento de identidade, por exemplo, conduz à ideia de representação.⁵⁸

Segundo Tomaz Tadeu da Silva, uma das discussões centrais sobre a identidade concentra-se na tensão entre o essencialismo e o não essencialismo, nas palavras dele:

O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de um passado partilhado seja a “verdades” biológicas.⁵⁹

Nesse contexto, o citado autor explica que o corpo é um dos locais que estabelecem as fronteiras que define quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade, como por exemplo a identidade sexual. A maternidade, segundo ele, é outro exemplo de identidade biologicamente fundamentada. Os movimentos étnicos ou religiosos nacionalistas comumente reivindicam uma cultura ou história comum como fundamento de sua identidade.⁶⁰

Marcos Alberto Torres relaciona a interação do ser humano com o espaço, que torna a paisagem algo em constante transformação, tanto no plano da materialidade das coisas, em que os seres humanos constroem/desconstroem e organizam seu espaço, como no plano da imaterialidade, dos sentidos e significados que são atribuídos aos elementos que constituem a paisagem. Assim, a paisagem é carregada de elementos simbólicos que se baseiam na experiência e leitura de mundo que cada indivíduo que interage com ela faz, sendo a religião uma das vertentes do plano imaterial que reflete nos espaços da materialidade e vice-versa.⁶¹

O ser religioso, dotado de experiências com o sagrado, é capaz de valorar os elementos sagrados e profanos que se manifestam na paisagem. Contudo, tais valores dependem de suas experiências e de suas convicções religiosas. As experiências contribuem para a construção e/ou reafirmação da identidade religiosa, englobando nesse processo percepções e memórias de cada indivíduo e do grupo.⁶²

As questões do multiculturalismo e da diferença se tornaram temas centrais na teoria

⁵⁸ TORRES, Marcos Alberto. As paisagens da memória e a identidade religiosa. *RA'E GA*, 27, Departamento de Geografia – UFPR, Curitiba-PR, 2013, p.95.

⁵⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.15.

⁶⁰ SILVA, 2014, p.15.

⁶¹ TORRES, 2013, p.95.

⁶² TORRES, 2013, p.95.

educacional crítica e até mesmo nas pedagogias oficiais. Segundo Tomaz Tadeu da Silva, ainda que tratadas de forma marginal, como temas transversais, essas questões são reconhecidas, de forma oficial, como legítimas questões do conhecimento, contudo ainda há, segundo os autores, a ausência de uma teoria de identidade e diferença.⁶³

Segundo Tomaz Tadeu da Silva, houve uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de identidade nos últimos anos, submetendo-o a uma severa crítica buscando explicar e compreender o fenômeno a partir de questionamentos como ele se explica, onde ele se situa. Segundo o autor, há uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares que de alguma forma criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada.⁶⁴

Na filosofia tem-se feito, por exemplo, a crítica do sujeito autossustentável que está no centro da metafísica ocidental pós-cartesiana. No discurso da crítica feminista e da crítica cultura influenciadas pela psicanálise têm se destacado os processos inconscientes de formação da subjetividade, colocando-se em questão, assim, as concepções racionalistas do sujeito.⁶⁵

Para Silva, as teorias pós-modernistas têm colocado cada vez mais em evidência, a existência de um “eu” performativo, delineando a crítica antiessencialista das concepções étnicas, raciais e nacionais da identidade cultural e da política da localização, algumas concepções radicais sobre a subjetividade e a identidade.⁶⁶

O autor cita a necessidade de vincular as discussões sobre identidade a todos os processos e práticas que têm causado perturbação ao caráter relativamente “estabelecido” de muitas populações e culturas, por exemplo: os processos de globalização que coincidem com a modernidade, os processos de migração forçada (ou “livre”) que são fenômenos globais do mundo pós-colonização e como não dizer na formação da opinião sobre todas as coisas, inclusive as políticas. A identidade do passado se soma com o presente:

As identidades parecem invocar uma origem que residia em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Elas têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante

⁶³ SILVA, 2014, p.73.

⁶⁴ SILVA, 2014, p.103.

⁶⁵ SILVA, 2014, p.103.

⁶⁶ SILVA, 2014, p.103.

reiteração, mas como “o mesmo que se transforma”: não o assim chamado “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas rotas.⁶⁷

Geraldo José de Paiva se aprofunda na investigação deste tema. Segundo o autor, na Psicologia a ideia de formação de identidade se divide em identidade pessoal e identidade social ou grupal.⁶⁸

A identidade grupal hoje abrange o que Geraldo José de Paiva chama de fértil qualificação hodierna das identidades políticas, profissionais, religiosas, étnicas, de gênero, dentre outras, formando uma dimensão psicossocial de identidade, ou seja, criando uma pertença da pessoa a um determinado grupo político, profissional, religioso ou outro. Esta perspectiva se atenta à peculiaridade dos indivíduos e à construção de sua identidade pessoal, partindo de um eixo simbólico e imaginário.⁶⁹

O que Marcos Alberto Torres chama de paisagem pode-se considerar como parte da identidade de uma localidade, além de conter o indivíduo, contém também as histórias e os discursos, tanto deles como de toda a coletividade. Expressando, assim, memórias individuais e coletivas, valores que foram construídos ao longo do tempo, e, principalmente, a forma de comunicação dessas memórias e valores.⁷⁰

Os discursos decorrentes da paisagem e presentes nela podem estar contidos em uma ou mais formas simbólicas (arte, mito, religião, linguagem), o que garante o sentido atribuído a cada paisagem. Portanto, numa observação estética da paisagem que considere apenas os subsídios materiais visíveis, elementos do sagrado podem passar despercebidos, o que inviabiliza ou minimiza o potencial do estudo da paisagem religiosa. Assim, a paisagem deve ser estudada em seus diferentes aspectos sensíveis (formas, cheiros, sons, texturas, cores, sabores, movimentos), pois é a partir deles que os indivíduos percebem-na e atribuem significados a cada elemento que a constitui.⁷¹

Marcos Alberto Torres afirma que os templos religiosos normalmente apresentam-se como marcos na paisagem das cidades, com suas edificações características. Contudo, no interior de cada um deles, há uma paisagem específica, religiosa, cujos elementos remetem ao sagrado de cada grupo religioso.⁷²

Cada espaço religioso apresenta-se como lugar familiar às pessoas que o frequentam e que nele experimentam as manifestações do sagrado, além de compartilharem entre si a fé e suas convicções, que se manifestam na paisagem, e integram o cotidiano do

⁶⁷ SILVA, 2014, p.108-109.

⁶⁸ PAIVA, Geraldo José de. Identidade e pluralismo: identidade religiosa em adeptos brasileiros de novas religiões japonesas. *Psic.: Teor. e Pesq.* 20 (1), abr. 2004, p.21.

⁶⁹ PAIVA, 2004, p.21.

⁷⁰ TORRES, 2013, p.98.

⁷¹ TORRES, 2013, p.98.

⁷² TORRES, 2013, p.98.

ser religioso. Assim, a paisagem religiosa contempla as manifestações do sagrado, e por conter elementos que podem sugerir ao ser religioso o contato com o sagrado, contribui para reforçar e/ou reafirmar sua identidade, bem como a identidade do grupo. As percepções e as memórias vivenciadas, construídas e compartilhadas no seio do grupo de religiosos, apresentam-se como importantes elementos à compreensão da espacialidade religiosa.⁷³

Geraldo José de Paiva explica que a identidade religiosa está sempre em fase de formação ou de transformação. Segundo ele, quando uma pessoa deixa de aderir a um determinado grupo religioso para aderir a outro, ocorre uma transformação profunda ou superficial de sua definição religiosa. Assim, no universo das representações psíquicas, as rupturas e adesões normalmente não se dão por meio de uma completa exclusão do oposto, havendo sempre a ocasião de exames da adesão grupal e da transformação profunda ou superficial da identidade associadas ao sincretismo, quando o indivíduo adere uma nova identidade religiosa, sem, contudo, abandonar por completo a anterior.⁷⁴

É importante compreender a importância da formação da identidade religiosa na construção dos discursos. Marcos Alberto Torres faz críticas à aplicação do termo identidade a um grupo. Para ele, é impróprio porque não seria possível designar com rigor uma recorrência, sendo o mais próximo que se poderia chegar uma semelhança ou similitude. Assim, o uso do termo identidade com pouco rigor conduzirá a uma identidade cultural ou coletiva como representação. A crítica do autor está, sobretudo, na "confusão" que pode surgir entre metamemória e memória coletiva, culminando na ilusão da existência de uma memória compartilhada por determinado grupo. É nesse contexto que ele ressalta a importância da comunicação e da linguagem para traduzir as memórias e visão de identidade.⁷⁵

Para Torres, é evidente que toda metamemória contém sua própria representação, e sua comunicação gerará uma certa "ilusão" de compartilhamento, uma vez que o indivíduo que recebe a informação acerca da memória do outro ou da coletividade, buscará a partir de suas próprias vivências os pontos de contato para compreender a memória que diz respeito à coletividade que passará a tratar como sua.⁷⁶

Na religião, a identidade possui dupla conotação, que é a identidade institucional e a individual (sentimento de pertença), e entre elas há uma interdependência, uma vez que o sentimento de pertença remete à instituição. Para o ser religioso, o convívio com a comunidade religiosa permite a experiência com o sagrado, a troca de informações, a manutenção dos valores sociais e religiosos, e o compartilhamento de memórias,

⁷³ TORRES, 2013, p.99.

⁷⁴ PAIVA, 2004, p.22.

⁷⁵ TORRES, 2013, p.102.

⁷⁶ TORRES, 2013, p.102.

todos essenciais à manutenção do sentimento de pertencimento a ela.⁷⁷

O termo sincretismo é, portanto, um ponto essencial na identidade da religiosidade, principalmente em um país como o Brasil, que tem uma característica de formação social bastante diversa com culturas e religiões advindas de diversas partes do mundo. O que se testemunha hoje, segundo o autor, é uma tentativa de revalorização do conceito de sincretismo como processo pelo qual ocorre o encontro de culturas religiosas tendendo a modificar as crenças que estabelecem o controle social.⁷⁸

“O controle social procura conter as resistências individuais ou de grupo dentro dos limites toleráveis. Existe ainda outro processo centralmente importante que serve para escorar o oscilante edifício da ordem social. É o processo de legitimação.” Considerando a relação religião e manutenção do mundo, a identidade social é construída a partir de mecanismos amparados por atividades humanas com programas institucionais sabotados por indivíduos conflitantes. Os processos fundamentais da socialização e controle social se constituem na medida em que se têm êxito em atenuar as ameaças à ordem. Nesse sentido, Peter L. Berger destaca que a socialização procura garantir um consenso perdurável no tocante aos traços mais importantes do mundo social.⁷⁹

A identidade religiosa, compreendida não apenas como pertencimento institucional, mas como um marcador simbólico de valores, visões de mundo e práticas sociais, desempenhou papel central nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022. Como destacam Burity e Moraes, o discurso religioso foi mobilizado não apenas como linguagem, mas como elemento estruturante de identidades políticas. Em um cenário de crescente polarização, a religião, em especial o evangelicalismo pentecostal e neopentecostal, tornou-se vetor de construção de pertencimentos e distinções sociais, articulando valores morais com posicionamentos políticos. Esse processo se intensificou com o uso estratégico da retórica religiosa por candidatos que associaram sua imagem a valores cristãos, apresentando-se como defensores da "família tradicional", da "liberdade religiosa" e da "moralidade pública", em contraposição a seus adversários, supostamente ameaçadores à ordem moral e espiritual da nação.⁸⁰

Essa instrumentalização da religião nas campanhas eleitorais está diretamente vinculada à crescente organização política das lideranças religiosas, especialmente evangélicas, e à

⁷⁷ TORRES, 2013, p.103.

⁷⁸ PAIVA, 2004, p.22.

⁷⁹ BERGER, 1985, p.47.

⁸⁰ BURITY, Joanildo; MORAIS, Marina. “Religião, política e a nova direita no Brasil: continuidades e inflexões”. In: *Religião e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Autêntica, 2022, p.8.

consolidação de uma identidade religiosa que se afirma em oposição ao secularismo, ao progressismo e à diversidade.⁸¹ Nesse contexto, práticas eleitorais passaram a ser moldadas não apenas por programas de governo, mas por lealdades identitárias que fundem fé e política em um discurso de guerra espiritual contra os "inimigos de Deus". Assim, a religião não apenas influenciou o voto, mas redefiniu o espaço público, ao atuar como força de legitimação de projetos políticos e de redefinição das fronteiras do aceitável socialmente e politicamente no Brasil contemporâneo.

2.2 Religião e comportamento político no Brasil

A discussão sobre a presença religiosa no meio político brasileiro, especialmente quando se confronta a garantia de um Estado laico com a crescente ocupação das diversas esferas políticas por lideranças religiosas é uma necessidade patente. Os traços culturais religiosos no Brasil são influenciados, em grande parte, pelo já mencionado sincretismo religioso, sendo o catolicismo, a religião com maior quantidade de fieis, conforme dados da *Central Intelligence Agency* norte americana. As raízes históricas deste maior destaque à religião Católica são marcadas pela vinda dos portugueses que, além de explorar as riquezas naturais do país, foi caracterizada por missões jesuíticas, com um cunho civilizador e evangelizador, visando difundir o ideal da sociedade cristã europeia.⁸²

Ari Pedro Oro e Marcela Ureta explicam que a expansão ibérica resultou na expansão do catolicismo em toda a América Latina, unindo cruz e espada, trono e altar, e este fato não mudou muito durante as décadas e os séculos que se passaram, mesmo com a constituição dos Estados Nações no continente, pois muitos países adotaram o catolicismo como religião oficial e assim permanece até hoje, apesar de todo o processo de sincretismo com as práticas religiosas dos povos originários, dos escravizados e imigrantes.⁸³

Marina Almeida Moraes ressalta que o Brasil se desvincula da hegemonia católica, porque ao contrário de outros países da América Latina, não positivou a adoção do catolicismo como religião oficial na Constituição, optando pela laicidade do Estado, sendo notável o crescimento das igrejas protestantes no país e a presença não tão numerosa, mas culturalmente

⁸¹ BELLOTTI, 2022, p.67.

⁸² ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. *Horizontes Antropológicos. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países*. Porto Alegre, ano 13, n. 27, jan./jun. 2007, p.282-283.

⁸³ ORO, URETA, 2007, p.282-283.

marcante das religiões de origem africana e oriental. Portanto, o caráter extremamente religioso na formação social brasileira é um fato inquestionável que certamente influencia em todas as esferas, inclusive na política.⁸⁴

A Constituição do Brasil de 1891 consagrou formalmente a separação entre o Estado e a religião. Mesmo que na prática a divisão não tenha reflexo de rupturas nas relações entre estas esferas, naquele momento histórico havia dinâmicas sociais em marcha que poderiam abalar o poder de influência da Igreja Católica. Segundo Luis Gustavo Teixeira da Silva, isto se refere ao que ele chama de tendências seculares, tais como o liberalismo, racionalismo, positivismo e o comunismo, que naquela ocasião eram concepções permeáveis entre algumas frações das elites e dos movimentos sociais no Brasil.⁸⁵

Diante deste cenário a Igreja Católica brasileira promoveu transformações internas entre 1891 e 1920, com o objetivo de acentuar sua presença na sociedade. Sua débil situação no país em termos financeiros, de recursos humanos e influência (especialmente se comparada com a força política e social da Igreja na América hispânica), ampliava o tamanho de seus desafios na época. Agora como instituição autônoma, já que os investimentos e o sustento da Igreja até então eram providos (por diretivas da Santa Sé) pelo Estado.⁸⁶

Ao longo da história emergiram denominações cristãs no campo religioso e social brasileiro, destacando principalmente as incursões do pentecostalismo nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo Luis Gustavo Teixeira da Silva, este segmento seria, a partir de 1970, uma grande força na esfera religiosa a ameaçar a hegemonia social e política da Igreja católica.⁸⁷

A Igreja pentecostal mais antiga do Brasil é a Congregação Cristã, fundada em 1910 em São Paulo, por membros dissidentes das igrejas protestantes. A aversão da Congregação à política e a divulgação midiática de seu entendimento da fé fizeram com que seu peso social e político se tornassem periféricos ao longo dos anos. O autor cita também a relevância da fundação da Assembleia de Deus, em 1911, por missionários suecos que se instalaram no estado do Pará (ao norte), que se converteu até a década de cinquenta na maior expressão da igreja pentecostal no Brasil. Era o início de uma disputa envolvendo política e religião que dura até hoje no país.⁸⁸

⁸⁴ MORAIS, Marina Almeida. Impacto do discurso religioso no comportamento político brasileiro. *5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais*. Democracia e Direitos Humanos: Crises e conquistas. Goiânia, Campus Samambaia, 11 a 13 de setembro de 2019, p.2.

⁸⁵ SILVA, 2014, p.226.

⁸⁶ SILVA, 2014, p.226.

⁸⁷ SILVA, 2014, p.226.

⁸⁸ SILVA, 2014, p.226.

Estes são apenas exemplos, considerando a História do Brasil, com as iniciativas que são importantes para compreender a relação entre a Igreja católica e os protestantes com a política no Brasil, quando desde sempre elas denotam certo poder de resistência da instituição frente a possíveis ameaças de sua hegemonia como provedora de um estatuto moral e religioso para a sociedade. Luis Gustavo Teixeira Silva, cita também a formação da Liga Eleitoral Católica, que se constituiu em uma das principais estratégias de intervenção dos objetivos e concepções religiosas na esfera política brasileira:

A LEC tinha por objetivo influenciar a composição do legislativo federal nas eleições de 1933 e, por conseguinte, a Assembleia Nacional Constituinte que seria (e foi) realizada em 1933. A lec foi instituída em todo Brasil e funcionava através de comitês, que se encarregavam de identificar possíveis representantes de seu projeto no interior da Igreja para as eleições de 1933. Posteriormente, a LEC analisava todas as plataformas eleitorais dos postulantes ao legislativo, para estipular aos católicos quais eram recomendados e aquelas que deveriam ser evitados. Os critérios utilizados para a promoção das candidaturas levavam em consideração basicamente a posição do postulante acerca dos valores morais e seu alinhamento com os interesses da Igreja, entre estes, a questão do divórcio e o ensino religioso nas escolas.⁸⁹

Prosseguindo pela História, Luis Gustavo Teixeira da Silva traz a importância da era de Vargas para a relação entre política e religião no Brasil. Conforme o autor, a Carta Constitucional estabeleceu entre a Igreja católica e o governo Vargas (1930-1945) “uma aliança política sólida de acordos”. O Estado atendeu demandas importantes da Igreja, como a obstrução de impulsos políticos orientados pelo liberalismo e comunismo e concedeu privilégios à Igreja católica. De outro lado, os líderes religiosos se encarregaram do arranjo político daquele momento e identificaram como extremamente positivos os ganhos provenientes de sua aliança com a Igreja, sobretudo no respaldo social do regime.⁹⁰

Com base nesta composição presente na era Vargas, queremos sublinhar o lugar ainda mais periférico que a perspectiva liberal passou a ocupar no Brasil. Longe de ser no século XX uma orientação política inclinada à ruptura das relações de poder estabelecidas, como o socialismo, os liberais brasileiros, de modo geral, estavam razoavelmente comprometidos em promover a importância de valores sustentados pela razão, conhecimento técnico/científico e na secularização, entre outros pontos. Estes foram motivos suficientes para “entrar na linha de tiro” da Igreja e de setores políticos conservadores, o que provocou sua marginalização política.⁹¹

Com o fim da era Vargas houve mudanças na aliança entre a Igreja e o Estado. Luis Gustavo Teixeira da Silva narra que, no período democrático (1946-1964) a Igreja já não dispunha do mesmo amparo do Estado. As relações entre as instituições não mantinha mais a

⁸⁹ SILVA, 2014, p.226.

⁹⁰ SILVA, 2014, p.229.

⁹¹ SILVA, 2014, p.229.

mesma estabilidade porque havia correntes internas pressionando por mudanças na Igreja católica, que permanecia muito conservadora, preocupada em conquistar e constituir vínculos com as elites urbanas, rurais e com a classe média em detrimento do grande público.⁹²

Joanildo Burity narra que entre o final dos anos 1960 e começo dos 1980, houve uma confluência entre católicos e protestantes (particularmente, aqui, os referenciados no campo ecumênico) com um engajamento concreto em ações de resistência às ditaduras ou em processos revolucionários, principalmente na América Central, sendo a revolução nicaraguense e as lutas revolucionárias em El Salvador os casos mais clássicos, mas a noção de “cristianismo da libertação” diante do desenvolvimento teológico e formas de intervenção pastoral ou explicitamente sociopolítica que antes eram mais separadas, se encontram e convergem num campo de intervenção político-religiosa ancorado eclesialmente e não centrado na forma-igreja-institucional. A emergência de um ator religioso identificável, em seu conjunto, como cristianismo da libertação: católico, protestante (em bem menor grau, evangelical) e ecumênico (a partir dos anos 1990, crescentemente aberto ao “diálogo inter-religioso”).⁹³

Burity também registra que nos anos 2000 o campo católico e o campo protestante-ecumênico liberacionistas solidificaram uma aliança intelectual e estratégica, com elaboração teológica, apoio mútuo e parcerias visando implementar ações pastorais, via organizações de missão das igrejas ou ONGs autônomas. Contudo, para além disso, esses campos assumiram um discurso da minoritização como discurso da democracia, da legitimidade das diferenças e do pluralismo social e religioso, descentrando a identidade especificamente cristã do movimento, formando uma perspectiva hegemônica capaz de representar um conjunto de demandas e aspirações bastante particulares, consideradas legítimas numa cadeia de equivalências diversamente denominada de “campo democrático-popular”, “democracia radical” ou “pluralismo religioso”, conforme o grupo ou a ocasião a interpelasse.⁹⁴

Para Burity, a minoritização não se origina em seu conteúdo, mas apenas na forma articulada pós-anos 2000, embora convergente, sem a fusão de sua voz pública. Fez parte de forma pouco “visível” das estruturas dos governos lulistas (2003 a 2016), em nível de setores governamentais (como os ministérios da área social), em assessorias e cargos de coordenação em vários níveis, inclusive em órgãos públicos federais. Não se buscava articular uma voz

⁹² SILVA, 2014, p.229.

⁹³ BURITY, Joanildo. Duas formas de religião pública e democracia nas eleições de 2022. *Revista Intolerância Religiosa*, no. 5, 2023, p.3.

⁹⁴ BURITY, 2023, p.3.

eclesiástica, nem a representação de igrejas, senão em suas disputas com a minoritização pentecostal e evangélico-conservadora. Sua presença era compreendida em termos de solidariedade com os setores excluídos ou as minorias mobilizadas.

Expressava-se rigorosamente no campo da esquerda partidária e social (sociedade civil organizada voltada a disputas por "aprofundar e radicalizar a democracia e promover direitos"). Sobre a minoritização pentecostal, é possível dizer que ela foi "oportunizada" pelo processo de liberalização do regime militar, que desencadeou uma crescente arregimentação de aspirações e forças democratizantes em fins dos anos 1970, abrindo a possibilidade de uma discreta politização no campo pentecostal e evangélico-conservador (as chamadas igrejas históricas), até então marcado pelo "apoliticismo" (na verdade, governismo, através de uma leitura amplamente difundida de que o cristão deve "obedecer às autoridades, pois foram constituídas por Deus", mas, expresso em termos individuais, com poucos casos de utilização dos templos para a promoção de candidaturas ou sancionamento de lideranças ou projetos políticos).⁹⁵

Segundo Joanildo Burity, a politização foi marcada por três características: (1) minorizante e pluralizante – afirmando a legitimidade da voz evangélica na política e na sociedade junto com outras vozes em defesa da democracia; (2) corporativa – visando despertar e mobilizar “os evangélicos” para reivindicarem direitos como categoria sociorreligiosa fazendo a eleição de representantes em tudo a si semelhantes, para serem porta-vozes e mediadores políticos; (3) pragmática e amplamente conservadora ideologicamente – sem a elaboração de uma ética ou de um programa político próprio, sem uma afirmação dentro dos partidos políticos existentes, em particular, embora tenha se posicionado contra partidos de esquerda, o que não baniou essa possibilidade (como foi notado em alguns estados brasileiro durante os anos 1990 e nacionalmente a partir de 2002).

A minoritização, segundo o Burity, envolveu dois momentos fundamentais: (1) a emergência pentecostal-evangélico-conservadora; (2) a constituição de um ator coletivo, “os evangélicos”, ou de um povo evangélico, articulando algumas bandeiras programáticas, cujas expressões se pautaram na defesa de temas como “família tradicional, resistência à igualdade de gênero, rejeição dos direitos LGBTQIAPN+, concorrência com as políticas de cultura defendidas pelo movimento negro e as comunidades de terreiro”.⁹⁶

Luiz Gustavo Teixeira da Silva destaca que o apoio da Igreja ao golpe e ao regime militar também é um importante capítulo dos fecundos diálogos estabelecidos entre religião e política no Brasil. Segundo ele, a aliança entre estas esferas culminou na composição de um estruturado arranjo político que conferiu parte da legitimidade da intervenção militar, ao passo

⁹⁵ BURITY, 2023, p.3.

⁹⁶ BURITY, 2023, p.3.

que também propiciou às elites eclesiais colocar freio nas bruscas transformações que poderiam afetar o poder do Estado sobre a Igreja.⁹⁷

A nosso ver, pelo menos até este momento da história, parece que qualquer possibilidade de transformação social mais profunda era suficiente para mobilizar a aliança entre estas esferas, com o intuito de enfraquecer opositores internos e/ou externos ao que estava vigente nas estruturas destas instituições. Nos primeiros anos do regime militar a Igreja católica brasileira permaneceu em silêncio sobre os casos de repressão e praticamente inalterada quanto às mudanças teológicas promovidas pelo Vaticano II, apesar da resistência conservadora a “esquerda católica” já contava com lastro social que lhe permitia resistir às reações adversas e expandir sua proposta de mobilização. Após o recrudescimento da repressão e das posições expressas pelo catolicismo internacional é que a oposição mais ávida ao regime militar se consolidou no interior da Igreja.⁹⁸

Para entender a relação do preconceito e intolerância religiosa no Brasil, especialmente no que reflete à formação de opinião como nas eleições brasileiras em 2018 e 2022, que são objetos desta pesquisa, é importante falar do fundamentalismo religioso e do conservadorismo, que formam uma identidade nas sociedades contemporâneas. Robson da Costa de Souza e Jefferson Evânio da Silva explicam que o conceito de fundamentalismo surgiu no contexto religioso estadunidense, inicialmente para designar uma corrente do protestantismo que era oposta ao liberalismo teológico.⁹⁹

Robson da Costa de Souza e Jefferson Evânio da Silva narram que o fundamentalismo inicialmente também traduzia as aspirações de uma busca por pontos teológicos em comum: “Embora o termo “fundamentalismo” tenha sido engendrado no seio mesmo das instituições cristãs, atualmente vem sendo empregado em situações diversas, tanto no campo religioso como no campo político”.¹⁰⁰

A noção de fundamentalismo serve para rotular movimentos que, apesar de suas diferenças, guardam forte semelhança. Usada tanto no senso-comum como na academia, a palavra tem sido reservada para representar a defesa agressiva de posturas assumidamente conservadoras, configurando, na visão de muitos, uma ameaça aos valores democráticos; a lógica do discurso fundamentalista está, de modo geral, atrelada a um tipo de subjetividade político-religiosa que promove o combate acirrado (e violento) às forças que são percebidas

⁹⁷ SILVA, 2014, p.229.

⁹⁸ SILVA, 2014, p.229.

⁹⁹ SOUZA, Robson da Costa; SILVA, Jefferson Evânio da. Conservadorismos, fundamentalismo protestante e democracia no Brasil: Uma compreensão em chave pós-estruturalista. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 42(1), 2022, p.37-38.

¹⁰⁰ SOUZA, SILVA 2022, p.38.

como opostas, tidas até como inimigas.¹⁰¹

Nesse contexto, o discurso religioso atua nos espaços pela verticalização das relações sociais fazendo uma naturalização do contingente, com suas consequências nas políticas de legitimação da ordem, produzindo sentidos em face do desamparo, engendrando relações de codependência, por meio de um processo que retroalimenta um circuito de afetos, de acordo com uma lógica de formação de identidades sociais bastante concretas e delimitadas, criando o afeto primordial marcado por medos, constituindo o grupo que funciona como um lar da identidade, um porto de segurança que afirma e reafirma ser e estar do lado certo.¹⁰²

Robson da Costa de Souza e Jefferson Evânio da Silva também destacam que apesar de se considerar o discurso religioso como efeito das estruturas de poder pastoral e de autoridade, não se pode considerar o campo religioso como dado de antemão. No Brasil, o ativismo religioso de natureza progressista tem sido o responsável por discursos contra-hegemônicos por meio de dinâmicas religiosas minoritárias.¹⁰³

Um exemplo dado pelos, baseado em pesquisas nas áreas de gênero e religião, é que as mulheres (batistas, metodistas e anglicanas) tem representado papéis significativos de liderança pautando o debate de gênero, tanto nos espaços religiosos como no serviço pastoral e/ou episcopal quanto nos círculos acadêmicos, em eventos, artigos e livros associados ao chamado feminismo cristão (ativismo religioso de natureza progressista). As demandas associadas à biografia dos indivíduos, como os problemas de relacionamento, crises familiares, violência de gênero e questões eclesiais são as portas de entrada dessas mulheres com as redes religiosas de ativismo que possuem uma relação com a temática de gênero.¹⁰⁴

Para Robson da Costa de Souza e Jefferson Evânio da Silva, é preciso desnaturalizar o conceito de conservadorismo que alimenta o discurso fundamentalista, seja por meio de uma revisão dos significados assumidos pela categoria proposta, tanto interna como externamente no campo religioso, pela aproximação com uma história marcada por descontinuidades, ou pela descrição dos processos ideológicos que envolvem a articulação entre religião e espaço público.¹⁰⁵

O protestantismo brasileiro, por exemplo, conforme os autores, precisa ser problematizado quanto à relação entre conservadorismo e as configurações ideológicas da

¹⁰¹ SOUZA, SILVA 2022, p.38.

¹⁰² SOUZA, SILVA 2022, p.39-40.

¹⁰³ SOUZA, SILVA 2022, p.39-40.

¹⁰⁴ SOUZA, SILVA 2022, p.39-40.

¹⁰⁵ SOUZA, SILVA 2022, p.39-40.

matriz teológica hegemônica que se formou entre grande parte dos evangélicos denominado de neocalvinismo.¹⁰⁶

Robson da Costa de Souza e Jefferson Evânio da Silva citam ainda duas polêmicas recentes no cenário político brasileiro que envolveram a participação de atores religiosos em janeiro de 2020: a nomeação de um professor e engenheiro Benedito Guimarães Aguiar Neto, ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), como presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), quando a mídia noticiou o fato de o então presidente Jair Bolsonaro defender o design inteligente, uma teoria de natureza religiosa que se opõe ao evolucionismo; e a segunda polêmica, o uso explícito de uma igreja na cidade de Londrina para obter apoio a uma campanha de criação de um partido político. São situações recentes claras em que a laicidade do Estado foi posta em cheque pelo Governo Federal.¹⁰⁷

Outro ponto que marca a história recente da forte relação política e religiosa no Brasil se deu na ocasião da Pandemia da Covid-19. Matheus Gomes Mendonça Ferreira e Mario Fuks destacam as reações de grupos religiosos à pandemia da doença causada pelo coronavírus denominado Sars-CoV-2. Segundo eles, no meio evangélico ocorreram muitas controvérsias que influenciaram diretamente as ações governamentais no combate aos problemas enfrentados, inclusive a adesão ou não à vacinação.¹⁰⁸

Segundo os autores, as reações ao problema teológico-sanitário tiveram referências com as denominações e as distintas nuances teológicas e políticas, principalmente quando prefeitos e governadores decretaram o fechamento de locais com aglomeração de pessoas para conter a pandemia, boa parte das igrejas protestantes e diversas igrejas pentecostais apoiaram o isolamento social e fecharam os seus templos, mantendo, em alguns casos, os locais abertos apenas para orações e atendimentos individualizados, sem as reuniões de culto costumeiras com aglomeração de pessoas.

Dentro do discurso das lideranças, segundo narram Matheus Gomes Mendonça Ferreira e Mario Fuks, eles argumentavam que os crentes deveriam ficar em casa porque Deus teria dado conhecimento aos cientistas para orientar os governantes sobre as medidas que deveriam ser tomadas para a saúde pública, alguns relacionando passagens bíblicas como Êxodo 12.21-36, quando os hebreus foram orientados por Deus a permanecerem em casa para não serem

¹⁰⁶ SOUZA, SILVA 2022, p.39-40.

¹⁰⁷ SOUZA, SILVA 2022, p.39-40.

¹⁰⁸ FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça; FUKS, Mario. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 34. e238866, 2021, p.2.

atingidos pelo anjo da morte. Segundo os autores, a posição desses atores coincidiu com a pesquisa do Instituto Datafolha de que 82% da população era favorável à suspensão temporária dos cultos.

Estreitando ainda mais a relação entre o então governo do presidente Jair Bolsonaro com as igrejas evangélicas, algumas delas chegaram a oferecer seus templos ao poder público para a construção de hospitais de campanha ou se tornaram centros de ajuda aos mais vulneráveis, evidenciando a participação das igrejas evangélicas na promoção de diferentes formas de sociabilidade, oferecendo proteção social diante da fragilidade do Estado em atender as demandas da crise e ampliando sua participação na esfera pública.

Contudo, como destacam Matheus Gomes Mendonça Ferreira e Mario Fuks, alguns dos principais líderes evangélicos se posicionaram contra o isolamento social, oscilando entre tratar a crise sanitária como uma praga diabólica para destruir o Brasil, relacionando muitas vezes como as dez pragas do Egito, e negar ou relativizar a gravidade da doença. Entre esses, no início alguns profetizavam que o vírus nem chegaria ao Brasil e caso chegasse não contaminaria os evangélicos e as igrejas não deveriam ser fechadas porque nunca seriam focos de surtos da doença, mas os casos mostraram o contrário. E parte desse discurso era adotado pelo próprio governo de Jair Bolsonaro e prefeitos e governadores bolsonaristas, caracterizando uma desinformação e uso da religião colocando parte da população na contramão das medidas sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia, colocando risco iminente à saúde e à vida de muitos religiosos liderados por esses grupos.

Na História, portanto, pode-se dizer que a partir da segunda metade do século XX, quando a Igreja católica passou a conviver com um amplo leque de instituições culturais e sujeitos coletivos inseridos na esfera pública, evidenciando o caráter emergente das chamadas políticas de identidade, multiculturalismo, múltiplos processos de democratização política e diversas injunções da relação da igreja com a política, destacou-se a importância do debate sobre a relação entre política e religião em muitos países como o Brasil.

Marina Almeida Morais explica que não se pode confundir a laicidade com a total ausência de contorno religioso na organização social do país, pelo contrário, a laicidade diz respeito principal e fundamentalmente ao Estado. No caso do Brasil, por um lado está expressa sua laicidade de caráter formal no art. 5º, VI da Constituição Federal até os dias de hoje, porém, na prática, há uma lacuna no cumprimento deste ideal de formato de consideração do que é

religioso e do que é social ou político.¹⁰⁹

Morais também cita como exemplo clássico a existência de crucifixos em diversos locais públicos como tribunais, hospitais, prisões, parlamentos, e até mesmo em escolas no país, gerando um conflito ou até mesmo uma violação ao dispositivo constitucional que faz a dissociação Igreja-Estado. Ela também cita a importância de considerar o tratamento não equitativo entre religiões cristãs e não cristãs e para além da composição litúrgica dos parlamentos brasileiros que ultrapassa a colocação de crucifixos em locais públicos, incorporando aos altares legislativos a figura do próprio líder religioso, com recorrentes candidaturas e eleições destes, que podem ser facilmente analisadas nas estatísticas eleitorais no Brasil.¹¹⁰

A presença significativa de candidatos representantes de segmentos religiosos hoje coloca em voga a efetividade da dissociação Estado-Igreja no contexto da laicidade do Estado brasileiro. Como cita a mesma Marina Almeida Moraes, a integração destes líderes religiosos na composição das bancadas, embora não fira o sentido orgânico de um Estado laico, não significa que a unidade nacional e a soberania do Estado estejam ligadas a um contexto religioso, mas leva para a pauta legislativa muitas matérias e opiniões próprias do debate religioso, podendo representar, sim, uma ruptura de uma separação efetiva entre as instituições governamentais e as religiosas que garantam a laicidade prevista no texto constitucional, além de perquirir se esses líderes têm se utilizado dos espaços religiosos que ocupam para influenciar na formação da opinião política dos cidadãos.¹¹¹

É natural que as ordens religiosas tenham interesses no desenrolar de determinadas matérias no âmbito político, principalmente quando se referem a questões sensíveis, por exemplo, casamento, prostituição, jogos, aborto, ensino religioso nas escolas, educação sexual e de gênero, e até mesmo as questões tributárias, como imunidade, que acaba tendo reflexo direto na seara eclesiástica e isenção de taxas e impostos das próprias instituições religiosas.

Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro narra sobre esse tema, considerando que os movimentos religiosos são detentores de uma específica mundivivência que julgam verdadeira e que, por isso, desejam que prevaleça na sociedade, e eles também devem ser vistos como grupos de interesses que desejam convencer a sociedade de visões de mundo, de suas ideias,

¹⁰⁹ MORAIS, 2019, p.2.

¹¹⁰ MORAIS, 2019, p.2.

¹¹¹ MORAIS, 2019, p.3.

tentando influenciar o comportamento do Estado.¹¹²

Segundo Pinheiro, é preciso lembrar que numa sociedade plural, é a variedade de ideias que deve ser desejada e estimulada, e não o que determinada Igreja ou grupo religioso tem como posicionamento sobre diversos assuntos vinculados à fé, mas que afetam o comportamento e a vida de todos que possam ter outras convicções a respeito dos mesmos assuntos políticos, sociais, econômicos, científicos e de saúde pública.¹¹³

2.3 Preconceito religioso: conceitos e manifestações

Quando se fala em preconceito religioso é fundamental compreender a questão da intolerância religiosa que é um dos pontos que fundamenta a influência das religiões na política no Brasil, onde candidatos criam um cenário em que as pessoas são colocadas em condição de oposição a partir de suas escolhas religiosas, definindo de forma alienada uma turma que é do bem e outra que é do mal, conforme suas escolhas e práticas religiosas ou do ateísmo.

Segundo Clodoaldo Meneguello Cardoso, no campo da identidade, o conceito de tolerância busca como algo puro e homogêneo, com um valor universal, conduzindo a um ideário de tolerância que nega a pluralidade humana, relegando o que é diferente, não-idêntico ao lugar de submissão, anormalidade. A partir dessa concepção de identidade o autor afirma que:

O termo tolerância no ideário do século XVII e XVIII revela uma forte influência do princípio de identidade da tradição metafísica. [...] a força polarizadora da cultura europeia. Os chamados valores universais, como os direitos fundamentais do homem, na realidade quase não levavam em conta a diversidade étnica, racial e cultural de toda a humanidade. Falava-se de um homem como se fosse o homem. A pluralidade humana tinha como modelo (eídos) de realização (télos) a identidade do homem europeu.¹¹⁴

A perspectiva de tolerância baseada na ciência moderna, não considera a constituição da identidade a partir do Outro, do diferente. O professor mexicano Leopoldo Zéa, defende que uma visão excludente pode ser identificada nos principais marcos da ideia de igualdade, que são a Declaração da Independência dos EUA em 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa em 1789, nas quais apesar da reivindicação de direitos, o

¹¹² PINHEIRO, Maria Claudia Bucchianeri. *Direitos humanos e direitos fundamentais: diálogos contemporâneos. Religião e Política: entre a liberdade de manifestação do pensamento e o “abuso de poder religioso”*, 2013, p.481.

¹¹³ PINHEIRO, 2013, p.481.

¹¹⁴ CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade*. São Paulo: UNESP, 2003, p.128.

faz só para semelhantes, no caso dos europeus, posto que não é feita nenhuma menção aos direitos dos não-europeus.¹¹⁵

E mais além, o autor cita que na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é possível identificar um caráter exclusivista, pois, a linguagem redigida do ponto de vista da identidade masculina usa, por exemplo, o termo 'homem' como termo universal de modo que a associação, a vinculação que as palavras tolerância e identidade adquiriram na modernidade diante desses conceitos, tanto na esfera religiosa como na esfera política, relaciona-se ao fato de que a tensão entre identidade e diversidade se deu com a submissão desta àquela.¹¹⁶

A tolerância à diversidade de posições religiosas não chegou a ultrapassar rigorosamente os limites da identidade do próprio cristianismo como a única religião verdadeira. A tolerância religiosa fundamental referia-se à convivência entre cristãos papistas e cristãos reformados.¹¹⁷

Para compreender a questão da intolerância religiosa Clodoaldo Meneguello Cardoso cita uma possível origem do termo nas concepções iluministas de Voltaire no que chama de fundação da tolerância na razão iluminista:

Ao denunciar as injustiças e a violência sofrida pela família protestante Calas, Voltaire mostra que a tolerância religiosa é antes de tudo uma exigência de sociedades civilizadas, em que o progresso da razão abrande a ignorância, os preconceitos e o fanatismo. Nesse particular, o que sobressai é a visão iluminista da vida moral, enquanto a identidade da cultura europeia, em que o grau de virtude é decorrência natural do grau de racionalidade.¹¹⁸

Assim, seria a partir do plano do ideológico em que toca Voltaire que o conceito de tolerância sai do âmbito religioso para extrapolar e se inserir também no da política, que foi, inclusive, segundo aponta o autor, utilizado para justificar o comportamento do conquistador e colonizador europeu diante dos povos nativos das terras por eles colonizadas, incluindo, desde suas origens, a relação poder e religião como elemento presente na formação da sociedade, como no caso do Brasil colonizado pelos portugueses e doutrinado pelos jesuítas desde os seus primórdios.¹¹⁹

Para Clodoaldo Meneguello Cardoso, essa perspectiva de tolerância foi que sustentou o extermínio dos povos indígenas por portugueses e espanhóis na medida em que os consideraram

¹¹⁵ CARDOSO, 2003, p.129.

¹¹⁶ CARDOSO, 2003, p.129.

¹¹⁷ CARDOSO, 2003, p.129.

¹¹⁸ CARDOSO, 2003, p.130-131.

¹¹⁹ CARDOSO, 2003, p.130-131.

seres inferiores aos humanos, uma subespécie da raça, justificando sua eliminação quando não se submetiam aos tidos como humanos de fato, os colonizadores. Esta tendência de superioridade do povo europeu sobre os povos nativos colonizados, revestida na concepção da palavra tolerância em uma amplitude mais atual mostra que ela é associada à expressão de 'indulgência'. Segundo o autor, outras expressões como 'clemência', 'indulto', 'perdão', 'remissão de penas', etc, também marcam a história da relação de poder entre dominadores e dominados. A relação entre europeus e povos nativos não lida somente com a questão hierárquica do superior e do inferior, mas, igualmente, com a questão do que é bom ou ruim, do bem ou do mal.¹²⁰

Nesse sentido, é importante considerar que os indígenas encontravam-se em uma condição de menoridade espiritual e não somente de menoridade racional diante dos colonizadores. Assim, participar da civilização, mesmo que como subalternos, significou uma adesão ou conversão ao cristianismo, buscando a remissão dos pecados e a salvação da alma através da religião a eles ensinada.

Neste cenário, segundo Cardoso, o conquistador aparece na figura de um indulgente, que, por piedosa tolerância, insere os indígenas na civilização a fim de salvar suas almas, recebendo deles, em troca, a submissão de seus corpos e o trabalho escravo. A cultura autoritária do colonizador era a única verdade que possibilitaria a salvação da ignorância e do pecado. E foi assim que se justificou o processo de dominação: a civilização superior e a religião verdadeira no Brasil.¹²¹

Relacionando a questão ao conceito de identidade religiosa apresentado no capítulo anterior, é possível compreender que a partir das crenças e práticas religiosas em uma determinada sociedade são formadas as intolerâncias com aquilo que é diferente e o preconceito se instala e se evidencia em todas as esferas dessa sociedade, influenciando não só na identidade religiosa, mas em todos os reflexos políticos, econômicos e sociais a que esta está direta e indiretamente relacionada.

Segundo Luiz Rogério Lopes Silva, o preconceito desenvolvido por membros de alguma religião, seja protestante, evangélica, católica, espírita, umbandista, candomblecistas, etc, reforça a exclusão entre grupos religiosos na medida em que um ou uns venham a negar ao outro ou aos outros o direito de proferir sua verdade em uma fé dessemelhante. Segundo o autor, a distinção entre indignidade e ofensa se atrela à distinção entre um ataque a um indivíduo que

¹²⁰ CARDOSO, 2003, p.130-131.

¹²¹ CARDOSO, 2003, p.133-134.

professa uma crença e um ataque a uma doutrina religiosa. Nesse sentido, ofender um praticante/crente implicaria numa ofensa à dignidade da pessoa, caracterizando o discurso de ódio que tem pautado a relação política e religião em muitos países, inclusive no Brasil que é o principal foco neste estudo.¹²²

2.4 Impacto do preconceito religioso na esfera política

Conforme narra Luiz Rogério Lopes Silva, o pluralismo ideológico sempre foi causa de desavenças políticas, porém isto não deve ser prerrogativa para que se deixe de lado a observância da civilidade e do respeito que deve ser a base de uma sociedade democrática. Contudo, ao longo da história, os atos de intolerância em relação às opções partidárias provocam graves impasses ao debate público e em boa medida se ancoram no poder que os discursos dos líderes religiosos têm de gerar polarização e estimular o conflito dentro do eleitorado. O maior indicador da polarização é o desprezo que grupos contrários nutrem uns pelos outros, o simples fato de um indivíduo se identificar com um determinado partido já pode ser o suficiente para que ele comece a conflitar com os pontos negativos no lado oposto - uma polarização afetiva muitas vezes fundamentada ou pelo menos influenciada por discurso religioso.¹²³

Aurenéa Maria de Oliveira, trazendo para a realidade atual de sociedades globalizadas, plurais sob muitos aspectos, dentre os quais, de forma muito intensa, o religioso, vem à tona o problema cada vez maior da tratativa com as diferenças, sobretudo com aquelas diferenças que são reflexo de vozes excluídas que hoje se organizam por meio de movimentos sociais que lutam contra o estigma de que foram vítimas pela própria forma como se constituiu a sociedade, e isto, não pode ser visto como uma luta de cunho somente cultural ou religioso, é também político.¹²⁴

Conforme narra Tomaz Tadeu Silva, a identidade e a diferença estão estreitamente ligadas a sistemas de significação:

(...) o multiculturalismo atual apoia-se em um vago e benevolente apelo à intolerância

¹²² SILVA, Luiz Rogério Lopes. *Discurso de ódio no Facebook: a construção da incivilidade e do desrespeito nas fan-pages dos deputados Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Rogério Peninha Mendonça*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018, p.32.

¹²³ SILVA, 2018, p.29.

¹²⁴ OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, estigma e intolerância religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. *Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, v. 13, n. I, 2022, p.226.

e ao respeito para com a diversidade e diferença. É particularmente problemática, nessas perspectivas, a ideia de diversidade. Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença. Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição.¹²⁵

Um dos marcos no cenário político brasileiro que segue uma tendência mundial é o discurso de ódio. Luiz Rogério Lopes Silva cita que um dos tipos de intolerância que fomenta o discurso de ódio é a intolerância religiosa que, segundo ele, é encontrada na literatura com autores abordando-a sob o prisma da relação entre Estado e Igreja, enquanto outros consideram as intolerâncias institucionalizadas, além dos que tentam compreender este tipo de intolerância em ambientes plurais e democráticos de uma forma mais ampla. O aspecto conciliador entre os estudos refere-se às interfaces da laicidade do Estado com os direitos humanos fundamentais, que incluem a liberdade de crença e de não crença.¹²⁶

Assim, a intolerância religiosa se apresenta como um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões, articulando o debate em temas que conflitam com a laicidade do Estado. A questão religiosa é tratada no espaço público por conflitos religiosos que não conseguem ser dirimidos pelo Estado que, muitas vezes, os considera atos de pouca importância ou que devem ser resolvidos na esfera privada, individual, contudo influenciam de forma direta as relações entre todas as esferas da sociedade e de forma muito expressiva a política, que de certo modo se alimenta deles.¹²⁷

O ódio e os conflitos derivados de problemas religiosos são tão complexos que nem o esforço dos organismos internacionais em criar toda uma estrutura protetiva calcada nos direitos humanos é capaz de dirimir ou sanear os conflitos. Tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 18º quanto a Constituição Federal no artigo 5º asseguram as liberdades e expressão e de culto, mas não são garantias de que posturas de discriminação e violência não sejam praticadas.¹²⁸

Segundo Aurenéa Maria de Oliveira, o desafio hoje é pensar em uma nova era, especialmente no que diz respeito à esfera da religião, estimulando a promoção de vários tipos de reflexões. Dentre as quais ela destaca duas como mais relevantes: a primeira, visando discutir até que ponto dentro de um Estado multicultural, que busca lidar com questões referentes a problemas entre culturas diferentes, deve ser aceita todo tipo de postura religiosa, tendo em

¹²⁵ SILVA, 2014, p.73.

¹²⁶ SILVA, 2018, p.31.

¹²⁷ SILVA, 2018, p.31.

¹²⁸ SILVA, 2018, p.31-32.

vista que, a intolerância esteve historicamente presente no domínio das relações humanas fundadas em sentimentos e crenças religiosas. E a outra, mais específica, visa distinguir as atitudes de constituição das identidades, dos desenvolvimentos de preconceitos estigmatizantes que podem conduzir a posturas intolerantes na sociedade a partir de decisões políticas influenciadas pela religião.¹²⁹

Aurenéa Maria de Oliveira considera que os movimentos sociais têm como consequência o abalo da Ciência, da Razão, dos Padrões Universais e hegemônicos de ser, sentir e estar no mundo de hoje, não só no Brasil, mas em todo o planeta. Hoje, os olhos se abrem para os Outros, principalmente para aqueles que não fazem parte do padrão e do projeto eurocêntrico, mas esses olhares não ocorrem por benevolência ou concessão de alguém, mas por influência/pressão dos movimentos feministas, negros (africanos da diáspora), grupos LGBTQIAPN+ - e de outros povos e culturas que não comungam ou se beneficiam com o que ficou padronizado do modo euronorteamericano de ser, pensar e de agir que foi imposto nas sociedades.¹³⁰

As conquistas políticas com muitas das reivindicações atendidas e absorvidas pela sociedade em geral partem da luta dos movimentos que enfrentam o poder dominador, inclusive das religiões impostas em um cenário em que questões de cunho religioso/político ganham notabilidade internacional.¹³¹

Segundo Matheus Gomes Mendonça Ferreira e Mario Fuks, há poucas pesquisas abordando de forma sistemática os mecanismos por meio dos quais a religião influencia especificamente no voto. Eles identificam que há dois mecanismos de influência, sendo o primeiro a própria identidade religiosa, quando evangélicos geralmente votam em candidatos da mesma religião e rejeitando veementemente candidatos de outras denominações religiosas.¹³²

Assim, candidatos constroem suas candidaturas atreladas à identidade evangélica para conquistar mais votos entre os eleitores evangélicos, inclusive com destaque para a participação de pastores que utilizam o nome “Pastor” em suas denominações. Os autores destacam que, apesar da relação que há entre dinheiro de investimento em campanha e sucesso eleitoral, no caso dos candidatos evangélicos descobriu-se que o efeito entre despesa de campanha e a vitória nas eleições é menor, e além disso quanto maior o número de igrejas evangélicas com

¹²⁹ OLIVEIRA, 2022, p.226.

¹³⁰ OLIVEIRA, 2022, p.227.

¹³¹ OLIVEIRA, 2022, p.227.

¹³² FERREIRA, FUKS, 2021, p.5.

representação em um município, maior é a proporção de votos obtida por candidatos evangélicos.¹³³

O segundo mecanismo de influência religiosa no voto, segundo Matheus Gomes Mendonça Ferreira & Mario Fuks são os discursos políticos dos líderes religiosos, com alta credibilidade da elite religiosa e a assimetria de poder e seu acesso a recursos informacionais e políticos que tornam as lideranças religiosas também líderes de opinião. Assim, apesar das poucas pesquisas ainda sobre a matéria e uma dificuldade de mensurar como e quanto essa influência ocorre de forma negativa ou positiva, os autores evidenciaram que a relação causal entre o hábito de frequentar cultos e o comparecimento eleitoral, assim como a influência da opinião política e candidaturas no meio religioso são evidentes.¹³⁴

O preconceito religioso foi instrumentalizado como ferramenta política nas eleições de 2018 e 2022 no Brasil, reforçando a polarização entre grupos religiosos e segmentos sociais identificados com pautas progressistas ou laicas. Os discursos de perseguição e vitimização de grupos evangélicos foram mobilizados politicamente para criar um sentimento de ameaça moral e espiritual, servindo de combustível para o engajamento eleitoral. Essa narrativa de “cristofobia”, embora muitas vezes descolada da realidade empírica, consolidou-se como estratégia eficaz para construir identidades políticas coesas e estimular a militância em torno de candidaturas que se colocavam como defensoras da fé cristã frente a um suposto avanço de forças antirreligiosas. Ao mesmo tempo, práticas religiosas afro-brasileiras e manifestações religiosas dissidentes foram estigmatizadas ou silenciadas no debate público, aprofundando desigualdades históricas em nome de um discurso de defesa da “religião verdadeira”.¹³⁵

Essa retórica não apenas reforça estigmas contra grupos religiosos minoritários, mas também redefine os contornos da cidadania e da legitimidade política. Ao transformar crenças religiosas em marcadores de identidade política e moral, o preconceito religioso se torna um dispositivo de exclusão simbólica e material, que afasta do debate democrático aqueles que não se alinham aos padrões hegemônicos de religiosidade.¹³⁶ A polarização se intensifica à medida que a religião passa a operar como critério de pertencimento nacional, legitimando discursos autoritários e deslegitimando adversários políticos com base em suas crenças (ou ausência delas). Assim, o preconceito religioso não é apenas um efeito colateral da disputa eleitoral, mas uma estratégia ativa de mobilização política que distorce os princípios democráticos em nome

¹³³ FERREIRA, FUKS, 2021, p.5.

¹³⁴ FERREIRA, FUKS, 2021, p.5-6.

¹³⁵ ALMEIDA, 2020, p.41.

¹³⁶ BURITY, 2022, p.25.

da defesa da fé.¹³⁷

Compreendendo, portanto, a relação da formação da identidade religiosa do eleitorado brasileiro como relevante influência para a formação de opinião política já é possível analisar, no capítulo a seguir, o cenário da relação da retórica religiosa com os resultados das duas últimas eleições presidenciais no Brasil.



¹³⁷ BELLOTTI, 2022, p.70.

3 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 E 2022: CONTEXTO E IMPORTÂNCIA

3.1 Cenário eleitoral no Brasil e influência religiosa

A crescente influência dos evangélicos no cenário político brasileiro pode ser observada na maior participação desse grupo em campanhas eleitorais. Em 2002, ocorreu uma mobilização significativa de evangélicos em torno da eleição presidencial, destacando-se o lema “irmão vota em irmão” que ganhou força em muitas igrejas, promovendo Antony Garotinho como representante dos valores desse segmento. Conforme destaca Ricardo Alexandre, a campanha de Garotinho começou já em 1999, logo após ser eleito governador do Rio de Janeiro.¹³⁸

A conversão de Garotinho ao protestantismo em 1996 deu início a sua trajetória como líder político com forte apelo entre os evangélicos. Ele passou a visitar diversas igrejas pelo Brasil, compartilhando sua experiência de fé. O PDT, seu partido à época, reconheceu o uso estratégico da religião na sua campanha. Garotinho adotou um discurso nacionalista, moralista e de inclinação esquerdista.¹³⁹ Nas eleições de 2002, concorrendo pelo PSD, ele ficou em terceiro lugar, sendo o preferido dos evangélicos no primeiro turno, à frente de candidatos como Lula e Serra.¹⁴⁰

Nas eleições seguintes, em 2006, Garotinho tentou novamente se candidatar, agora pelo PMDB. Ele continuou a se aproximar de lideranças evangélicas, ganhando espaço em programas de TV e rádio voltados ao público religioso, como o "Vitória em Cristo", de Silas Malafaia. No entanto, o PMDB decidiu não lançar sua candidatura, e ele não concorreu.¹⁴¹

Marina Silva, membro da Assembleia de Deus, também entrou na corrida presidencial, concorrendo em 2010 e 2014, mas não contou com o apoio das principais lideranças evangélicas do país. Nas duas eleições, ela ficou atrás de Dilma Rousseff entre os votos evangélicos. Outro candidato com forte ligação religiosa foi o Pastor Everaldo, que, em 2014, apesar de representar a Assembleia de Deus e ser vice-presidente do PSC, obteve apenas 2,6% dos votos.¹⁴²

Nas eleições de 2018, dois candidatos evangélicos, Marina Silva e Cabo Daciolo, não conseguiram grande destaque, ficando, respectivamente, em 8º e 6º lugares. Nesse cenário, Jair

¹³⁸ ALEXANDRE, Ricardo. *Os donos do poder: a trajetória política de Jair Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020, p.202.

¹³⁹ ALEXANDRE, 2020, p.202.

¹⁴⁰ NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.70.

¹⁴¹ ALEXANDRE, 2020, p.202.

¹⁴² NICOLAU, 2020, p.70.

Bolsonaro, que não era oficialmente ligado a uma igreja evangélica, conquistou grande parte do voto desse segmento, capitalizando seu discurso conservador e antipetista, o que atraiu o apoio de muitos líderes evangélicos.¹⁴³

Bolsonaro, filiado ao PSL, foi o principal candidato no primeiro turno das eleições de 2018, com 46,03% dos votos válidos, enquanto Fernando Haddad, do PT, ficou com 29,28%.¹⁴⁴ No segundo turno, Bolsonaro venceu com 55,13% dos votos válidos, consolidando-se como o 38º presidente do Brasil. A forte adesão evangélica a sua candidatura pode ser explicada pela afinidade com valores conservadores, sobretudo em questões comportamentais e familiares, que Bolsonaro defendia em contraste com as pautas progressistas de Haddad.¹⁴⁵

O percurso político de Jair Bolsonaro começou muito antes de sua ascensão à presidência. Nascido em Glicério, São Paulo, em 1955, ele ingressou no Exército aos 18 anos e se formou pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1977. Sua carreira militar foi marcada por polêmicas, incluindo uma prisão por insubordinação em 1986. Bolsonaro deixou o Exército como capitão reformado e iniciou sua trajetória política em 1988, elegendo-se vereador no Rio de Janeiro. A partir daí, construiu uma longa carreira como deputado federal, sendo reeleito por sete mandatos consecutivos e migrando para diversos partidos.¹⁴⁶

Durante sua atuação parlamentar, Bolsonaro focou principalmente em pautas relacionadas aos militares e à segurança pública. Ele ganhou notoriedade por defender medidas controversas, como a pena de morte e a redução da maioria penal. Sua popularidade cresceu, sobretudo nas redes sociais, onde conseguiu atrair uma base fiel de seguidores, tornando-se um dos políticos mais influentes do Brasil antes de disputar a presidência.¹⁴⁷

Em sua campanha presidencial, Bolsonaro se apresentou como defensor da família tradicional e da moralidade conservadora, o que lhe garantiu grande apoio, especialmente entre evangélicos e conservadores, culminando em sua vitória nas eleições de 2018 e potencial participação no pleito de 2022 quando perdeu por pouco mobilizando uma aliança opositora para concorrer com sua recandidatura.¹⁴⁸

¹⁴³ ALEXANDRE, 2020, p.203.

¹⁴⁴ ESTADÃO. Eleições 2018: Resultados e análise do segundo turno. *O Estado de S. Paulo*, 28 out. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,eleicoes-2018-segundo-turno,70002563401>. Acesso em: 18 out. 2024.

¹⁴⁵ NICOLAU, 2020, p.70.

¹⁴⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Biografia Jair Messias Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 18 out. 2024.

¹⁴⁷ NICOLAU, 2020, p.72.

¹⁴⁸ NICOLAU, 2020, p.74.

Durante sua trajetória parlamentar, Jair Bolsonaro consolidou sua imagem de político “linha dura” ao defender publicamente pautas polêmicas. Em discurso na Câmara dos Deputados, declarou: “Sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também”¹⁴⁹, evidenciando sua defesa de práticas repressivas em nome da segurança. Em outra ocasião, durante entrevista à TV Bandeirantes, defendeu abertamente a pena de morte e a redução da maioria penal, afirmando: “Temos que ter pena de morte sim. Não adianta construir presídio. Esses bandidos têm que saber que serão mortos”¹⁵⁰. Essas declarações, ainda que controversas, foram amplamente difundidas nas redes sociais, contribuindo para a construção de uma base de apoiadores que se identificava com sua retórica de “ordem e autoridade”, especialmente em tempos de descrédito com a política tradicional.

Na campanha presidencial de 2018, Bolsonaro fortaleceu ainda mais sua conexão com setores conservadores ao se apresentar como o defensor dos “valores cristãos” e da “família tradicional brasileira”. Em discurso durante o lançamento de sua candidatura, afirmou: “O Estado é laico, mas eu sou cristão. E Deus acima de todos!”¹⁵¹, frase que se tornaria um dos lemas centrais de sua campanha. Além disso, mobilizou o discurso da “ameaça à moral e aos bons costumes” ao criticar políticas de gênero e educação sexual nas escolas, afirmando que “a ideologia de gênero é uma ameaça à inocência das crianças”¹⁵². Tais posicionamentos renderam-lhe forte apoio entre evangélicos e católicos conservadores, sendo decisivos para sua vitória em 2018 e para manter uma base mobilizada durante o pleito de 2022, mesmo após o desgaste de sua gestão. Nas eleições de 2022, a direita neoliberal tradicional sofreu uma fragmentação significativa. Após o turbulento governo Bolsonaro, parte desse grupo político, de maneira hesitante e ambígua, optou por integrar uma frente ampla contra a extrema-direita no segundo turno, após o fracasso da chamada “terceira via”. Contudo, o setor mais orgânico dessa direita, ligado ao capital financeiro nacional e internacional, manteve apoio a Bolsonaro, evidenciando, mais uma vez, a tensão entre democracia e neoliberalismo.¹⁵³

Embora a vitória de Lula tenha sido por uma margem de apenas 1,8 ponto percentual, essa diferença estatisticamente pequena não reflete o real significado dessa conquista. A eleição de Lula representou uma vitória monumental das forças democráticas contra o (neo)fascismo

¹⁴⁹ VEJA. “Sou favorável à tortura”, diz Jair Bolsonaro. Edição de 1999.

¹⁵⁰ TV BANDEIRANTES. *Entrevista com Jair Bolsonaro*. Arquivo de 2011.

¹⁵¹ COMÍCIO EM JUÍZ DE FORA. *Discurso de Jair Bolsonaro durante o lançamento da campanha presidencial*. Agosto de 2018.

¹⁵² DEBATE DA BAND. *Debate presidencial com Jair Bolsonaro*. Outubro de 2018.

¹⁵³ ABRANCHES, Sérgio. *O presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.34.

no Brasil. O triunfo não foi apenas sobre Bolsonaro, sua família e as milícias digitais que operam nas redes sociais, mas também sobre um Estado brasileiro que foi instrumentalizado pela campanha do ex-presidente. Além disso, houve uma derrota significativa para o uso político da religião, especialmente por parte das igrejas neopentecostais, que se transformaram em verdadeiros partidos políticos fascistas. O vasto setor do capital que pressionava seus empregados a votarem em Bolsonaro também foi derrotado, destacando a resistência democrática frente a ameaças e promessas.¹⁵⁴

Lula, ao perceber os ciclos imprevisíveis da política, formou inicialmente uma frente de esquerda que ia além de seu próprio partido. Com paciência, essa frente foi estendida para outras forças democráticas, incluindo até mesmo setores da direita que participaram do golpe de 2016. Assim, a vitória de Lula representou principalmente o triunfo da esquerda, com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente, e de todas as forças democráticas que se unificaram pela candidatura de Lula no primeiro turno, constituindo-se na vanguarda de sua campanha.¹⁵⁵

A incapacidade de remover Bolsonaro do cargo através de um impeachment, apesar de haver motivos suficientes, evidenciou o comprometimento vacilante da direita com a democracia. Para muitos líderes desse campo político, era conveniente manter Bolsonaro no poder para finalizar o programa de desmonte do Estado, desnacionalização da economia e retirada de direitos, mesmo diante dos enormes custos humanos provocados pela resposta criminosa do governo à pandemia. No entanto, a força do bolsonarismo tornou necessário atrair os setores dissidentes para uma composição com Lula, o que resultou na formação de uma ampla frente de forças que priorizou derrotar a extrema direita e restaurar um ambiente político menos tóxico.¹⁵⁶

Ainda assim, esses setores só se uniram ao processo democrático perto do final do primeiro turno e, sobretudo, no segundo turno. Até então, apostaram na "terceira via", intensamente promovida pela imprensa, que resultou em candidaturas com pouca densidade eleitoral. No segundo turno, figuras como Marina Silva e Simone Tebet reconheceram o risco de uma reeleição de Bolsonaro e lutaram efetivamente pela candidatura de Lula, tornando-se parceiras dessa vitória, que deve ser vista como um triunfo não só da esquerda, mas de um campo político mais amplo.¹⁵⁷

Durante as campanhas eleitorais, especialmente em 2022, diversos candidatos e figuras

¹⁵⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Roberto Grunspan. São Paulo: Editora 34, 2010, p.55.

¹⁵⁵ MAQUIAVEL, 2010, p.61.

¹⁵⁶ ABRANCHES, 2018, p.40.

¹⁵⁷ ABRANCHES, 2018, p.45.

públicas criticaram abertamente o uso político da religião por Jair Bolsonaro, apontando a instrumentalização da fé como estratégia eleitoreira. Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, afirmou em discurso: *"Bolsonaro não tem moral para falar em Deus. Ele mente em nome de Deus, faz fake news em nome de Deus, e isso é uma blasfêmia"*¹⁵⁸. Simone Tebet, terceira colocada no primeiro turno de 2022, também se manifestou: *"O presidente usa a religião como um escudo para esconder seus erros, mas o verdadeiro cristão prega o amor, não o ódio nem a mentira"*¹⁵⁹. Já o então candidato Ciro Gomes acusou Bolsonaro de manipular a fé do povo: *"Transformou o púlpito em palanque político e envergonha o evangelho com suas atitudes"*.¹⁶⁰ Essas falas refletem a preocupação de parte da oposição com a confusão entre religião e política no debate público, especialmente quando utilizada para dividir o eleitorado e promover desinformação.

A importância da formação de uma frente ampla ia, portanto, além das eleições. A esquerda, apesar de ter sido o principal agente da vitória de Lula, ainda é uma força política minoritária no sistema institucional brasileiro e está sub-representada em relação à sua força social e capacidade de mobilização. Assim como nos governos anteriores de Lula, os desafios da governabilidade e do presidencialismo de coalizão devem ocupar o centro do debate político, estabelecendo os limites institucionais do novo governo.¹⁶¹

3.2 Retórica política adotada pelos candidatos em relação às questões religiosas

Para compreender a relação dos resultados das eleições no Brasil com a retórica ou o discurso religioso explícito ou implícito na comunicação dos candidatos adota-se a lição de Patrick Charaudeau na obra *"Linguagem e discurso: modos de organização"*, que ao estudar a linguagem e o discurso destaca que para ser bem-sucedido "o comunicante fará uso de contratos e estratégias", que é o caso dos discursos políticos construídos com o fim de angariar apoiadores e votos.¹⁶²

Nesse mesmo contexto, o mesmo Patrick Charaudeau em outra obra importante sobre o

¹⁵⁸ LULA. *Comício em Recife*. Recife, 17 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 12 jan 2025.

¹⁵⁹ TEBET, Simone. *Participação no debate presidencial da TV Globo*. Rio de Janeiro, 29 set. 2022. Trecho transcrito em: G1. "Debate da Globo: Simone Tebet critica uso da fé por Bolsonaro". Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 1 maio 2025.

¹⁶⁰ GOMES, Ciro. *Entrevista à Rádio Jovem Pan*. São Paulo, 15 set. 2022. Disponível em: <https://jovempan.com.br>. Acesso em: 1 maio 2025.

¹⁶¹ ABRANCHES, 2018, p.48.

¹⁶² CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019, p.56.

tema “Discurso Político” destaca que o discurso político é um lugar de jogo de máscaras no qual toda palavra pronunciada deve ser tomada tanto pelo que ela diz como pelo que ela não diz, mas nunca deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. Porém, sabe-se que não é isto que ocorre na construção dos discursos das campanhas eleitorais.¹⁶³

Nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, a religião desempenhou um papel crucial na retórica política dos candidatos. O Brasil, um país de grande diversidade religiosa, tem uma parcela significativa de sua população professando a fé cristã, em particular no crescente grupo de evangélicos, que se tornou um segmento fundamental para a definição de estratégias eleitorais. Essas eleições marcaram uma intensificação do uso da religião como ferramenta de mobilização política, com os principais candidatos explorando de diferentes maneiras o apelo religioso para consolidar suas bases eleitorais e influenciar o voto dos eleitores.

Em 2018, Jair Bolsonaro destacou-se como o principal candidato a usar uma retórica explicitamente religiosa para se aproximar do eleitorado evangélico. Desde o início de sua campanha, Bolsonaro posicionou-se como um defensor dos “valores cristãos”, afirmando que seu governo seria guiado por princípios bíblicos e pela moralidade cristã. Ele frequentemente associava sua candidatura a uma missão divina, uma ideia reforçada por discursos messiânicos que sugeriam que sua eleição seria a resposta para salvar o Brasil de uma suposta degeneração moral causada pelas políticas da esquerda e pela influência do secularismo.¹⁶⁴

Outra das falas do então candidato Jair Bolsonaro que concorria a eleição com Fernando Haddad e que claramente faz uso de uma retórica religiosa, inclusive desqualificando a religiosidade ou não de seus adversários em seu discurso é a seguinte:

Quem jogou a bíblia no lixo foi o Haddad, né, em Fortaleza, não foi eu não. Ele, inclusive, ele é uma pessoa que não comunga com nenhum princípio religioso, muito menos a sua vice, que é do Rio Grande do Sul, do PCdoB, e foi receber a hóstia numa igreja. Isso é mentira, isso é enganação, isso é embrulhação. [...] Então, houve sim, existiu esse programa de combate à homofobia que, na verdade, estimulava precocemente o sexo homo entre as criancinhas.¹⁶⁵

Em oposição ao “eu”, as imagens de seus adversários na ocasião (Haddad e a candidata a vice Manuela D’ávila) estariam associadas a práticas que comprometeriam os valores cristãos não comungando os princípios religiosos, contexto o fato de a adversária ter comungado numa

¹⁶³ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018, p.prólogo.

¹⁶⁴ SILVA, Thiago Rodrigues. *Religião, poder e eleições: o caso do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019, p.23.

¹⁶⁵ BOLSONARO, Jair Messias. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. [21/10/2018]. [10min 41s]. *Jair Bolsonaro* [Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9wxneOnIOI>. Acesso em: 29 jan. 2025.

igreja católica, evidenciando dizeres políticos pelo discurso religioso. Outra fala do candidato Jair Bolsonaro que merece destaque na campanha de 2018 foi a seguinte:

O Brasil é um país cristão. O candidato do PT, Fernando Haddad, após receber de presente uma bíblia simplesmente a jogou no lixo, zombando da nossa fé. Haddad responde a mais de 30 processos na justiça. A grande maioria por corrupção. [...] Esse candidato, Fernando Haddad, é inimigo da família brasileira.¹⁶⁶

Nota-se um forte apelo para atrelar as relações políticas de suas intenções e dos concorrentes com a validação de princípios cristãos ou não, com uma acusação que ficou sem provas sobre o adversário ter ou não jogado a bíblia fora, já que houve a defesa do mesmo de que a bíblia que recebera foi furtada. Bolsonaro contou com o apoio de líderes religiosos influentes para disseminar seus discursos dentro das próprias igrejas, como o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, que declarou seu apoio público ao candidato ainda no primeiro turno. Esse tipo de aliança estratégica entre política e religião tornou-se central em sua campanha, consolidando uma base de eleitores evangélicos fiéis que viam em Bolsonaro um defensor dos valores familiares e dos princípios cristãos. Para os evangélicos, temas como a defesa da família tradicional, a oposição ao aborto e a crítica à "ideologia de gênero" foram pontos fortes de sua retórica, consolidando seu discurso como um bastião contra o que ele descrevia como as "ameaças" progressistas.¹⁶⁷

O discurso concebia a ideia de uma nação de gente representada como “fiel”, “honesta” e “de família” atrelando pautas políticas importantes aos ditames abordados de forma muito estreita pelas religiões como se depreende da seguinte fala de Jair Bolsonaro:

Primeiro eu quero agradecer a Deus por tudo que aconteceu na minha vida até o momento. Agradecer a Dom Orani pela oportunidade de estar aqui. Vim muito mais para ouvi-lo do que para falar. [Nós] Assinamos um compromisso em defesa da família, em defesa da inocência da criança em sala de aula, em defesa da liberdade das religiões, contrário ao aborto, contrário à legalização das drogas, ou seja, um compromisso que está no coração de todo brasileiro de bem.¹⁶⁸

O discurso de campanha de Jair Bolsonaro se baseou sempre em um trecho bíblico que ele citava explicitamente em seus discursos ao citar João 8:32 “Conhecereis a verdade e ela vos

¹⁶⁶ BOLSONARO, Jair Messias. Chegamos na reta final. Vamos dar o último gás combatendo, COM A VERDADE, as mentiras do PT! [26/10/2018]. [2 min 19 s]. *Jair Bolsonaro* [Youtube]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_v2auHWk8I. Acesso em: 29 jan. 2025.

¹⁶⁷ MACHADO, Mariana Tavares. *Evangélicos e política no Brasil: da aliança ao poder*. Brasília: Editora UnB, 2021, p.45.

¹⁶⁸ BOLSONARO, Jair Messias. Jair Bolsonaro visita Dom Orani Tempesta, Cardeal e Arcebispo do Rio de Janeiro! [17/10/2018]. [43 s]. *Jair Bolsonaro* [Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2tNtqu28Mzs>. Acesso em: 29 jan. 2025.

libertará”.¹⁶⁹

A retórica discursiva da campanha de Jair Bolsonaro conduzia à ideia de que o voto em Bolsonaro era a única esperança para a “salvação” da realidade brasileira, enfatizando o poder pastoral, pensando-o do ponto de vista do estabelecimento de garantias para a salvação (i)material. Assim, um cristão não votar no “messias” poderia ser interpretado como a negação ao bom desenvolvimento do país e às vontades de Deus.

Essa estratégia foi bem-sucedida em 2018, pois Bolsonaro conseguiu angariar grande parte do apoio evangélico, um grupo que havia se tornado politicamente mobilizado nas últimas décadas. Além disso, o uso de símbolos religiosos e referências bíblicas em suas falas contribuiu para a construção de uma identidade política fortemente atrelada ao cristianismo. Ele se autodenominava como o candidato que protegeria o Brasil da corrupção moral e do declínio espiritual, uma narrativa que ressoava profundamente entre seus apoiadores.¹⁷⁰

Em contraste, Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2018, adotou uma postura diferente em relação à religião. Embora também buscasse o apoio de eleitores religiosos, Haddad evitou utilizar retórica religiosa diretamente em sua campanha. Sua estratégia focou-se mais na defesa do Estado laico e na promoção de direitos humanos, o que gerou atritos com setores conservadores que o associavam à "ideologia de gênero" e a políticas contrárias aos valores cristãos. Para Haddad, a defesa do Estado laico era central, mas ele precisou equilibrar sua mensagem para não alienar completamente o eleitorado religioso.¹⁷¹

Mesmo assim, o PT buscou dialogar com setores religiosos progressistas, como a Teologia da Libertação, que tem raízes na Igreja Católica e é voltada para a justiça social e a luta contra as desigualdades. Nessa perspectiva, figuras como Frei Betto apareceram em sua campanha para reforçar que o partido não era "anti-religioso", como muitos críticos sugeriam. A campanha de Haddad enfatizou a importância de políticas que promovessem a igualdade e a justiça social, sem atacar diretamente os valores religiosos, mas mantendo uma distância estratégica de questões morais controversas.¹⁷²

Nas eleições de 2022, o papel da religião permaneceu central, mas a retórica adotada

¹⁶⁹ BOLSONARO, Jair Messias. Temas da semana. [Entrevista concedida ao SBT]. [09/10/2018] [4 min 6s]. Jair Bolsonaro [Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wl6Z8OI2TXI>. Acesso em: 29 jan. 2025.

¹⁷⁰ LACERDA, Carlos Henrique. *Bolsonarismo e conservadorismo religioso*. Curitiba: Editora Vozes, 2020, p.67.

¹⁷¹ PEREIRA, Felipe Gonçalves. *Política e religião nas eleições de 2018: uma análise crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2020, p.54.

¹⁷² SOUZA, Roberto Luiz. *A laicidade em questão: religião e política no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019, p.89.

por Jair Bolsonaro foi ainda mais reforçada em comparação à campanha anterior. Candidato à reeleição, Bolsonaro intensificou seu discurso em defesa da moral cristã, prometendo novamente proteger os valores da família tradicional e resistir ao avanço da esquerda, que frequentemente associava ao secularismo e à destruição da moralidade cristã. Sua retórica foi fortemente apoiada por líderes evangélicos, e a narrativa de que Bolsonaro era o escolhido por Deus para liderar o Brasil foi uma constante ao longo de sua campanha.¹⁷³

Bolsonaro também se posicionou como o guardião de uma nação cristã, sugerindo que sua reeleição era crucial para impedir que o Brasil fosse "tomado" por forças contrárias à fé cristã. Esse discurso teve forte apelo entre seus eleitores mais conservadores, especialmente entre aqueles que enxergavam sua liderança como uma barreira contra o que consideravam ser a agenda progressista de pautas como o casamento igualitário e a legalização do aborto. Críticos, no entanto, acusaram Bolsonaro de instrumentalizar a fé para fins eleitorais, afirmando que ele usava a religião para desviar a atenção de questões políticas e econômicas mais urgentes, como a pandemia de COVID-19 e o aumento da pobreza no país.¹⁷⁴

Por outro lado, Luiz Inácio Lula da Silva, que também concorreu à presidência em 2022, procurou uma abordagem mais moderada em relação à religião. Lula não fez uso de uma retórica religiosa tão explícita quanto Bolsonaro, mas também não se distanciou completamente das questões religiosas. Ao longo de sua campanha, ele enfatizou que governaria para todos os brasileiros, independentemente de suas crenças, e que o Brasil era um país pluralista, no qual diferentes religiões e práticas espirituais deveriam ser respeitadas.¹⁷⁵

Lula, entretanto, reconheceu a importância de dialogar com os eleitores religiosos e fez questão de se encontrar com líderes evangélicos e católicos durante a campanha, buscando desfazer a imagem de que o PT era um partido antirreligioso. Sua estratégia era despolitizar a religião, argumentando que o Estado deveria garantir que todos os cidadãos, religiosos ou não, tivessem acesso a direitos e oportunidades iguais. Lula frequentemente afirmava que, embora respeitasse as crenças religiosas, o governo não poderia se pautar exclusivamente pela fé, mas sim pelos princípios de justiça social e igualdade.¹⁷⁶

As eleições de 2018 e 2022 evidenciaram um novo padrão no cenário político brasileiro, no qual a religião passou a ocupar um espaço central nas campanhas e nas estratégias eleitorais.

¹⁷³ LIMA, André Pereira. *Estratégias eleitorais e religião: uma análise das campanhas de 2022*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022, p.34.

¹⁷⁴ MEDEIROS, Fernando Augusto. *O cristianismo como ferramenta eleitoral: eleições de 2022*. Porto Alegre: L&PM, 2022, p.47.

¹⁷⁵ FREITAS, Maria Luiza. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Contexto, 2022, p.56.

¹⁷⁶ GOMES, João Ricardo. *O papel da fé nas eleições presidenciais*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022, p.72.

Bolsonaro consolidou-se como o principal representante da aliança entre política e religião, enquanto Haddad e Lula adotaram posturas mais moderadas, buscando equilibrar o respeito à liberdade religiosa com a defesa de um Estado laico e pluralista.

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, os dois principais candidatos, Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), apresentaram propostas de governo com visões econômicas e sociais contrastantes. Bolsonaro propôs uma agenda liberal na economia, defendendo a redução do tamanho do Estado, privatizações e reformas estruturais, como a da Previdência e a tributária. Seu plano de governo enfatizava a simplificação do sistema tributário e a desburocratização para estimular o empreendedorismo e o crescimento econômico. No campo social, Bolsonaro adotou um discurso conservador, focando na valorização da família tradicional e na segurança pública, frequentemente mencionando valores cristãos e nacionais como base para a ordem social.¹⁷⁷

Por outro lado, Fernando Haddad apresentou um programa que priorizava a retomada do crescimento econômico com inclusão social. Suas propostas incluíam a revogação do teto de gastos, a implementação de uma reforma tributária progressiva e o fortalecimento de políticas públicas em áreas como saúde, educação e infraestrutura. Haddad também propôs a criação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, com foco na geração de empregos e na redução das desigualdades sociais, com uma ênfase especial em políticas públicas para populações vulnerabilizadas.¹⁷⁸

Na eleição de 2022, Jair Bolsonaro, agora filiado ao Partido Liberal (PL), buscou a reeleição com a promessa de continuidade de suas políticas econômicas liberais. Seu plano de governo destacava a manutenção das privatizações, a simplificação do sistema tributário e a ampliação de programas sociais como o Auxílio Brasil. Reforçou ainda o discurso de defesa da liberdade econômica, da segurança pública e da moral cristã como fundamentos centrais de sua plataforma, além de atacar as políticas educacionais e de diversidade promovidas por seus adversários (Bolsonaro, 2022, p. 9-11).¹⁷⁹

Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT em 2022, apresentou um programa de governo centrado na reconstrução do Estado e na promoção da justiça social. Suas propostas

¹⁷⁷ BOLSONARO, Jair. *Plano de Governo Jair Bolsonaro 2018*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 03 janeiro de 2025.

¹⁷⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *Plano de Governo Fernando Haddad 2018*. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13-pdf.pdf. Acesso em: 03 janeiro de 2025.

¹⁷⁹ BOLSONARO, Jair. *Plano de Governo Jair Bolsonaro 2022*. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf>. Acesso em: 03 janeiro de 2025.

incluíam novamente a revogação do teto de gastos, a implementação de uma reforma tributária progressiva e o fortalecimento de políticas públicas em saúde, educação, cultura e assistência social (PT, 2022, p. 3-8). Lula também defendeu a retomada de programas como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, destacando a necessidade de reconstruir o pacto federativo e de ampliar o diálogo com a sociedade civil organizada como forma de combater a crise social agravada durante o governo anterior (PT, 2022, p. 10-15).

O uso da retórica religiosa nas duas eleições também levantou questões mais amplas sobre o papel da fé na política brasileira na atualidade. A crescente influência das igrejas evangélicas, o aumento da polarização e a instrumentalização da religião para fins políticos indicam que as questões religiosas continuarão a desempenhar um papel importante nas disputas eleitorais no Brasil. O futuro da política brasileira, portanto, dependerá em parte de como os candidatos lidarão com a relação entre religião e Estado e como essas questões influenciam a formação de políticas públicas.

A presença da religião no cenário político brasileiro é um fenômeno de longa data, mas ganhou proporções inéditas nas eleições presidenciais de 2018 e 2022. Nesses pleitos, a retórica religiosa foi instrumentalizada de forma estratégica pelos candidatos, especialmente à direita, com o objetivo de captar votos de setores religiosos que compõem uma parte significativa do eleitorado brasileiro. Esse processo teve como protagonistas tanto os evangélicos quanto católicos conservadores, que passaram a ver nas figuras políticas um reflexo de seus valores morais e crenças espirituais. A relação entre política e religião nas eleições de 2022 foi marcada por um aumento da influência de lideranças evangélicas que, até então, haviam mantido uma posição de maior distanciamento das disputas eleitorais mais acirradas.¹⁸⁰

Nas eleições de 2018, a candidatura de Jair Bolsonaro foi um marco dessa aproximação entre política e religião. A sua retórica se apropriou de discursos morais que ressoaram profundamente com as igrejas evangélicas, transformando questões como a defesa da família tradicional, o combate ao aborto e a oposição à chamada "ideologia de gênero" em pilares centrais de sua campanha. A aliança entre Bolsonaro e pastores de grandes igrejas evangélicas consolidou um projeto político-religioso que mobilizou milhões de eleitores.¹⁸¹ Bolsonaro foi capaz de catalisar a insatisfação de setores religiosos em relação a pautas progressistas, consolidando um vínculo com o conservadorismo cristão que se mostrou decisivo para sua

¹⁸⁰ MEDEIROS, 2022, p.117.

¹⁸¹ SOUZA, 2019, p.89.

vitória.¹⁸²

Nas eleições de 2022, embora a retórica religiosa permanecesse central na estratégia bolsonarista, observou-se uma mobilização mais crítica e diversificada entre os setores religiosos. Apesar de Bolsonaro ter mantido o apoio de parte significativa das lideranças evangélicas, figuras como Marina Silva e Simone Tebet apresentaram uma abordagem mais moderada e conciliadora, ganhando relevância na disputa eleitoral. Elas foram capazes de dialogar com eleitores religiosos de maneira que não alienava setores progressistas.¹⁸³ Essa disputa pela narrativa religiosa evidenciou a crescente polarização entre diferentes visões de mundo dentro do campo cristão, com uma parte defendendo uma atuação política mais apartada dos interesses religiosos e outra promovendo uma fusão total entre fé e política.¹⁸⁴

Ainda que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva tenha buscado, em 2022, uma retórica mais voltada para a inclusão e para a laicidade do Estado, não deixou de reconhecer a importância do eleitorado religioso. Lula, assim como fez em seus mandatos anteriores, soube dialogar com as bases católicas progressistas e com setores evangélicos moderados, que se mostraram preocupados com a instrumentalização da fé por interesses políticos.¹⁸⁵ Esse esforço por parte de Lula em equilibrar a defesa de um Estado laico com o respeito às tradições religiosas do eleitorado contribuiu para sua vitória, embora tenha sido uma disputa acirrada.¹⁸⁶

Apesar de a política brasileira estar marcada pela laicidade constitucional, o campo religioso tem sido amplamente utilizado como ferramenta eleitoral, em especial pelas candidaturas mais conservadoras. A polarização exacerbada entre campos políticos distintos resultou em um embate cultural e religioso em que temas como moralidade, fé e políticas públicas se entrelaçaram de maneira inseparável. A instrumentalização da religião, especialmente por Bolsonaro, configurou uma estratégia para fortalecer a imagem de um "defensor da fé", enquanto seus oponentes tentavam se distanciar dessa retórica ou, como no caso de Tebet e Silva, adotar uma abordagem mais equilibrada.¹⁸⁷

A retórica religiosa também se estendeu ao uso político das redes sociais, onde as chamadas milícias digitais bolsonaristas exploraram amplamente o medo de mudanças nos valores tradicionais. Vídeos e mensagens apelando para a defesa da família e da fé cristã foram

¹⁸² LACERDA, 2020, p.75.

¹⁸³ GOMES, 2022, p.132.

¹⁸⁴ SANTOS, Ana Maria. *Polarização e religião na política brasileira*. Recife: Massangana, 2022, p.101.

¹⁸⁵ LIMA, 2022, p.144.

¹⁸⁶ MEDEIROS, 2022, p.123.

¹⁸⁷ MACHADO, 2021, p.77.

massivamente disseminados, o que ajudou a solidificar o apoio entre os eleitores mais religiosos.¹⁸⁸ Por outro lado, a disseminação de desinformação, especialmente em grupos de WhatsApp ligados a igrejas evangélicas, foi um dos fatores que polarizou ainda mais a população.¹⁸⁹

A análise das eleições de 2022 revela um cenário em que o uso da retórica religiosa foi mais uma vez crucial, mas dessa vez encontrou desafios maiores. A resistência de parte do eleitorado evangélico e católico ao bolsonarismo extremista, juntamente com a fragmentação dentro das igrejas, indica que o controle unificado sobre o voto religioso pode estar se enfraquecendo. Embora a religião continue a ser um fator determinante na política brasileira, a pluralidade de vozes e interesses dentro do campo religioso torna mais complexo o seu uso como ferramenta eleitoral.¹⁹⁰

Em suma, tanto nas eleições de 2018 quanto nas de 2022, a retórica religiosa foi central para a construção das campanhas presidenciais, especialmente no campo conservador. No entanto, as eleições de 2022 evidenciam um cenário mais fragmentado e diversificado, no qual a retórica religiosa, embora ainda poderosa, teve que disputar espaço com discursos mais moderados e críticos, representando uma nova fase na relação entre política e religião no Brasil.

3.3 Propostas de políticas públicas relacionadas à religião apresentadas pelos candidatos

As eleições presidenciais de 2018 e 2022 no Brasil foram marcadas pela presença significativa da religião nos debates políticos, com muitos candidatos recorrendo à fé como base para a construção de suas propostas de políticas públicas. A relação entre religião e política se tornou um tema central, especialmente em um contexto onde o eleitorado é fortemente influenciado por lideranças religiosas, como evangélicos e católicos. Ao longo desses dois pleitos, diferentes candidatos apresentaram políticas públicas que variaram entre o fortalecimento de valores religiosos conservadores e a defesa de um Estado laico. Este texto tem como objetivo analisar as principais propostas de políticas públicas relacionadas à religião apresentadas pelos candidatos nesses anos, utilizando uma ampla base teórica que engloba tanto os autores mencionados anteriormente quanto os novos pesquisadores.

Durante a eleição de 2018, Jair Bolsonaro se destacou como o principal candidato a

¹⁸⁸ FREITAS, 2022, p.85.

¹⁸⁹ PEREIRA, 2020, p.93.

¹⁹⁰ SILVA, 2019, p.118.

utilizar a religião como pilar central de sua campanha. Bolsonaro foi amplamente apoiado por líderes religiosos evangélicos e católicos conservadores, que viram em sua candidatura uma oportunidade de defender valores morais tradicionais, como a proteção da "família cristã" e o combate à "ideologia de gênero". A campanha de Bolsonaro foi construída com base na retórica de ser o "candidato de Deus", o que se refletiu em suas propostas de políticas públicas que prometiam alinhar o governo com princípios cristãos. Um exemplo claro dessa plataforma foi a proposta de endurecimento das legislações sobre aborto e a proibição de debates sobre gênero e sexualidade nas escolas. Esses temas foram centrais em sua campanha, e a retórica conservadora atraiu grande parte do eleitorado evangélico.¹⁹¹

Outro ponto central da plataforma de Bolsonaro em 2018 foi a tentativa de envolver igrejas, principalmente evangélicas, em parcerias com o Estado para a execução de políticas sociais. Bolsonaro propôs uma série de parcerias com organizações religiosas para a gestão de programas sociais, especialmente no que tange ao tratamento de dependentes químicos e à promoção de valores morais. Essas propostas revelam uma estratégia de governança que busca atribuir às igrejas um papel cada vez maior na administração pública.¹⁹² Essa abordagem foi criticada por muitos estudiosos da laicidade do Estado, que argumentam que a transferência de responsabilidades do Estado para instituições religiosas pode comprometer a neutralidade política em temas fundamentais.¹⁹³

Em 2022, Bolsonaro continuou a apostar na religião como base de sua campanha e reforçou o discurso sobre a importância da liberdade religiosa. A "liberdade religiosa" foi um dos principais temas explorados por Bolsonaro em sua tentativa de reeleição, sendo usada como uma ferramenta retórica para garantir o apoio de líderes religiosos. No entanto, a "liberdade religiosa" defendida pelo candidato foi frequentemente apresentada como um meio de proteger os grupos religiosos conservadores de supostas ameaças por parte de movimentos progressistas, como o LGBTQIAPN+ e a promoção da igualdade de gênero. Isso incluiu a promessa de criação de políticas públicas que garantem a proteção dos valores cristãos, como a instituição de uma "Semana Nacional de Defesa da Família", uma proposta que reafirmava a defesa da família tradicional em contraponto ao avanço das pautas progressistas.¹⁹⁴

Além disso, o plano de governo de Bolsonaro em 2022 continuou a enfatizar a parceria entre o governo e as igrejas evangélicas. Uma das propostas mais notáveis foi a ampliação do

¹⁹¹ SOUZA, 2019, p.102.

¹⁹² LIMA, 2022, p.125.

¹⁹³ PEREIRA, 2020, p.112.

¹⁹⁴ MEDEIROS, 2022, p.138.

programa de escolas cívico-militares, em que as igrejas desempenhariam um papel relevante na formação moral dos estudantes. A ideia por trás dessa proposta era promover uma educação baseada em valores conservadores, com forte influência religiosa. Para muitos críticos, essa política representava uma violação do princípio da laicidade do Estado, que estabelece a separação entre religião e política, e levantou preocupações sobre a crescente influência das igrejas evangélicas nas decisões governamentais.¹⁹⁵

Enquanto Bolsonaro apostava em um discurso fortemente alinhado com a religião, outros candidatos adotaram abordagens diferentes para lidar com a questão religiosa. Luiz Inácio Lula da Silva, que retornou à disputa presidencial em 2022, apresentou uma postura mais equilibrada em relação à religião. Embora Lula tenha mantido um discurso respeitoso em relação à pluralidade religiosa, suas propostas de políticas públicas não se baseavam em princípios religiosos conservadores. Ao contrário, o foco de sua campanha estava nas questões de justiça social e redução da desigualdade, temas que historicamente encontram apoio entre setores religiosos progressistas, especialmente os católicos ligados à Teologia da Libertação.¹⁹⁶

Lula evitou entrar em debates polêmicos sobre temas como o aborto e os direitos LGBTQIAPN+, deixando claro que essas questões deveriam ser tratadas como assuntos de foro íntimo e não como bandeiras políticas. No entanto, Lula propôs políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e da fome, questões que ressoam fortemente com os ensinamentos religiosos de solidariedade e justiça social. A proposta de reestruturar o programa Bolsa Família, por exemplo, incluía a parceria com organizações religiosas na distribuição de recursos e na assistência a comunidades vulneráveis, demonstrando uma postura pragmática em relação à atuação das igrejas na sociedade.¹⁹⁷

É importante destacar que a abordagem de Lula em relação à religião não excluiu a defesa da laicidade do Estado. Embora o ex-presidente tenha buscado dialogar com lideranças religiosas, sua plataforma não envolvia a implementação de políticas públicas que favorecessem uma religião em detrimento de outra. Ao contrário, Lula defendeu a manutenção de um Estado laico, que respeitasse todas as expressões religiosas, incluindo religiões de matriz africana, frequentemente marginalizadas no cenário político brasileiro. Sua proposta de garantir a liberdade religiosa para todas as crenças, sem privilegiar um grupo específico, refletiu uma postura inclusiva e pluralista.¹⁹⁸

¹⁹⁵ SANTOS, 2022, p.109.

¹⁹⁶ SANTOS, 2022, p.109.

¹⁹⁷ GOMES, 2022, p.146.

¹⁹⁸ SANTOS, 2022, p.109.

Outros candidatos também apresentaram propostas que envolviam a religião de maneiras mais moderadas e equilibradas. Marina Silva, nas eleições de 2018, por exemplo, ofereceu uma visão que conciliava sua fé pessoal com a defesa de um Estado laico. Embora Marina seja uma figura pública reconhecidamente evangélica, ela foi cuidadosa em separar suas crenças pessoais de suas propostas de governo. Suas políticas públicas relacionadas à religião focavam na inclusão e no respeito à diversidade, defendendo que o Estado deveria garantir o direito à liberdade religiosa para todas as crenças, sem se alinhar a pautas extremistas. Marina Silva também foi uma das poucas candidatas a abordar o combate à intolerância religiosa de forma direta, propondo políticas que promovessem o respeito e a convivência pacífica entre diferentes tradições religiosas.¹⁹⁹

Além disso, outros candidatos, como Guilherme Boulos em 2018 e Simone Tebet em 2022, também propuseram políticas públicas que incluíam a defesa da liberdade religiosa, mas sob uma ótica mais voltada para a proteção de minorias religiosas. Essas candidaturas trouxeram para o debate a questão das religiões de matriz africana, que frequentemente sofrem discriminação no Brasil. Em suas plataformas, a liberdade religiosa era vista como um direito fundamental que deveria ser garantido para todas as religiões, não apenas para os grupos cristãos majoritários. Isso marcou um contraste significativo com o discurso de Bolsonaro, que focava na proteção de valores cristãos conservadores.²⁰⁰

A instrumentalização da religião como ferramenta eleitoral levantou preocupações sobre os limites éticos da relação entre fé e política. O uso excessivo da retórica religiosa nas campanhas pode comprometer a laicidade do Estado e levar à implementação de políticas públicas que privilegiam um grupo religioso específico em detrimento de outros. Um exemplo disso foi o debate sobre o financiamento público de escolas confessionais, uma proposta defendida por Bolsonaro, mas criticada por defensores da laicidade. A questão dos símbolos religiosos em espaços públicos também foi amplamente debatida, com candidatos progressistas defendendo a neutralidade desses espaços, enquanto conservadores promoviam a exibição de símbolos cristãos como parte da identidade nacional.²⁰¹

Em suma, as eleições de 2018 e 2022 no Brasil foram fortemente influenciadas pela religião, com candidatos apresentando propostas de políticas públicas que variaram desde o reforço dos valores conservadores cristãos até a defesa de uma liberdade religiosa mais

¹⁹⁹ MACHADO, 2021, p.92.

²⁰⁰ SILVA, 2019, p.143.

²⁰¹ PEREIRA, 2020, p.112.

inclusiva. Candidatos como Jair Bolsonaro construíram suas campanhas com base em uma aliança entre o governo e as igrejas, propondo políticas públicas que refletissem os valores morais do cristianismo conservador, enquanto outros, como Lula e Marina Silva, defenderam um Estado laico que respeitasse todas as crenças. O desafio para o futuro das eleições no Brasil será equilibrar o papel da religião na política, garantindo que os princípios democráticos e laicos não sejam comprometidos em um cenário de crescente polarização religiosa.

3.4 Outros fatores que influenciaram as eleições presidenciais de 2018 e 2022 e estratégias de persuasão

É importante considerar que as eleições presidenciais de 2018 e 2022 no Brasil foram marcadas não apenas pela influência da religião, mas também por uma série de outros fatores que moldaram o cenário político e definiram as estratégias de persuasão dos candidatos. Como afirma Patrick Charaudeau, há mentiras e mentiras que marcam o discurso político, indo desde a perversidade até um mentir verdadeiro que, segundo o autor, seria, sozinha objeto de análise para um livro.²⁰²

Fatores como a crise econômica, o sentimento antipolítica, o impacto das redes sociais e a polarização ideológica foram determinantes para o comportamento do eleitorado, enquanto as estratégias de comunicação digital e a disseminação de notícias falsas (fake news) desempenharam um papel crucial na definição dos resultados. Este item busca analisar esses fatores e as principais estratégias de persuasão utilizadas pelos candidatos nas duas eleições presidenciais, com base em uma ampla gama de autores e teorias.

Um dos fatores mais proeminentes que influenciaram as eleições de 2018 foi a crise econômica que assolava o país desde 2014, quando o Brasil enfrentou uma grave recessão econômica. A alta taxa de desemprego, o aumento da inflação e o crescente déficit público criaram um clima de insatisfação generalizada entre a população. A crise econômica foi instrumental para a ascensão de candidatos que prometeram uma ruptura com o establishment político e a adoção de políticas liberais voltadas para o corte de gastos públicos e a diminuição do tamanho do Estado. Jair Bolsonaro, por exemplo, utilizou amplamente a retórica de que a intervenção estatal havia levado o país à crise e que era necessário adotar um governo mais austero, com menos interferência estatal, o que se alinhou com o discurso do seu futuro ministro

²⁰² CHARAUDEAU, 2018, p.104.

da Economia, Paulo Guedes, um economista liberal.²⁰³

Além da economia, o sentimento antipolítica também desempenhou um papel fundamental nas eleições de 2018. O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e as inúmeras denúncias de corrupção envolvendo políticos de diversos partidos criaram um cenário de descrédito em relação às instituições políticas tradicionais. O Partido dos Trabalhadores (PT), que havia governado o Brasil por mais de uma década, foi duramente criticado por escândalos de corrupção, como a Operação Lava Jato. A insatisfação com a política tradicional foi explorada de forma eficaz por Bolsonaro, que se apresentou como o "outsider", alguém de fora do sistema político corrupto. Embora ele fosse deputado federal há quase três décadas, sua campanha reforçou a ideia de que ele representava uma alternativa ao que ele chamava de "velha política". Essa estratégia de autopromoção como um candidato antissistema encontrou eco entre eleitores cansados da política convencional.²⁰⁴

No contexto das eleições de 2022, a economia continuou a ser um fator importante, mas o impacto da pandemia de COVID-19 e a resposta do governo federal a essa crise emergiram como novos temas centrais. A gestão da pandemia foi um fator decisivo para a base de eleitores tanto de Bolsonaro quanto de seus opositores. De um lado, o presidente minimizou a gravidade da pandemia, apostando em um discurso negacionista e contra medidas de isolamento social, enquanto promovia o uso de medicamentos sem eficácia comprovada. De outro, candidatos como Luiz Inácio Lula da Silva criticaram duramente a gestão da crise sanitária e defenderam políticas públicas de proteção à saúde e recuperação econômica. A pandemia se tornou, assim, um ponto de divergência importante nas eleições de 2022, com o governo sendo julgado não só por questões econômicas, mas também por sua resposta a essa crise de saúde pública.²⁰⁵

Além da crise econômica e da pandemia, a polarização ideológica se intensificou nas eleições de 2018 e 2022. A política brasileira, que já era marcada por um forte embate entre a esquerda e a direita, viu uma radicalização significativa ao longo desses anos. Em 2018, o antipetismo se tornou uma força motriz importante, levando muitos eleitores a votar em Bolsonaro como uma forma de impedir a volta do PT ao poder. Por outro lado, em 2022, a polarização se consolidou ainda mais, com Lula representando a resistência ao governo de Bolsonaro e as pautas progressistas sendo defendidas como uma forma de barrar o avanço de pautas conservadoras. Esse cenário de polarização extrema foi alimentado tanto por lideranças

²⁰³ LACERDA, 2020, p.52.

²⁰⁴ GOMES, 2022, p.88.

²⁰⁵ MEDEIROS, 2022, p.115.

políticas quanto pelos próprios eleitores, gerando um ambiente de antagonismo e disputa ideológica acirrada.²⁰⁶

Outro fator determinante nas eleições de 2018 e 2022 foi o uso massivo das redes sociais como ferramenta de comunicação política e de persuasão do eleitorado. A partir de 2018, o Brasil testemunhou um crescimento sem precedentes no uso de plataformas digitais, como Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp, como canais principais de difusão de informação política. As redes sociais permitiram que candidatos como Bolsonaro construíssem uma base de apoio sólida e engajada, sem depender dos meios tradicionais de comunicação, como a televisão e os jornais. Bolsonaro utilizou o WhatsApp como uma de suas principais ferramentas de campanha, através do qual foram disseminadas mensagens diretas para grupos de eleitores. Essa estratégia foi especialmente eficaz para evitar o filtro dos meios de comunicação tradicionais e mobilizar rapidamente um grande número de pessoas em torno de sua candidatura.²⁰⁷

Entretanto, o uso das redes sociais também trouxe à tona o problema das fake news. De acordo com Ana Maria Santos, tanto em 2018 quanto em 2022, as campanhas foram marcadas pela disseminação em massa de notícias falsas, muitas delas promovendo desinformação sobre os candidatos ou os partidos. Em 2018, por exemplo, circularam informações falsas sobre o kit gay e sobre o envolvimento do PT em casos de corrupção, enquanto em 2022 houve uma intensificação das fake news sobre a vacinação contra a COVID-19 e a confiabilidade das urnas eletrônicas. A desinformação nas redes sociais foi uma estratégia de persuasão poderosa, uma vez que, ao moldar a percepção do eleitorado, contribuiu para o aumento da polarização e da desconfiança no processo democrático.²⁰⁸ As fake news não apenas influenciaram diretamente a opinião pública, mas também dificultaram o debate racional, já que as informações circulavam de maneira rápida e, muitas vezes, incontrolável.²⁰⁹

Nesse sentido, as estratégias de comunicação digital utilizadas pelos candidatos em ambas as eleições foram adaptadas às novas realidades da era digital. Bolsonaro, por exemplo, manteve uma presença constante nas redes sociais, utilizando memes, vídeos e transmissões ao vivo para engajar seus apoiadores e moldar a narrativa política. Essa estratégia de "comunicação direta" foi fundamental para a construção de uma imagem de autenticidade e proximidade com o eleitorado. Lula, por sua vez, também investiu fortemente nas redes sociais em 2022,

²⁰⁶ PEREIRA, 2020, p.97.

²⁰⁷ SOUZA, 2019, p.120.

²⁰⁸ SANTOS, 2022, p.140.

²⁰⁹ SILVA, 2019, p.132.

buscando recuperar o terreno perdido em 2018. Sua campanha digital apostou em conteúdos que abordavam questões sociais e econômicas, como o combate à fome e a defesa dos direitos trabalhistas, temas caros ao seu eleitorado tradicional. Além disso, Lula e sua equipe de comunicação utilizaram as redes para combater as fake news e defender a importância da democracia e do respeito às instituições eleitorais.²¹⁰

Por fim, um fator relevante que influenciou as eleições foi o papel do marketing político, que se mostrou adaptável às novas demandas e comportamentos dos eleitores. As campanhas de 2018 e 2022 destacaram a importância de criar narrativas emocionais e simbólicas que fossem capazes de gerar identificação com o eleitorado. A retórica do "nós contra eles", amplamente utilizada por Bolsonaro em 2018, foi um exemplo clássico de uma estratégia de polarização eficaz, que mobilizou eleitores a partir do medo do outro e da promessa de um retorno à ordem. Já em 2022, a campanha de Lula apostou em uma narrativa de "união nacional" e "reconstrução", tentando atrair eleitores moderados que se opunham à radicalização política.²¹¹

Em síntese, as eleições de 2018 e 2022 foram influenciadas por uma série de fatores, como a crise econômica, o sentimento antipolítico, a polarização ideológica e a pandemia, todos esses elementos moldaram as estratégias de persuasão dos candidatos. O uso das redes sociais e a disseminação de fake news também desempenharam papéis centrais na comunicação política moderna, impactando diretamente o resultado das eleições. O futuro das campanhas eleitorais no Brasil provavelmente verá um refinamento ainda maior dessas estratégias digitais, à medida que os candidatos buscam novas formas de engajar e persuadir o eleitorado em um ambiente político cada vez mais volátil e polarizado.

4 EMENTA PARA DISCIPLINA ELETIVA

Diante do resultado obtido, seja através dos estudos teóricos e/ou da revisão de literatura recente sobre o tema, e da pesquisa aplicada demonstrando a influência da retórica religiosa na decisão de voto do eleitor, especialmente considerando a participação de uma grande parte do eleitorado mais jovem, apresenta-se como resultado final deste trabalho uma ementa para disciplina a ser inserida no Ensino Médio a fim de construir um processo educativo a partir de aulas que possam preparar os jovens para o exercício pleno de uma cidadania livre.

²¹⁰ MEDEIROS, 2022, p.110.

²¹¹ MACHADO, 2021, p.76.

Quadro 1 - Informações básicas da Ementa da disciplina eletiva

TEMÁTICA
RELIGIÃO E POLÍTICA
TÍTULO
A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA POLÍTICA
DISCIPLINAS
FILOSOFIA E CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
PROFESSORA
JUCILENE COSTERMANI RAMOS GASONI

Fonte: elaboração da autora

A inserção da disciplina eletiva "A Influência da Religião na Política" é de extrema importância no contexto educacional do Ensino Médio atual, uma vez que aborda temas centrais para a compreensão da sociedade atual. A intersecção entre religião e política é uma questão recorrente em todo o mundo, impactando decisões públicas, valores sociais e direitos humanos. Esta eletiva visa proporcionar aos alunos uma formação crítica e reflexiva sobre como diferentes tradições religiosas moldam a dinâmica política e influenciam o comportamento cívico.

Além disso, o estudo dessas relações permitirá que os alunos desenvolvam habilidades essenciais como a análise crítica, a empatia e o respeito à diversidade. Ao explorar questões históricas e contemporâneas como a influência da Igreja Católica na Idade Média, a Reforma Protestante, a relação do Islã, Hinduísmo e Budismo com a política, os estudantes poderão compreender as nuances dessas interações e suas implicações sociais.

A eletiva também possibilitará o debate sobre os direitos humanos e a importância da laicidade em um Estado democrático, preparando os alunos para serem cidadãos conscientes e participativos, em um mundo cada vez mais polarizado em que a formação de jovens capazes

de dialogar e respeitar diferentes perspectivas religiosas e políticas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Portanto, a criação desta eletiva, não apenas enriquecerá o currículo escolar, mas também contribuirá significativamente para a formação integral dos estudantes, capacitando-os para o enfrentamento dos desafios éticos e sociais.

São objetivos gerais da eletiva:

- Promover o respeito e a tolerância: fomentar o respeito à diversidade religiosa e cultural, incentivando a tolerância e o diálogo inter-religioso através do estudo comparativo e reflexivo das diferentes tradições religiosas;
- Desenvolver o pensamento crítico: estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e analítico dos alunos ao explorar as questões filosóficas, éticas e sociais suscitadas pelas diferentes religiões, bem como suas implicações contemporâneas;
- Conectar religião e sociedade: analisar a influência das religiões na formação das culturas, identidades e valores ao longo da história, compreendendo seu impacto nas sociedades modernas e sua relevância para questões contemporâneas;
- Integrar conhecimentos filosóficos e religiosos: facilitar a integração dos conhecimentos filosóficos com os estudos religiosos, permitindo que os alunos desenvolvam uma visão holística e multidisciplinar das questões existenciais e morais discutidas nas diferentes tradições religiosas.
- Capacitar para o diálogo e a reflexão: preparar os alunos para o diálogo construtivo e respeitoso sobre temas religiosos e filosóficos, promovendo a capacidade de argumentação, escuta ativa e reflexão crítica.

Como objetivos específicos destacam-se ainda:

- Explorar crenças e práticas religiosas: investigar as crenças centrais e as práticas rituais das religiões estudadas, como os sacramentos no Cristianismo, os Cinco Pilares do Islão, as leis judaicas, os ritos hindus e as práticas meditativas do Budismo;
- Compreender o contexto histórico e filosófico: examinar o contexto histórico em que essas religiões surgiram e se desenvolveram, assim como suas interações com as filosofias locais e globais;
- Comparar perspectivas religiosas: realizar estudos comparativos entre as religiões, destacando semelhanças e diferenças em suas visões sobre a natureza de Deus, a alma, a vida após a morte, a ética e o papel da religião na sociedade;

- Refletir sobre questões éticas e sociais: analisar como cada religião aborda questões éticas e sociais, como justiça, paz, direitos humanos e o papel da mulher, relacionando essas abordagens com desafios contemporâneos;
- Estabelecer conexões com o presente: Investigar a relevância das tradições religiosas e seus ensinamentos nos contextos contemporâneos, incluindo sua influência na política, cultura, ciência e nas relações internacionais;
- Promover o diálogo inter-religioso: desenvolver habilidades de comunicação e argumentação que permitam aos alunos participar de diálogos inter-religiosos respeitosos e construtivos, compreendendo as perspectivas dos outros;
- Utilizar metodologias ativas: aplicar metodologias ativas, como debates, estudos de caso, dramatizações e painéis, para engajar os alunos no estudo dos textos religiosos e filosóficos de forma dinâmica e participativa;
- Fomentar a reflexão pessoal: Incentivar os alunos a refletirem sobre suas próprias crenças e valores, e como eles se relacionam com as tradições religiosas estudadas, promovendo o autoconhecimento e o respeito à diversidade religiosa.

A eletiva contemplará diversas competências e habilidades requeridas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como pode ser observado na íntegra da ementa no Apêndice 1, em suma, pode-se concluir que os alunos poderão desenvolver competências como:

- o pensamento crítico e analítico para analisar, interpretar e avaliar textos sagrados e filosóficos de forma crítica, identificando argumentos, conceitos e implicações;
- respeito à diversidade cultural e religiosa para reconhecer e valorizar as diferentes tradições religiosas e culturais, promovendo atitudes de respeito, tolerância e empatia;
- comunicação oral e escrita para expressar ideias e argumentos de forma clara, coerente e persuasiva, tanto na comunicação oral quanto escrita;
- argumentação e raciocínio lógico para construir argumentos sólidos e bem fundamentados, utilizando raciocínio lógico e evidências textuais;
- habilidade de trabalho em equipe para colaborar eficazmente com os colegas em atividades e projetos, contribuindo para o alcance de objetivos comuns;
- autoconhecimento e reflexão crítica para refletir sobre as próprias crenças, valores e atitudes, e como elas se relacionam com as tradições religiosas estudadas;
- leitura e interpretação de textos complexos para ler e interpretar textos religiosos e filosóficos densos e complexos, extraindo os principais conceitos e mensagens;

- empatia e escuta ativa para ouvir atentamente e compreender as perspectivas dos outros, especialmente em contextos de discussão sobre crenças religiosas e filosóficas;
- criatividade e expressão artística para expressar ideias religiosas e filosóficas de maneira criativa, por meio de diferentes formas de arte e mídia;
- e autonomia e autogestão para gerenciar o próprio aprendizado, definindo metas pessoais, organizando o tempo e buscando recursos de forma independente.

É importante observar que o desenvolvimento das competências e habilidades que serão promovidos através de uma disciplina nessa temática corrobora com o presente estudo que apontou a necessidade de buscar uma formação crítica do eleitor, que não se deixe levar e ser influenciado por questões religiosas sem um crivo de raciocínio próprio acerca de diversas questões que são exploradas nas campanhas eleitorais por candidatos que utilizam-se da retórica religiosa, seja de forma direta ou indireta para atrair votos e definir caminhos políticos, econômicos e sociais para o país.

As habilidades da BNCC contempladas pela disciplina eletiva são as seguintes:

Quadro 2 - Habilidades da BNCC Contempladas pela Eletiva

HABILIDADES DA BNCC PARA O ENSINO MÉDIO	
1. (EM13CHS104) - Analisar criticamente discursos e práticas culturais e políticas que promovem ou dificultam a inclusão social e os direitos humanos, refletindo sobre diferentes formas de participação política.	
2. (EM13CHS502) - Identificar e avaliar criticamente a interação entre conhecimento científico, filosófico e saberes tradicionais em diferentes contextos históricos, culturais e políticos.	
3. (EM13CHS503) - Argumentar de modo crítico sobre a interação entre ciência, religião, tradição e a produção de conhecimento em diferentes contextos históricos.	
4. (EM13CHS601) - Analisar e avaliar criticamente as diferentes formas de poder, dominação e participação política em diferentes épocas e espaços, identificando estratégias para a ampliação da cidadania.	
5. (EM13CHS603) - Comparar diferentes visões de mundo, concepções éticas e de justiça nas tradições filosóficas e religiosas e suas implicações para a convivência democrática.	
6. (EM13CHS605) - Avaliar criticamente práticas discursivas, políticas e sociais que busquem legitimar a intolerância e o preconceito, reconhecendo as condições históricas e culturais que fundamentam a convivência democrática.	
7. (EM13CHS506) - Analisar argumentos filosóficos em diferentes tradições, refletindo sobre	

as condições de possibilidade do conhecimento, da ação e da existência humana.
8. (EM13CHS604) - Elaborar propostas de intervenção social fundamentadas em princípios éticos e democráticos, com vistas à promoção dos direitos humanos e da justiça social.
9. (EM13CHS506) - Argumentar de forma ética sobre a legitimidade de diferentes concepções de justiça e os desafios colocados à convivência democrática em sociedades plurais.
10. (EM13CHS507) - Analisar criticamente valores, direitos e deveres éticos em diferentes tradições filosóficas e religiosas, debatendo sua importância na construção de uma sociedade justa e democrática.

Fonte: elaboração própria

E o conteúdo programático contemplado nas aulas é o seguinte:

Quadro 3 - Conteúdo Programático da Eletiva

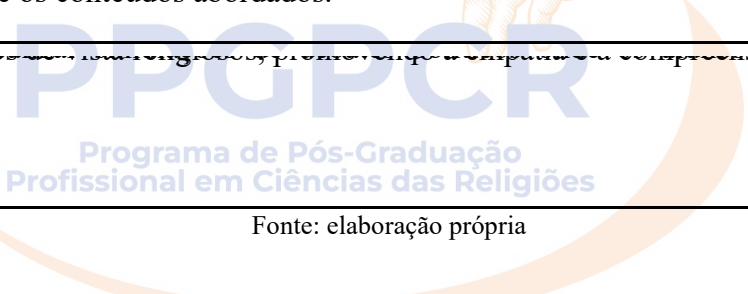
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Introdução à Religião e Política
O Hinduísmo e a Política Indiana
Budismo e Política
Religião e Direitos Humanos

Fonte: elaboração própria

E, por fim, a metodologia apresentada no quadro 4 será aplicada na eletiva visando estabelecer as melhores formas de abordar o tema promovendo as reflexões e aquisição de conhecimentos suficientes para a formação crítica dos educandos considerando-os como cidadãos e futuros eleitores que participam de decisões que, como restou demonstrado no presente estudo, sempre envolveram e envolverão a relação política x religião.

Quadro 4 - Metodologia da Eletiva

METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas Dialogadas: Proporcionam um espaço para apresentar conceitos teóricos e promover a discussão entre alunos, incentivando a participação ativa.
Estudo de Caso: Analisar eventos históricos específicos, como a Reforma Protestante ou a

influência do Evangelicalismo nas eleições americanas, para contextualizar os conteúdos.
Debates: Organizar debates sobre temas controversos, como a separação entre religião e política, ajudando os alunos a articular suas opiniões e respeitar diferentes pontos de vista.
Grupos de Trabalho: Dividir a turma em grupos para investigar diferentes aspectos da relação entre religião e política, promovendo a colaboração e a pesquisa conjunta.
Análise de Discurso: Estudar discursos políticos que utilizam retórica religiosa, ajudando os alunos a entender como a linguagem pode influenciar a opinião pública.
Reflexão Crítica: Propor atividades em que os alunos escrevam reflexões pessoais sobre as implicações éticas e sociais da intersecção entre religião e política.
Multimídia: Utilizar vídeos, documentários e podcasts para enriquecer as aulas e estimular discussões sobre os conteúdos abordados.


Fonte: elaboração própria

O estudo desse conteúdo programático por alunos do Ensino Médio através dos métodos propostos possibilitará uma formação de identidade livre e com conhecimento sobre os conceitos de religião e religiões e sobre a influência desses conceitos na história e na filosofia, na própria formação de suas identidades, bem como a compreensão da sociedade brasileira, cujo sincretismo religioso é uma marca e requer consideração e respeito para que as políticas públicas sigam um caminho de abarcar a todos, sem distinção e sem fundamentos religiosos que podem variar conforme a prática e a crença que deve ser algo que se aplique apenas em decisões pessoais e individuais e não fundamento para decisões que afetam a todos em questões sensíveis como as que são levantadas em pautas eleitorais e até polemizadas acirrando ódio e rivalidade entre grupos religiosos ou não religiosos distintos, como restou demonstrado nesta dissertação.

CONCLUSÃO

As interações entre religião e política no Brasil revelam um campo complexo e dinâmico bem demonstrado no presente estudo, que não apenas molda as identidades individuais, mas também influencia diretamente o cenário político e eleitoral do país. A pesquisa apresentada, dividida em quatro partes principais, elucidou como a religião, enquanto conceito multifacetado, interage com a esfera política, especialmente nas eleições presidenciais de 2018 e 2022.

No primeiro capítulo, discutimos os conceitos fundamentais de religião e suas manifestações, incluindo a noção de religião civil. A definição de religião, com suas dimensões sociais, culturais e espirituais, é crucial para entender como as crenças religiosas se entrelaçam com as estruturas políticas e sociais. O conceito de religião civil, em particular, destaca como os princípios religiosos podem ser integrados à identidade nacional, criando um espaço onde a religiosidade se torna uma parte integrante da vida cívica. Isso se reflete em rituais e símbolos que permeiam a esfera pública, ressaltando a importância da religião na formação da consciência coletiva e nas interações sociais.

As interseções entre religião e política demonstram a relevância da religião não apenas como um fenômeno privado, mas como uma força ativa na esfera pública. As discussões sobre questões éticas, morais e sociais frequentemente trazem à tona debates sobre a influência religiosa nas decisões políticas. A pesquisa aponta que, em muitos casos, os líderes religiosos atuam como agentes de mudança, mobilizando suas comunidades para questões sociais e políticas, o que pode levar a uma maior participação da população em processos democráticos.

A identidade religiosa, abordada no segundo capítulo, desempenha um papel significativo no comportamento político dos indivíduos. Observamos que a formação dessa identidade é influenciada por fatores históricos, culturais e sociais, que se manifestam em preconceitos religiosos que, por sua vez, impactam a dinâmica política. A diversidade de crenças e práticas religiosas no Brasil, desde as tradições afro-brasileiras até as diversas denominações cristãs, cria um panorama em que a identidade religiosa pode ser tanto uma fonte de união quanto de divisão. Esse preconceito pode limitar a participação e a representação de grupos religiosos, tornando-se um desafio a ser enfrentado na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além disso, o impacto do preconceito religioso na esfera política não se restringe apenas à marginalização de determinados grupos, mas também afeta a formulação de políticas públicas. Muitas vezes, legislações e iniciativas são moldadas por valores religiosos predominantes, o

que pode excluir ou desconsiderar as necessidades de uma população diversa. A pesquisa sugere que um maior reconhecimento da pluralidade religiosa no discurso político é necessário para garantir que todos os cidadãos se sintam representados e respeitados.

As eleições presidenciais de 2018 e 2022, discutidas no terceiro capítulo, foram fundamentais para compreender como a religião influenciou o discurso político e as estratégias dos candidatos. A retórica política em torno de questões religiosas e as propostas de políticas públicas relacionadas à religião revelaram a importância de se considerar a identidade religiosa dos eleitores como um fator decisivo nas campanhas. Os candidatos que conseguiram articular suas mensagens em sintonia com as preocupações religiosas de suas bases eleitorais demonstraram uma capacidade maior de mobilização e engajamento.

Além disso, as eleições mostraram como as redes sociais e as novas formas de comunicação transformaram a maneira como as questões religiosas são debatidas e discutidas na esfera pública. A polarização política, acentuada por esses meios, também trouxe à tona a necessidade de um diálogo mais respeitoso e construtivo entre diferentes crenças e ideologias. As estratégias de persuasão, que muitas vezes se aproveitam do medo e da desinformação, destacam a importância de um eleitorado informado e crítico, capaz de discernir entre propostas que promovem a inclusão e aquelas que perpetuam divisões.

Por fim, o produto final apresenta uma ementa abrangente para uma disciplina que buscará não apenas entender as relações entre religião e política, mas também propor caminhos para a construção de um espaço político mais inclusivo e respeitoso em relação à diversidade religiosa brasileira a partir da educação. A compreensão dessas interações é vital para o fortalecimento da democracia, promovendo um ambiente onde todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas, independentemente de suas crenças ou identidades. O reconhecimento da pluralidade religiosa não apenas enriquece o debate político, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais coesa e harmoniosa.

Em conclusão, as relações entre religião e política no Brasil nos convidam a refletir sobre a necessidade de um diálogo contínuo e respeitoso entre diferentes tradições religiosas e a esfera política bem como da inserção da temática na formação do jovem brasileiro. Essa interação deve ser guiada por princípios de respeito, inclusão e busca pelo bem comum. Somente por meio da promoção de um ambiente de diálogo e respeito mútuo será possível construir um futuro onde a diversidade religiosa seja celebrada e onde todos possam contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa. A construção de políticas públicas que levem em consideração a diversidade religiosa, bem como a promoção da educação sobre questões religiosas, são passos fundamentais para alcançar esse objetivo. Assim, o desafio se

apresenta não apenas como uma questão política, mas como uma responsabilidade coletiva em prol de um Brasil mais plural e democrático.



REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. *O presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALEXANDRE, Ricardo. *Os donos do poder: a trajetória política de Jair Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. *O trânsito religioso no Brasil: entre mutações e permanências*. Tempo Social, 19(1), 2007.

BELLAH, Robert N. *Civil Religion in America*. Daedalus, Cambridge, MA, v. 96, n. 1, Winter 1967.

BELLAH, Robert N. *Civil Religion in America* in *Beyond Belief: Essays on Religion in a Post-Traditional World*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1991.

BELLOTTI, Karina. *Religião e consumo: uma análise das transformações contemporâneas*. In: *Religiões e sociedade: debates e desafios contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Org. Luiz Roberto Benedetti. Trad. José Carlos Barcellos. Coleção Sociologia e Religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BOLSONARO, Jair. *Plano de Governo Jair Bolsonaro 2018*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf> Acesso em: 03 janeiro de 2025.

BOLSONARO, Jair. *Plano de Governo Jair Bolsonaro 2022*. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf> Acesso em: 03 janeiro de 2025.

BOLSONARO, Jair Messias. Temas da semana. [Entrevista concedida ao SBT]. [09/10/2018]. [4min 6s]. Jair Bolsonaro [Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wl6Z8OI2TXI>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BOLSONARO, Jair Messias. Jair Bolsonaro visita Dom Orani Tempesta, Cardeal e Arcebispo do Rio de Janeiro! [17/10/2018]. [43 s]. Jair Bolsonaro [Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2tNtqu28Mzs>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BOLSONARO, Jair Messias. Via transmissão de celular, Bolsonaro fala com população na Av. Paulista. [21/10/2018]. [10min 41s]. *Jair Bolsonaro* [Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9wxneOnIOI>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BOLSONARO, Jair Messias. Chegamos na reta final. Vamos dar o último gás combatendo, COM A VERDADE, as mentiras do PT! [26/10/2018]. [2 min 19 s]. *Jair Bolsonaro* [Youtube]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_v2auHWk8I. Acesso em: 29 jan. 2025.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 2, nov. 2008.

BURITY, Joanildo. *Religião e espaço público: o olhar das ciências sociais*. In: Menezes, Paulo A. de (org.). *Religião e esfera pública: contribuições para o debate no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

BURITY, Joanildo. Duas formas de religião pública e democracia nas eleições de 2022. *Revista Intolerância Religiosa*, no. 5, 2023.

BURITY, Joanildo; MORAIS, Marina. “Religião, política e a nova direita no Brasil: continuidades e inflexões”. In: *Religião e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Autêntica, 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia Jair Messias Bolsonaro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 18 out. 2024.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade*. São Paulo: UNESP, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CRISTI, Marcela. *From Civil to Political Religion: The Intersection of Culture, Religion and Politics*, Waterloo/Canada, Wilfrid Laurier University Press, 2001.

ESTADÃO. Eleições 2018: Resultados e análise do segundo turno. *O Estado de S. Paulo*, 28 out. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,eleicoes-2018-segundo-turno,70002563401>. Acesso em: 18 out. 2024.

FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça; FUKS, Mario. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 34. e238866, 2021.

FREITAS, Maria Luiza. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

GOMES, Ciro. *Entrevista à Rádio Jovem Pan*. São Paulo, 15 set. 2022. Disponível em: <https://jovempan.com.br>. Acesso em: 1 maio 2025.

GOMES, João Ricardo. *O papel da fé nas eleições presidenciais*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

INWOOD, Brad.; GERSON, Loyd. P. *Hellenistic Philosophy: Introductory Readings*, Indianapolis, Hackett, 1997.

KAWAUCHE, Thomaz M. T. Religião e política em Rousseau. *Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 2012.

LACERDA, Carlos Henrique. *Bolsonarismo e conservadorismo religioso*. Curitiba: Editora Vozes, 2020.

LIMA, André Pereira. *Estratégias eleitorais e religião: uma análise das campanhas de 2022*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

LULA. *Comício em Recife*. Recife, 17 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 12 jan 2025.

MACHADO, Mariana Tavares. *Evangélicos e política no Brasil: da aliança ao poder*. Brasília: Editora UnB, 2021.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Roberto Grunspan. São Paulo: Editora 34, 2010.

MEDEIROS, Fernando Augusto. *O cristianismo como ferramenta eleitoral: eleições de 2022*. Porto Alegre: L&PM, 2022.

MONTERO, Paula. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 15-39, jan./jul. 2018.

MORAIS, Marina Almeida. Impacto do discurso religioso no comportamento político brasileiro. *5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais*. Democracia e Direitos Humanos: Crises e conquistas. Goiânia, Campus Samambaia, 11 a 13 de setembro de 2019.

MORAIS, Marina Almeida. *Religião e colonialidade: epistemologias do Sul e crítica à modernidade religiosa*. Revista Brasileira de Estudos da Religião, 14(2), 2022.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, estigma e intolerância religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. Estudos de Sociologia, *Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, v. 13, n. I, 2022.

ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. *Horizontes Antropológicos. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países*. Porto Alegre, ano 13, n. 27, jan./jun. 2007.

PAIVA, Geraldo José de. Identidade e pluralismo: identidade religiosa em adeptos brasileiros de novas religiões japonesas. *Psic.: Teor. e Pesq.* 20 (1), abr. 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *Plano de Governo Fernando Haddad 2018*. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13-pdf.pdf. Acesso em: 03 janeiro de 2025.

PEREIRA, Felipe Gonçalves. *Política e religião nas eleições de 2018: uma análise crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

PIEPER, Frederico. Religião: limites e horizontes de um conceito. *Estudos de Religião*, 33 (1), 2019.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *O desencantamento do mundo*. Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2a. Edição, 2005.

PINHEIRO, Maria Claudia Bucchianeri. *Direitos humanos e direitos fundamentais: diálogos contemporâneos*. Religião e Política: entre a liberdade de manifestação do pensamento e o “abuso de poder religioso”, 2013.

SANTOS, Ana Maria. *Polarização e religião na política brasileira*. Recife: Massangana, 2022.

SILVA, Luiz Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. *Latino América*. México, 2017.

SILVA, Thiago Rodrigues. *Religião, poder e eleições: o caso do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019.

SOUZA, Roberto Luiz. *A laicidade em questão: religião e política no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019.

ILVA, LUIZ ROGÉRIO LOPES. *Discurso de ódio no Facebook: a construção da incivilidade e do desrespeito nas fan-pages dos deputados Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Rogério Peninha Mendonça*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SMITH, Wilfred C. *O sentido e o fim da religião*. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

SOUZA, Vimerson Araujo de. A relação entre política e religião em Maquiavel. *Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século XVII*, n.º 32 (especial sobre Maquiavel e Espinosa), jan-jun. 2015.

SOUZA, Robson da Costa; SILVA, Jefferson Evânio da. Conservadorismos, fundamentalismo protestante e democracia no Brasil: Uma compreensão em chave pós-estruturalista. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 42(1), 2022.

TEBET, Simone. *Participação no debate presidencial da TV Globo*. Rio de Janeiro, 29 set. 2022. Trecho transcrito em: G1. “Debate da Globo: Simone Tebet critica uso da fé por Bolsonaro”. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 1 maio 2025.

TORRES, Marcos Alberto. As paisagens da memória e a identidade religiosa. *RA'E GA*, 27, Departamento de Geografia – UFPR, Curitiba-PR, 2013.

WEBER, M. A psicologia social das religiões mundiais: In: *Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

APÊNDICE

EMENTA DA DISCIPLINA ELETIVA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

DISCIPLINA ELETIVA
TEMÁTICA
RELIGIÃO E POLÍTICA
TÍTULO
A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA POLÍTICA
DISCIPLINAS
FILOSOFIA E CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
PROFESSORES
JUCILENE COSTERMANI RAMOS GASONI
JUSTIFICATIVA
A eletiva "A Influência da Religião na Política" é de extrema importância no contexto educacional atual, uma vez que aborda temas centrais para a compreensão da sociedade atual. A intersecção entre religião e política é uma questão recorrente em todo o mundo, impactando decisões públicas, valores sociais e direitos humanos. Esta eletiva visa proporcionar aos alunos uma formação crítica e reflexiva sobre como diferentes tradições religiosas moldam a dinâmica política e influenciam o comportamento cívico. Além disso, o estudo dessas relações permite que os alunos desenvolvam habilidades essenciais, como a análise crítica, a empatia e o respeito à diversidade. Ao explorar questões históricas e contemporâneas, como a influência da Igreja Católica na Idade Média, a Reforma Protestante, a relação do Islã, Hinduísmo e Budismo com a política, os estudantes poderão compreender as nuances dessas interações e suas implicações sociais. A eletiva também promove o debate sobre direitos humanos e a importância da laicidade em um Estado democrático, preparando os alunos para serem cidadãos conscientes e participativos. Em um mundo cada vez mais polarizado, a formação de jovens capazes de dialogar e respeitar diferentes perspectivas religiosas e políticas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Portanto, esta eletiva não apenas enriquece o currículo escolar, mas também contribui significativamente para a formação integral dos estudantes, capacitando-os a enfrentar os desafios éticos e sociais.
OBJETIVOS
Geral: Promover o Respeito e a Tolerância: Fomentar o respeito à diversidade religiosa e cultural, incentivando a tolerância e o diálogo inter-religioso através do estudo comparativo e reflexivo das diferentes tradições religiosas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

- Desenvolver o Pensamento Crítico: Estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e analítico dos alunos ao explorar as questões filosóficas, éticas e sociais suscitadas pelas diferentes religiões, bem como suas implicações contemporâneas.
- Conectar Religião e Sociedade: Analisar a influência das religiões na formação das culturas, identidades e valores ao longo da história, compreendendo seu impacto nas sociedades modernas e sua relevância para questões contemporâneas.
- Integrar Conhecimentos Filosóficos e Religiosos: Facilitar a integração dos conhecimentos filosóficos com os estudos religiosos, permitindo que os alunos desenvolvam uma visão holística e multidisciplinar das questões existenciais e morais discutidas nas diferentes tradições religiosas.
- Capacitar para o Diálogo e a Reflexão: Preparar os alunos para o diálogo construtivo e respeitoso sobre temas religiosos e filosóficos, promovendo a capacidade de argumentação, escuta ativa e reflexão crítica.

Específicos:

- Explorar Crenças e Práticas Religiosas: Investigar as crenças centrais e as práticas rituais das religiões estudadas, como os sacramentos no Cristianismo, os Cinco Pilares do Islão, as leis judaicas, os ritos hindus e as práticas meditativas do Budismo.
- Compreender o Contexto Histórico e Filosófico: Examinar o contexto histórico em que essas religiões surgiram e se desenvolveram, assim como suas interações com as filosofias locais e globais.
- Comparar Perspectivas Religiosas: Realizar estudos comparativos entre as religiões, destacando semelhanças e diferenças em suas visões sobre a natureza de Deus, a alma, a vida após a morte, a ética e o papel da religião na sociedade.
- Refletir sobre Questões Éticas e Sociais: Analisar como cada religião aborda questões éticas e sociais, como justiça, paz, direitos humanos e o papel da mulher, relacionando essas abordagens com desafios contemporâneos.
- Estabelecer Conexões com o Presente: Investigar a relevância das tradições religiosas e seus ensinamentos nos contextos contemporâneos, incluindo sua influência na política, cultura, ciência e nas relações internacionais.
- Promover o Diálogo Inter-religioso: Desenvolver habilidades de comunicação e argumentação que permitam aos alunos participar de diálogos inter-religiosos respeitosos e construtivos, compreendendo as perspectivas dos outros.
- Utilizar Metodologias Ativas: Aplicar metodologias ativas, como debates, estudos de caso, dramatizações e painéis, para engajar os alunos no estudo dos textos religiosos e filosóficos de forma dinâmica e participativa.
- Fomentar a Reflexão Pessoal: Incentivar os alunos a refletirem sobre suas próprias crenças e valores, e como eles se relacionam com as tradições religiosas estudadas, promovendo o autoconhecimento e o respeito à diversidade religiosa.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

COMPETÊNCIAS:

Pensamento Crítico e Analítico para analisar, interpretar e avaliar textos sagrados e filosóficos de forma crítica, identificando argumentos, conceitos e implicações.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Respeito à Diversidade Cultural e Religiosa para reconhecer e valorizar as diferentes tradições religiosas e culturais, promovendo atitudes de respeito, tolerância e empatia.

Comunicação Oral e Escrita para expressar ideias e argumentos de forma clara, coerente e persuasiva, tanto na comunicação oral quanto escrita.

Argumentação e Raciocínio Lógico para construir argumentos sólidos e bem fundamentados, utilizando raciocínio lógico e evidências textuais.

Habilidade de Trabalho em Equipe para colaborar eficazmente com os colegas em atividades e projetos, contribuindo para o alcance de objetivos comuns.

Autoconhecimento e Reflexão Crítica para refletir sobre as próprias crenças, valores e atitudes, e como elas se relacionam com as tradições religiosas estudadas.

Leitura e Interpretação de Textos Complexos para ler e interpretar textos religiosos e filosóficos densos e complexos, extraindo os principais conceitos e mensagens.

Empatia e Escuta Ativa para ouvir atentamente e compreender as perspectivas dos outros, especialmente em contextos de discussão sobre crenças religiosas e filosóficas.

Criatividade e Expressão Artística para expressar ideias religiosas e filosóficas de maneira criativa, por meio de diferentes formas de arte e mídia.

Autonomia e Autogestão para gerenciar o próprio aprendizado, definindo metas pessoais, organizando o tempo e buscando recursos de forma independente.

HABILIDADES:

1. (EM13CHS104) - Analisar criticamente discursos e práticas culturais e políticas que promovem ou dificultam a inclusão social e os direitos humanos, refletindo sobre diferentes formas de participação política.
2. (EM13CHS502) - Identificar e avaliar criticamente a interação entre conhecimento científico, filosófico e saberes tradicionais em diferentes contextos históricos, culturais e políticos.
3. (EM13CHS503) - Argumentar de modo crítico sobre a interação entre ciência, religião, tradição e a produção de conhecimento em diferentes contextos históricos.
4. (EM13CHS601) - Analisar e avaliar criticamente as diferentes formas de poder, dominação e participação política em diferentes épocas e espaços, identificando estratégias para a ampliação da cidadania.
5. (EM13CHS603) - Comparar diferentes visões de mundo, concepções éticas e de justiça nas



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

- tradições filosóficas e religiosas e suas implicações para a convivência democrática.
6. (EM13CHS605) - Avaliar criticamente práticas discursivas, políticas e sociais que busquem legitimar a intolerância e o preconceito, reconhecendo as condições históricas e culturais que fundamentam a convivência democrática.
7. (EM13CHS506) - Analisar argumentos filosóficos em diferentes tradições, refletindo sobre as condições de possibilidade do conhecimento, da ação e da existência humana.
8. (EM13CHS604) - Elaborar propostas de intervenção social fundamentadas em princípios éticos e democráticos, com vistas à promoção dos direitos humanos e da justiça social.
9. (EM13CHS506) - Argumentar de forma ética sobre a legitimidade de diferentes concepções de justiça e os desafios colocados à convivência democrática em sociedades plurais.
10. (EM13CHS507) - Analisar criticamente valores, direitos e deveres éticos em diferentes tradições filosóficas e religiosas, debatendo sua importância na construção de uma sociedade justa e democrática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à Religião e Política

História da Influência Religiosa no Ocidente

O Hinduísmo e a Política Indiana

Budismo e Política

Religião e Direitos Humanos

Culminância

METODOLOGIA

- Aulas Expositivas Dialogadas: Proporcionam um espaço para apresentar conceitos teóricos e promover a discussão entre alunos, incentivando a participação ativa.
- Estudo de Caso: Analisar eventos históricos específicos, como a Reforma Protestante ou a influência do Evangelicalismo nas eleições americanas, para contextualizar os conteúdos.
- Debates: Organizar debates sobre temas controversos, como a separação entre religião e política, ajudando os alunos a articular suas opiniões e respeitar diferentes pontos de vista.
- Grupos de Trabalho: Dividir a turma em grupos para investigar diferentes aspectos da relação entre religião e política, promovendo a colaboração e a pesquisa conjunta.
- Análise de Discurso: Estudar discursos políticos que utilizam retórica religiosa, ajudando os alunos a entender como a linguagem pode influenciar a opinião pública.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

- Reflexão Crítica: Propor atividades em que os alunos escrevam reflexões pessoais sobre as implicações éticas e sociais da intersecção entre religião e política.
- Multimídia: Utilizar vídeos, documentários e podcasts para enriquecer as aulas e estimular discussões sobre os conteúdos abordados.
- Simulações: Realizar simulações de debates políticos onde os alunos devem representar diferentes pontos de vista religiosos, promovendo a empatia e a compreensão.

RECURSOS DIDÁTICOS E ITENS NECESSÁRIOS

- Quadro branco
- Pincel
- Apagador
- Data Show
- Som
- Internet
- Chromebook
- Materiais específicos impressos

PROPOSTA PARA A CULMINÂNCIA

Apresentação em grupo em todas as turmas da escola sobre os temas discutidos durante as aulas de eletiva

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados no decorrer da eletiva de forma qualitativa.
 Participação individual e em grupo
 Frequência e envolvimento nas atividades propostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRONOGRAMA E RECURSOS/ITENS NECESSÁRIOS

DA TA	A C Ç O	ITENS NECESSÁRIOS
A def inir	Introdução à Religião e Política Conceitos básicos de religião e política, a relação histórica	Vídeo “A religião como política hoje e na história https://www.youtube.com/watch?v=t54LW-9heYY



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

entre religião e poder político, e diferenciação entre Estado laico, Estado confessional e teocracia. Analisar a relação histórica entre religião e poder político em diferentes sociedades. Metodologia: Aula expositiva dialogada: Introdução dos conceitos básicos e diferenciação entre os tipos de Estados . Leitura e discussão de textos: Análise de textos que abordam a relação entre religião e política em diferentes contextos históricos e modelos de Estado. Exibição de vídeo . O vídeo aborda de forma didática a influência da religião na política ao longo da história, Após assistir, os alunos serão divididos em	Religião e Poder Político na Antiguidade Fonte sugerida: <i>Eliade, Mircea. História das Crenças e das Ideias Religiosas</i> – Trechos sobre o Egito Antigo e Roma. https://archive.org/details/mircea-eliade-historia-das-ideias-e-crencas-religiosas-i-res-1988/page/11/mode/2up O Estado laico e a modernidade Fonte sugerida: <i>Revolução Francesa e a separação entre Igreja e Estado</i>, em "O Estado e a Religião na Modernidade" de Charles Taylor https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34992/1/Religi%C3%A3oDeMocraciaModernidade.pdf
---	---



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

	grupos e deverão listar exemplos contemporâneos de Estados laicos, confessionais e teocráticos, discutindo os desafios e benefícios de cada modelo.	
A definir	História da Influência Religiosa no Ocidente A Igreja Católica e o poder político na Idade Média, a Reforma Protestante e suas implicações políticas, o Evangelicalismo e sua influência na política americana. Metodologia: Aula expositiva dialogada: Apresentação e explicação dos contextos históricos da Idade Média, Reforma Protestante e o Evangelicalismo. Leitura e análise do livro: será entregue para	Livro: <i>A Igreja e o Poder na Idade Média</i> de Hilário Franco Júnior. https://rhistoriadora.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/04/hilario-franco-jr-a-idade-media-pdf.pdf Filme sobre a vida de Martinho Lutero e a reforma protestante https://www.youtube.com/watch?v=cULaeGoCU2U&t=3s



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

	cada dupla um capítulo do livro para ser estudado durante a semana e apresentar o resumo na eletiva.. Exibição de filme: Uso de vídeos que contextualizem visualmente e de forma didática os temas trabalhados. Apresentação em duplas: Reflexão sobre os impactos contemporâneos dessas influências religiosas no Ocidente.	
A definir	O Hinduísmo e a Política Indiana Tema: O papel de Gandhi e o movimento de independência da Índia, o nacionalismo hindu e a política contemporânea, e o impacto do hinduísmo em políticas de	Texto: A Filosofia de Gandhi e a Independência da Índia" https://www.vestibulandoweb.com.br/historia/mahatma-gandhi-e-a-independencia-da-india/ Vídeo: O Nacionalismo Hindu e a Política Contemporânea https://www.youtube.com/watch?v=ga3ukRt2v7M Vídeo complementar: <i>Gandhi</i> explora a vida e o papel de Gandhi na independência da Índia. https://www.youtube.com/watch?v=htzWfBBt-xc



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

	castas e minorias. Metodologia: Aula expositiva dialogada: Introdução ao movimento de independência indiano, ao papel de Gandhi e ao nacionalismo hindu atual. Leitura e discussão de textos: Trabalhar com textos históricos e contemporâneos sobre o Hinduísmo e sua influência na política indiana. Exibição de vídeo: Exploração de materiais audiovisuais que ilustram a política de castas e o nacionalismo hindu na Índia. Debate em grupo: Reflexão sobre a relação entre religião, política e questões sociais na Índia moderna.	
--	---	--



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A def inir	Budismo e Política Tema: Governança budista, o Dalai Lama e a luta pela autonomia do Tibete. Metodologia: Aula expositiva dialogada: Introdução aos conceitos de governança budista, pacifismo e o papel do Dalai Lama no Tibete. Leitura e discussão de textos: Estudo de textos históricos e contemporâneos sobre Budismo e política. Exibição de vídeo: Visualização de documentário sobre o Dalai Lama e a questão tibetana. Debate em grupo: Discussão sobre as implicações do Budismo na política e nos movimentos pacifistas.	Budismo num mundo democrático https://olharbudista.com/2021/04/03/budismo-num-mundo-democratico/ Documentário: Nunca esqueça o Tibete: A história não contada do Dalai lama Disponível apple tv+
------------------	--	---



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A def inir	Religião e Direitos Humanos O impacto da religião em políticas de gênero, sexualidade e liberdade religiosa, e a tensão entre religiões e os direitos das minorias. Metodologia: Aula expositiva dialogada: Exploração dos impactos das religiões sobre os direitos humanos com foco em gênero, sexualidade e liberdade religiosa. Leitura e discussão de textos: Estudo de artigos e textos que analisam conflitos entre religião e direitos das minorias. Exibição de vídeo: Visualização de documentário que aborda	Artigo:Religião e sexualidade:dilemas contemporâneos brasileiros https://www.scielo.br/j/cpa/a/cLzKdJRVtmqYDYPNF7SWL7R/?lang=pt Artigo: A liberdade religiosa à luz da declaração universal dos direitos humanos. https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/48500



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

	casos de tensão entre a liberdade religiosa e os direitos das minorias. Debate em grupo: Discussão crítica sobre as implicações dessas tensões e possíveis caminhos de diálogo.	
A definir	Culminância	Apresentação dos temas discutidos aos demais alunos da escola. As apresentações serão feitas pelos alunos da eletiva divididos em grupos para se apresentarem nas salas de aula durante a última aula de eletiva do trimestre